

Antonio Escandiel de Souza
Carla Rosane da Silva Tavares Alves
Fábio César Junges
Tiago Anderson Brutti
(Organizadores)

**ANAIS DA II MOSTRA
INTERDISCIPLINAR EM
LINGUAGENS E HERMENÊUTICA**



Antonio Escandiel de Souza
Carla Rosane da Silva Tavares Alves
Fábio César Junges
Tiago Anderson Brutti
(Organizadores)

**ANAIS DA II MOSTRA
INTERDISCIPLINAR EM LINGUAGENS E
HERMENÊUTICA**

UNICRUZ
Cruz Alta – Brasil
2021

Copyright © 2021 Universidade de Cruz Alta

Imagem da Capa: Freepik

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

M916a Mostra Interdisciplinar em Linguagens e Hermenêutica
(2: 2021: Cruz Alta, RS)

Anais [recurso eletrônico] da II Mostra Interdisciplinar
Linguagens e Hermenêutica / Organizadores: Antonio
Escandiel de Souza... [et al.]. – Cruz Alta/ RS: Unicruz -
Centro Gráfico, 2021.

ISBN 978-65-88723-09-8

1. Direito - ensino – seminário. 2. Pesquisa – seminário.
3. Extensão – seminário. 4. Hermenêutica. I. Souza, Antonio
Escandiel de. II. Alves, Carla Rosane da Silva Tavares. III. Junges,
Fábio César. IV. Brutti, Tiago Anderson. V. Título.

CDU 34(063)

Responsável pela catalogação: Bibliotecária Eliane Catariana Reck da
Rosa CRB-10/2404

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km 5.6 - Parada Benito
Cruz Alta - Rio Grande do Sul - CEP 98005-972 - 55 3321-1500

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA – UNICRUZ

Reitor
Fábio Dal-Soto

Pró-Reitor de Graduação
Régis Augusto Deuschle

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Janaína Coser

Pró-Reitor de Administração
José Ricardo Libardoni dos Santos

Centro de Ciências Humanas e Sociais
Jacira Treter Sippert

Coordenadora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social
Carla Rosane da Silva Tavares Alves

Os trabalhos que integram esses Anais são de autoria de professores e estudantes, cuja originalidade foi conservada, inclusive no que se refere à metodologia empregada. Os autores assumem a responsabilidade pelo conteúdo de seus textos.

SUMÁRIO

A RELAÇÃO ENTRE MÃES E FILHOS COM SÍNDROME DE DOWN OU AUTISMO	13
Laura Cabral Frainer	
Larissa Marques de Quadro	
Andrea Fricke Duarte	
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	27
Andreson Côrte Ferreira da Silva	
Rejane Rodrigues de Oliveira	
A HERMENÊUTICA E A PRODUÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS	43
Bruna Laís da Veiga Kazmirczuk	
Vanessa Thomas Becker	
Tiago Anderson Brutti	
O JOGO NARRATIVO DOS VÁRIOS “EUS” NA OBRA CONTEMPORÂNEA <i>K.: RELATO DE UMA BUSCA:</i> RECEPTÁCULO DE DISCURSOS SOCIAIS	49
Airton Pott	
Ivânia Campigotto Aquino	
A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS AOS CONSTITUINTES: O MOVIMENTO FEMINISTA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1987-1988.....	63
Bibiana Terra	

A CRIANÇA EM MEIO A REVOLUÇÃO DIGITAL:
RECONECTAR-SE A NATUREZA É PRECISO69

Marlene Przylinski
Vaneza Cauduro Peranzoni
Maria Aparecida Santana Camargo

A FUNDAMENTALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS À LUZ
DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO79

Vinicius Farias Noronha
Denise da Costa Dias Scheffer
Marcelo Cacinotti Costa
Vinicius de Melo Lima

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O EXERCÍCIO DA
CIDADANIA: PERSPECTIVAS FORMATIVAS87

Dieison Prestes da Silveira
Denise da Costa Dias Scheffer
Adriele Prestes da Silveira
Diego Pascoal Golle

O BEM-ESTAR E A QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS
INSTITUCIONALIZADOS.....93

Gabriela Justen
Marieli Lopes Gamarra
Rejane La Bella Flach Cunegatto

A INTERAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO DA ÁREA
URBANA E A LINHA FÉRREA NO MUNICÍPIO DE CRUZ
ALTA 105

Mônica Sella Roveri
Sirlei de Lourdes Lauxen
Elizabeth Fontoura Dorneles
Fábio César Junges
Tiago Anderson Brutti

EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE PESSOA QUE
TEVE EXTINTA SUA PUNIBILIDADE EM VIRTUDE DE
CERTIDÃO DE ÓBITO FALSA 115

Alisson Fernandes Teixeira

É VOCÊ, HERMENEIA? SIM, HERMENEUEIN: UM ESBOÇO
SOBRE HERMENÊUTICA 121

Fernando Martins Ferreira

Maria Fernanda Piovesan Vianna

Tiago Anderson Brutti

Fábio César Junges

UM NOVO OLHAR DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DAS
DISCUSSÕES DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO: UM
ENSAIO SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL COMO UM ATO
POLÍTICO QUE TEM POSTO EM DESTAQUE APRENDER,
ENSINAR E PENSAR O RACISMO NO BRASIL 127

Thayane Santos Madruga

Vania Maria Abreu de Oliveira

Antonio Escandiel de Souza

AS NOVAS CONFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM TEMPOS
DE DES-ORDEM..... 133

Maria Fernanda Piovesan Vianna

Diego Pascoal Golle

Sirlei de Lourdes Lauxen

Solange Beatriz Billig Garces

A MEDIAÇÃO E O MEIO AMBIENTE: UM INSTRUMENTO
DE EFICÁCIA NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS 139

Tatiane Zanetti Adiers

Fernando Martins Ferreira

A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E O
EXTRATIVISMO INFORMACIONAL..... 145

Fernando Martins Ferreira
Diego Pascoal Golle
Sirlei de Lourdes Lauxen
Solange Beatriz Billig Garces

HERMENÊUTICA: UM NOVO MODO DE PENSAR O
EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL 151

Claudio Everaldo dos Santos
Alexandra Ferreira Braz
Tiago Anderson Brutti

A RELAÇÃO ENTRE MÃES E FILHOS COM SÍNDROME DE DOWN OU AUTISMO

Laura Cabral Frainer¹
Larissa Marques de Quadro²
Andrea Fricke Duarte³

1 Introdução

O presente artigo é referente ao estágio básico de grupos do curso de Psicologia. A proposta do estágio é ter a experiência de trabalho com um grupo, visando alguns objetivos, tais como: observar o funcionamento; identificar uma demanda; vivenciar o grupo; praticar intervenções; entre outras atividades que julgem ser necessárias para o trabalho com o mesmo.

Realizamos o estágio em uma ONG composta por mães, filhos - sendo esses portadores de Síndrome de Down (SD) ou autismo - familiares e pessoas portadoras de outras deficiências, sendo um total de 17 pessoas. A faixa etária dos responsáveis varia entre 35 e 55 anos e dos filhos entre 18 e 36 anos.

A proposta deste trabalho é, a partir de uma prática de grupo, investigar como se apresentou a relação mãe-filho (com SD ou autismo), decorrente da observação de seus comportamentos no mesmo espaço, reações de um perante o outro e da escuta desses sujeitos, que carregam marcas de uma história anulada e reconstruída a partir de um diagnóstico. Ao mesmo tempo, através das atividades proporcionadas aos componentes, é produzido novas

1 Graduanda em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus de Santo Ângelo). E-mail: laura_frainer@hotmail.com

2 Graduanda em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus de Santo Ângelo). E-mail: l.marquesq@outlook.com

3 Doutora em Psicologia Social e Institucional. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI- Campus de Santo Ângelo). E-mail: andreaduarte@san.uri.br

aberturas para mudança de condutas estereotipadas, e de que até então não eram percebidas pelo grupo, tanto para cada um quanto para o todo.

Dessa forma, tendo como metodologia o relato de experiência, no decorrer deste artigo será explanado com mais detalhes como foi a prática neste grupo. Foram realizados 10 encontros, com duração aproximada de 2 horas cada, no período de abril a junho de 2019. Esses ocorreram nas terças-feiras, com início às 14 horas. O grupo é habituado a realizar algum tipo de oficina, seja de artesanato ou culinária. Dessa forma, para trabalharmos a demanda que observamos, propomos atividades semelhantes às que vinham sendo desenvolvidas, bem como algumas mais direcionadas para o âmbito terapêutico.

2 Desenvolvimento

De acordo com Souza (et al, 2010, apud OLIVEIRA, 2018), o papel da mãe na vida do filho é de muita importância, principalmente no início da vida desse, sendo responsável também por mostrar o mundo à criança. Estudos afirmam o quão significativo é o vínculo de mãe-filho, pois as primeiras marcas que envolvem o exterior permanecem no psiquismo e corpo do indivíduo.

Segundo Zimerman (2010, apud GUTIERREZ, CASTRO e PONTES, 2011), o vínculo representa também um elo de estado mental. É uma união entre elementos que formam uma ligação, mesmo que estejam limitadas fisicamente. É possível observar esse elo na relação mãe-filho.

Diante da característica do grupo que iríamos estagiar, sabendo que era composto tanto por mães, quanto por filhos, tivemos uma conversa com a coordenadora desse para sabermos mais alguns detalhes antes de conhecermos pessoalmente. Ela nos informou que as mães vivem numa total dependência dos filhos, que as chamam de crianças e que as tratam assim.

No primeiro dia, fizemos uma breve explanação de como seria nosso trabalho e ouvimos frases do tipo: “se houver atividades

pra elas (filhas), já ficamos felizes”; “o que importa são elas se ocuparem com algo, desenvolverem alguma coisa”. Essa narrativa nos intrigou. Logo começamos a pensar numa forma de oportunizar a escuta dessas histórias de vida, assim como das subjetividades quase que totalmente abdicadas em prol de suas filhas.

Já nos primeiros encontros buscamos saber a idade das filhas. Variavam entre 18, duas com 22 e 36 anos. Então, a partir disso, nos direcionávamos para elas como “as filhas” e não “as crianças”, isto já com o propósito de produzir algo diferente nas componentes e observar a reação.

As primeiras atividades propostas foram para observar a relação das mães e filhas e verificar como era produzida essa dependência, ou até que ponto cada uma tinha seu espaço. Logo vimos que as filhas faziam o que as mães faziam, que seus movimentos eram muitas vezes controlados pelas mães ou só eram realizados com a autorização delas, por mínimo que fosse (ir ao banheiro ou a cozinha). Ao mesmo tempo as mães não se distanciavam ao ponto de perder de vista suas filhas, permanecendo sempre como se dentro de uma fronteira. A partir do observado, a suspeita é de que seja um vínculo de uma relação simbiótica, “na qual o bebê se comporta e funciona como se ele e sua mãe fossem um sistema onipotente – uma unidade dual dentro de uma fronteira comum” (MAHLER, PINE e BERGMAN, 1977, p. 53).

Para possibilitar a escuta dessas mães, precisávamos preparar o ambiente no decorrer dos encontros, pois elas não estavam acostumadas a falar sobre si, e também, poucas tinham tido acompanhamento psicológico após o diagnóstico de sua filha. Então, as primeiras atividades foram em conjunto, todas na mesma tarefa, e após alguns encontros, damos atividades separadas (uma para as mães e outra para as filhas). Como não poderíamos separá-las do mesmo espaço, fizemos divisão com as mesas e foi nítida a interferência das mães nos trabalhos das filhas e vice-versa.

Uma mãe específica ditava frases como: “não é assim que se faz, minha filha... Não é assim que se pinta. Tem que pintar

bem direitinho, cuidar para não ultrapassar a linha. A folha da flor não pode ser vermelha.”. Deixamos a se pronunciar para ver até que ponto essa mãe iria, e também para ver a reação da filha, que permaneceu quieta, de cabeça baixa e consentindo com as exigências da mãe. Essa refutava a atividade proposta, pois dizia não ter habilidade para aquilo.

Percebemos que as filhas com síndrome de Down (SD), que eram três, possuem baixo desenvolvimento na escrita e leitura, mesmo frequentando a escola regular. Na fala, Joana⁴ possui mais dificuldade em pronunciar as frases de forma compreensível. Já as demais, Ana e Luiza, conseguimos compreender. Na questão das habilidades manuais, como recorte ou pintura, Ana possui habilidade de recortar muito mais elevada do que as outras, porque ela recortava revistas e jornais em casa, e em relação a pintura, as três tinham facilidade e gostavam muito. Em todas as tarefas eram bem ativas e prestativas.

De acordo com Nunes, Dupas e Nascimento (2010), os anos iniciais da criança são considerados fundamentais para o desenvolvimento de seus aspectos cognitivos, tendo a família um papel muito importante nesta etapa, mais ainda tratando-se de indivíduos com necessidades especiais. Diversos fatores influenciam no desenvolvimento cognitivo, sendo o principal deles o ambiente familiar.

A outra filha, Patrícia, possui autismo grave. Não falava, permanecia sentada pintando ou deitada no sofá. Sua conexão com o ambiente era baixíssima, sendo que somente sua mãe interpretava todos seus sinais do que desejava fazer. Porém, foi interessante que nos últimos 3 encontros ela começou a falar algumas palavras e a querer estar mais junto nas atividades.

Em diversos momentos ouvíamos as mães conversarem e indagarem sobre as escolas públicas, sobre como o atendimento para com pessoas portadoras de alguma deficiência é dificultoso e muitas vezes de forma irregular. Nádia comenta que sua filha Luiza

4 Todos os nomes expostos são fictícios.

fica apenas rabiscando no caderno em sala de aula, pois não há um profissional especializado para auxiliar, o que se torna desgastante para todos, pois hoje em dia busca-se a inclusão dentro da rede pública e privada.

Sabemos que na Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Art. 208, inciso III, diz que a escola deve proporcionar “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Mesmo que esteja na lei, as filhas não tiveram o suporte necessário e as mães carregam marcas dessa luta em tentar fazer cumprir algo que deveria estar disponível.

Conforme Nunes, Dupas e Nascimento (2010), as capacidades cognitivas podem ser desenvolvidas, desde que sejam estimuladas desde o início da vida social da criança portadora de SD. A inteligência é construída, tendo por influência os contextos familiar, social e escolar do sujeito. Percebemos nos relatos das mães lacunas nessas três áreas em relação as filhas, devido a uma série de fatores, desde a falta de conhecimento sobre a síndrome até sobre não encontrarem suporte por parte dos órgãos públicos, que deveriam lhes conceder.

Outra situação que percebemos, foi de que as mães não permitiam o mesmo espaço de fala para as filhas. Nas primeiras tarefas, todas tinham que falar sobre respectivo assunto e notamos que no círculo formado, ao chegar a vez das filhas, as mães ficavam apreensivas. As filhas, as vezes muito tímidas, proferiam algumas frases, quase sempre com a interferência da mãe. Em determinada atividade, quando Luiza (filha) se expressou de forma autêntica sem a interferência da mãe, todas ficaram admiradas pelas palavras que ela utilizou.

Em outra atividade que realizamos chamada de “Caça ao Ninho”, formamos duas duplas, e a proposta era de as filhas terem que procurar os saquinhos de balas que as orientadoras do grupo esconderam no pátio. Para isso, as mães não estariam juntas na procura, somente as estagiárias e as filhas.

Logo quando saímos da sala, as duplas andavam juntas, e andavam atrás de nós. Com muito incentivo, aos poucos foram se afastando para procurar os saquinhos, mas não se distanciavam muito. Com isso, foi observável o quanto elas são inseguras quando se veem longe da mãe, como se não soubessem os limites de seu espaço.

Em um determinado momento Joana acabou ficando triste por não achar nenhum saquinho de bala e retornou para a sala. A mãe preocupada foi rapidamente atender a filha. Uma das orientadoras foi atrás de Joana para que ela voltasse para a brincadeira, pois ainda havia mais para procurar, porém a mãe preocupada saiu atrás e deu a desculpa de “ir gravar o que estava acontecendo”. Não suportou sua filha ficar triste e distante dela.

Após adquirirmos um vínculo maior com o grupo, bem como estabelecimento de confiança, propomos uma atividade a qual seria o pontapé para o início do processo da escuta e investigação da história de vida de cada uma. Sentamos em círculo e fizemos a dinâmica “Teia da Vida”. O objetivo era que elas pudessem falar sobre a experiência de como descobriram que seriam mães, falar sobre o companheiro do grupo (sorteado no momento em que se iniciou a dinâmica) e para descontrair, falar sobre o que faria com o valor que havia sido acumulado na Mega-Sena.

As três mães das filhas com SD nos relataram como foi difícil receber a notícia de que iriam ser mães de crianças especiais, pois não souberam durante a gravidez. O diagnóstico médico foi como uma sentença de que suas vidas seriam anuladas a partir de então. Foi de forma antiética e desumana. Alguns médicos falaram que suas filhas seriam “mongoloides”, não viveriam muito e que, enquanto existissem, seriam eternas crianças. Elas se sentiram desoladas e diante de uma situação que não saberiam como enfrentar.

Um aspecto importante que envolve esta condição é o desconhecimento ainda existente na população em geral sobre esta síndrome. As pessoas ouvem falar pouco sobre a mesma e diante de um caso na família, sentem-se inseguras e desamparadas. Por essa razão, os profissionais de saúde possuem um papel muito

importante junto a essas famílias e suas ações devem ser no sentido de informar e prestar esclarecimentos, como também estimular o vínculo com a criança (SUNELAITIS; ARRUDA; MARCOM, 2007, p. 265).

Sem aporte médico e sem conhecimento de como seria o desenvolvimento de suas filhas, as mães relataram em lágrimas como foram os primeiros dias e meses com seu bebê. Tiveram que buscar aos poucos conhecer a diferença de sua filha em relação aos “normais” e reestruturar suas vidas. Ressaltaram que construíram um amor muito intenso por elas.

É ver um sonho transformar-se, é viver algo inesperado, diferente do planejado e desejado. É ter de mudar seus sonhos, seus planos de acordo com a nova situação, ver a vida alterar seu curso, sem ter nenhum controle sobre ela, não ter escolha e não poder optar. É praticamente ter que se reestruturar para uma perspectiva completamente desconhecida (NUNES, DUPAS E NASCIMENTO, 2010, p. 229).

No entanto, as críticas infelizmente não pararam somente nos profissionais. Os responsáveis ainda contaram que sofreram e ainda sofrem muito com os familiares, pois os mesmos ainda têm preconceitos em relação à condição de vida dos filhos, e que em situações de dificuldades não puderam contar com os parentes. Relatam-nos sobre a importância da ONG em momentos assim, pois ali encontram um conforto por terem passado por situações semelhantes e pelas próprias palavras de alguns integrantes. Consideram muito mais o grupo como uma família, do que os entes sanguíneos.

Outro fator relevante que consideramos foi a culpa subjetiva por parte das mães, pois as mesmas não puderam ter uma vida considerada “normal”. Sempre viveram juntamente com seus filhos pela “incapacidade” deles. Conforme Sunelaitis, Arruda e Marcom (2007), é difícil para os pais, principalmente para a mãe, obter conhecimento de que seu filho possui uma condição crônica, que abrange diversas limitações. Elas se veem frustradas e precisam elaborar o luto de seu filho idealizado.

Desse modo, possuem um cuidado excessivo. Carregam as palavras médicas de forma introjetada, de que aqueles seres humanos não viveriam por muito tempo e nem poderiam ter uma vida individualizada. Não só isso, mas também tentam suprir o preconceito que suas filhas enfrentam por parte da sociedade.

No meio social há uma série de resistências para se conviver com o diferente, e isso inclui os sujeitos portadores de deficiência. Segundo Voivodic e Storer (2002) cada pessoa leva consigo ideias pré-estabelecidas que influenciam nas relações que se tem com essas. Existem diversos exemplos que perpetuam e mostram a falta de sensibilidade, empatia e conhecimento em relação às deficiências, e a família que ganha uma criança com SD recebe também os reflexos desses sentimentos da sociedade.

Isso leva a relação de dependência total das mães para com os filhos. Investigamos como era e como são as suas vidas atualmente. Tentamos proporcionar outro espaço de escuta, onde elas desabafaram como sempre tiveram que amparar de forma absoluta os filhos, que não conseguem sair para algum lugar qualquer sem levá-los ou que os mesmos não conseguem fazer nada sem ajuda de outros. É possível notar como essas mães colocam-se na posição de anulação e de como deixam de fazer algo para si própria para dar aos seus descendentes.

Para que isso ocorresse, pensamos junto com a supervisora na possibilidade de fazermos um vídeo, colhendo o testemunho de cada uma dessas mães, para que pudessem ter um reconhecimento dessa experiência. Imaginávamos na possibilidade de construir um site e disponibilizar esses vídeos como uma forma de compartilhar a experiência. Elaboramos a atividade e a proposta de gravação foi aceita, porém ainda permanece no âmbito de sigilo do grupo.

Então as colocamos de frente para uma câmera e pedimos para que falassem novamente sobre a sensação ao descobrir que seriam mães, como era a mulher de antes de um filho especial e como é a mulher/mãe de agora. Também, perguntamos se já pensaram em um futuro longe dos filhos – indagando nessa questão sobre como

acham que vai ser quando vierem a óbito, como seus filhos vão ficar – ou um futuro onde os mesmos possam ser independentes.

Todas as respostas se assemelharam. Marta mal conseguiu gravar, pois acabou se emocionando contando novamente a sua história, mas principalmente quando tocou no assunto de um futuro independente da sua filha, ou seja, negou que a mesma poderia viver sozinha, pois necessita de ajuda para ir no banheiro, para se secar após sair do banho ou até mesmo em algumas situações para tomar banho. Concluiu que a filha é incapaz de ter uma vida longe dela, mas ressaltou que não é por falta de incentivo para aprender a “se virar”, pois tanto a mãe quanto o pai a incentivam bastante.

Sobre se um dia vir a falecer, Marta e Nádia falaram a mesma frase “eu prefiro que ela vá primeiro do que eu”, dando a entender que as filhas não suportariam e não saberiam viver sem as mães. Nádia ainda reforça sobre ficar longe da filha: “não saio para parte alguma sem levar a Luiza, ela é minha companheirinha e não abro mão de sair com ela, ela é minha vida, ela é meu tudo”.

Apesar de ser normal e esperado que os pais morram antes de seus filhos, quando pensamos nos pais que têm filhos com síndrome de Down, esta ordem biológica natural da vida torna-se um fator de perturbação: os pais têm a sensação de que, ao morrerem, não haverá ninguém para substituí-los na tarefa de cuidar de seu filho com SD. Assim, há o medo de deixar o filho com SD abandonado à própria sorte (COUTO, TACHIBANA e AIELLO-VAISBERG, 2007, p. 270).

A partir dessa escuta, ainda nos surpreendemos com Patrícia, que tem autismo em grau elevado e que é filha de Joana, a qual nos relatou que agora a filha busca se comunicar ainda mais com a mãe, principalmente cantando uma música que ouviu ainda quando pequena: “viuvinha, porque choras, seu marido já morreu”. Conta que nada em sua vida mudou desde a chegada de Patrícia, pois antes já cuidava de seus irmãos que também tiveram transtornos mentais, mas que pensa muito no momento em que se for, porém diz que a filha ficará bem amparada com a irmã.

A mãe de Ana teve um pouco mais de dificuldade de se abrir.

Falou pouco e rápido, no entanto também expressou o pensamento como das outras mães, de que não consegue pensar em um futuro onde a filha poderá ficar sozinha, por mais que essa hipótese seja bem real.

É notável a partir desses breves relatos que ao mesmo tempo em que as mães se anulam de viver, também não permitem que seus filhos possam ter uma vida própria, interferindo nas atividades que esses desenvolvem – pequenos gestos que acabam se tornando habitual, como uma das atividades que propusemos: fazer roscas e cuecas viradas. Elas acabavam fazendo pelas filhas ou então mandando elas fazerem de tal maneira, cortando um momento de independência que as filhas poderiam ter.

Todas elas expressaram e voltaram a falar sobre como foi dificultoso o início de vida dos filhos, pela falta de apoio dos parentes e de amigos próximos, pois na época não havia tanta informação quanto atualmente. Foi um momento onde elas puderam compartilhar momentos íntimos, pois mesmo participando de um grupo onde se encontram histórias parecidas, não tinham tido coragem de comunicar de forma a permitir que suas emoções fossem expostas. Constatamos, após alguns feedbacks em conversas casuais, o quanto foi bom para o grupo como um todo.

Mesmo diante de tantas situações complicadas, dilemas que desequilibram a família e que muitas vezes, levam a ter que se reestruturarem, as mães não perdem a força de buscarem apoio e orientação. Elas mantêm suas esperanças de que verão dias melhores e se fortalecem juntas.

Consideramos essas pessoas como singulares, pois elas deparam-se todos os dias com um novo desafio, com uma nova divergência, com uma nova situação ou então com as simples demandas que se repetem no seu cotidiano. Dando-se em conta que estão frente a frente com o imaginável e moldando sempre uma nova realidade, muitas vezes vivendo algumas desilusões ou então períodos de incertezas e dúvidas.

Tudo isso acaba demandando novas atitudes e confrontos

com o que chamamos de desconhecido. Dessa forma, pudemos ver na própria ONG, as mães priorizarem seus filhos em todos os sentidos. Desejam que seus filhos tenham atividades, se ocupem e desenvolvam de alguma forma, e se anulam em relação aos seus próprios cuidados, afirmando assim uma relação de anulação e dependência.

3 Considerações finais

A partir dos encontros realizados, podemos observar o quão importante é a ONG para todos os componentes. Todos são muito unidos e realmente vivem como uma família. Resolvem as questões burocráticas de forma conjunta, sempre analisando a opinião de todos. O grupo é um alicerce, onde naquele espaço podem trocar experiências e, conseqüentemente, ajudar uns aos outros.

É muito importante o acompanhamento de profissionais para o grupo, tanto de psicólogo quanto de pedagogo especializado. E é algo que as mães estão lutando para conseguir tal apoio de forma atuante e presente.

Os *feedbacks* por parte dos integrantes sobre as atividades propostas foram excelentes. De forma unânime eles concluíram o quanto necessitam de tarefas que tenham um propósito terapêutico e reconheceram que precisam pensar em algumas questões sobre suas vidas, que até então não queriam trazer à tona devido a ansiedade que isso provoca (como por exemplo, o que estão fazendo em prol de seus filhos para quando não estiverem mais aqui).

A atividade com os vídeos foi um momento muito marcante para elas. Vimos elas comentando entre si no encontro posterior a gravação sobre o quanto foi impactante para elas falarem sobre suas vidas e pensarem em situações futuras em relação as filhas. Foi uma forma de elas se valorizarem e compreenderem que precisam de cuidados tanto quanto suas filhas. Foi um momento de pensarem quem elas são e qual o nível de importância que estão dando às suas vidas.

Com tudo o que se produziu na ONG durante esses

encontros, eles buscam acolher mais pessoas. Como disseram, as pessoas com deficiência estão isoladas da sociedade, quase não se sabe da existência delas, pois muitas vezes não estão nas escolas regulares ou no mesmo espaço público que todos têm direito.

Ouvir as histórias de vida, proporcionar um ambiente terapêutico, conhecer mais a fundo como se dá essa relação mãe-filho (com SD ou autismo) e os fatores que implicam nessa, nos trouxe uma experiência maravilhosa e ao mesmo tempo uma reflexão do quanto ainda o meio social tem que mudar para poder acolher e dar suporte para famílias que enfrentam os mesmos dilemas, ou que irão enfrentar.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988.

COUTO, Thais Helena Andrade Machado; TACHIBANA, Miriam, AIELLO-VAISBERG, Tania Maria José. A mãe, o filho e a síndrome de Down. *Revista Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 37, p. 265-272, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n37/a10v17n37.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019.

GUTIERREZ, Denise Machado Duran; CASTRO, Ewerton Helder Bentes de; PONTES, Karine Diniz da Silva. Vínculos mãe-filho: reflexões históricas e conceituais à luz da psicanálise e da transmissão psíquica entre gerações. *Revista NUFEN*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 3-24, dez. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2019.

MAHLER, Margaret Schoenberger Mahler; PINE, Fred; BERGMAN, Anni. *O nascimento psicológico da criança: Simbiose e Individuação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

NUNES, Michelle Darezzi Rodrigues; DUPAS, Giselle;

NASCIMENTO, Lucila Castanheira. Atravessando períodos nebulosos: a experiência da família da criança portadora da Síndrome de Down. *Revista Bras Enferm*, Brasília, v.64, n. 2, p. 227-233, mar./abr. 2011.

OLIVEIRA, Tainá Luiza dos Santos de. Relação entre o vínculo mãe-filho e a psicossomática na primeira infância. *Pretextos: Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 3, n. 5, p. 547-557, jan./jun. 2018.

OSORIO, Luiz Carlos. *Psicologia grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SUNELAITIS, Regina Cátia; ARRUDA, Débora Cristina; MARCOM, Sonia Silvia. A repercussão de um diagnóstico de síndrome de Down no cotidiano familiar: perspectiva da mãe. *Acta Paul Enferm*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 264-271, set. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002007000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 jun. 2019.

VOIVODIC, Maria Antonieta; STORER, Márcia Regina de Souza. O desenvolvimento cognitivo das crianças com síndrome de Down à luz das relações familiares. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v.4, n. 2, p. 31-40, 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872002000200004. Acesso em: 28 jun. 2019.

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Andreson Côrte Ferreira da Silva¹
Rejane Rodrigues de Oliveira²

1 Introdução

Afetividade é um sentimento de grande influência na relação professor e aluno, e conseqüente responsável pelo desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, as relações de afeto tornam-se uma ferramenta essencial e facilitadora no processo educativo, sendo o professor o grande motivador e mediador do aluno, tornando-se um exemplo diário e contínuo, ao demonstrar atitudes que incentivem a responsabilidade, o respeito e a amizade dentro e fora da sala de aula.

Nessa perspectiva, as relações afetivas devem ser construídas diariamente, o professor exercendo sua prática de maneira prazerosa, buscando criar um vínculo afetivo com seus alunos e principalmente priorizando as necessidades reais de sua turma, valorizando a realidade social do aluno, respeitando suas vivências e conhecimento de mundo. Entretanto, é importante também ressaltar o posicionamento do professor em sala de aula, sendo um educador afetuoso, mas exercendo sua autoridade de maneira compreensiva, não deixando passar as regras e obrigações da turma. Sendo assim, é essencial que a prática docente seja baseada em atividades que despertem no aluno, o senso de responsabilidade,

1 FACITE, Programa de Graduação em Pedagogia, Santa Maria da Vitória, Bahia, Brasil. E-mail: evangelistacorte@gmail.com

2 FACITE, Programa de Graduação em Pedagogia, Santa Maria da Vitória, Bahia, Brasil. E-mail: rejanerodrigues2017@outlook.com

de organização, havendo assim um incentivo para busca do conhecimento, formando cidadãos críticos e capazes de conviver melhor em sociedade. Como afirma Barbosa:

[...] é urgente lembrarmos que, para aprender, é necessário um vínculo afetivo positivo com o conteúdo a ser aprendido, um ambiente que leve em consideração os aspectos de ser humano, do educador e do aprendiz, e a função social do ensino/aprendizagem (BARBOSA, 2001, p. 100).

Nesse sentido, é possível afirmar que as relações de afeto têm um papel fundamental e determinante no processo de desenvolvimento da aprendizagem do ser humano. Sendo assim, a afetividade está presente em todas as áreas da vida, potencializando o indivíduo a revelar os seus sentimentos em relação a outros seres e objetos. Dessa forma, uma relação afetiva entre professor e aluno baseada no respeito e na amizade, é essencial para fortalecer o vínculo afetivo diariamente no ambiente escolar.

Dessa forma, esse trabalho de pesquisa trata da importância da afetividade no relacionamento educacional, tendo como objetivo principal compreender a importância das relações de afeto na prática docente, identificando quais as principais contribuições no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, discutindo também a afetividade do professor aos alunos na sala de aula, compreendendo as relações afetivas e descrevendo a importância da autoridade juntamente com a afetividade na relação professor-aluno. Dessa forma, o afeto entre professor e aluno é indispensável na construção de uma aprendizagem sólida e fecunda, visto que a falta de afeto nesse processo ou em qualquer relação, pode causar enormes prejuízos que terão drásticas consequências por toda a vida do indivíduo.

A escolha da temática: A importância da afetividade na relação professor-aluno para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem ocorreu pela necessidade e curiosidade em compreender de que maneira a escola deve trabalhar relações de afeto no dia a dia em sala de aula, e também de forma o professor pode exercer sua prática docente, buscando criar situações que

gerem uma interação produtiva, fazendo do ambiente escolar um espaço de relações mais agradáveis entre professores, alunos e comunidade escolar em geral.

Portanto, os sentimentos e as emoções são elementos que fazem parte da composição do ser humano, não podendo ser negligenciados e sim desenvolvidos e estimulados, fazendo com que as habilidades e competências sejam expressas e demonstradas pelos indivíduos. Dessa forma é de fundamental importância que o educador articule estratégias de ensino que defendam o diálogo, as experiências e vivências, transformando o processo de ensino aprendizagem numa troca constante de conhecimento, tornando-se uma fonte de crescimento e realização, tanto para o aluno quanto para o professor.

Para realização desse presente trabalho foi de fundamental importância a colaboração dos grandes teóricos e autores que através de suas interpretações, embasaram essa pesquisa com suas brilhantes contribuições e posicionamento em relação à importância da afetividade no relacionamento entre professor e aluno, defendendo uma educação baseada no afeto e nas boas relações de convivência, ressaltando os reflexos positivos da afetividade no desenvolvimento da aprendizagem. Portanto, a presente pesquisa possui caráter bibliográfico, abordando uma breve discussão sobre a afetividade no processo de ensino aprendizagem, tendo como referencial teórico autores que defendem as relações de afeto como ingrediente indispensável para construção e aquisição de saberes verdadeiros e fecundos, são eles: Wallon (2010), Freire (1996), Boccato (2006), Chiara (2008), Libâneo (1994), Barbosa (2001) entre outros.

2 A afetividade do professor aos alunos na sala de aula

O professor tem a importante função de transformar a sala de aula no ambiente acolhedor e propício para melhorar o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos. Dessa forma, criar um elo afetivo com sua turma facilitando esse processo complexo de busca pelo conhecimento, assim é necessário que o professor e

aluno vivam em interação constante, e que estejam sempre abertos a novas experiências e dispostos a compreender as dificuldades, as barreiras, os obstáculos existentes no processo educativo.

Nesse sentido destaca Antunes:

Os laços entre alunos e professores se estreitam e, na imensa proximidade desse imprescindível afeto, tornou-se importante descobrir ações, estratégias, procedimentos sistêmicos e reflexões integradoras que estabeleçam vínculos fortes entre o aluno, o professor e o aprendizado (2007, p. 12).

Desse modo, é necessário que o professor busque estratégias de ensino que atendam a realidade de sua turma e que demonstrem aos seus alunos, sentimentos de carinho e confiança, procurando atuar baseado em metodologias que incentivem a amizade, o trabalho em grupo e principalmente que essas atividades promovam vínculos afetivos, fortalecendo relações de afeto diariamente, apresentando possibilidades que enriqueçam o aprendizado de seus alunos.

Nessa perspectiva, ao analisar as teorias de Wallon e Vygotsky, é possível constatar que a afetividade é baseada no caráter social da aprendizagem, destacando as relações sociais como componente essencial na construção desse processo. Wallon (1978), afirmou que a primeira relação do ser humano ao nascer é com o ambiente social, ou seja, com as pessoas ao seu redor, sendo assim no relacionamento educacional não deve ser diferente. Nesse sentido, é necessário que o professor esteja aberto a exercer sua prática, aperfeiçoando e atualizado seu conceito em relação à afetividade, aceitando e buscando formas de incrementar e melhorar seus métodos de ensino, fazendo acontecer uma educação significativa e produtiva, e que realmente faça diferença na vida de seus alunos.

Nesse contexto, o professor necessita demonstrar satisfação por estar com seus alunos, respeitando o modo de cada um pensar e agir, procurando entender suas dificuldades, incentivando a busca continua para construção da sua identidade própria e principalmente conquistando diariamente a confiança, transmitindo sempre algo mais que conteúdos, estando também aberto para diálogos

e deixando que os discentes identifiquem a disponibilidade do educador como ouvinte.

Essa interação entre professor-aluno ultrapassa os limites profissionais e escolares, pois é uma relação que envolve sentimentos e deixa marcas para toda vida. Sendo assim, a afetividade quando valorizada dentro do processo educativo traz inúmeros benefícios para todos os envolvidos, o professor ao oferecer confiança, atenção e sensibilidade para os problemas existentes da turma, estará facilitando o desenvolvimento do processo de aprendizagem, pois para seus alunos, o simples fato de ser valorizado e respeitado como ser humano, aumenta sua disponibilidade para aprender e colaborar com o professor e também com seus colegas.

Para Freire (1976), estimular a expressividade dos alunos é de fundamental importância para fortalecer os vínculos afetivos, além de tornar a aula mais atrativa e interativa, o professor exerce a função de mediador e os alunos sentem-se como participantes ativos do processo. Desse modo, conhecer a história de vida do aluno, também é uma maneira de estreitar laços afetivos, pois assim é criado um clima empático, de companheirismo, favorecendo o desenvolvimento da aprendizagem.

Essa aproximação acontece através de muito diálogo e respeito por ambas as partes, e é necessário que ocorra uma disponibilidade, principalmente por parte do docente, proporcionando momentos de comunicação com seus alunos, numa troca contínua de conhecimento.

Dessa forma, as relações de afeto entre professor e aluno são construídas diariamente, e é composta por diversas formas de atuação, que estabelecem entre as partes envolvidas a mediação do professor em sala de aula, seu trabalho pedagógico, sua relação com os alunos, tudo faz parte desse papel. Nesse sentido, Silva (2001) ressalta a importância do professor para que seus alunos se sintam seguros criando, assim, um ambiente de aprendizado tranquilo, pois a afetividade se faz presente no cotidiano da sala de aula, seja pela postura do professor, pela dinâmica de seu trabalho ou nas

interações entre sujeitos.

Portanto, o relacionamento entre professor e aluno depende fundamentalmente da conduta estabelecida pelo professor, da sua empatia com seus alunos, da capacidade de ouvir, refletir e compreender as dificuldades e limites da sua turma, criando uma ponte entre o conhecimento do educador e do educando. Rossini (2001) relaciona a falta de afetividade à carência de motivação e pouco interesse de crescimento, assim como a rejeição aos livros didáticos.

Dessa forma, entende-se que a afetividade é fundamental para a vida humana e que representa um dos aspectos mais significativos na construção de pessoas mais saudáveis, e como essa relação vai influenciar não só na sua formação, mas em toda sua vida adulta, sua relação com o mundo.

3 As relações afetivas e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem

Não há como negar que a afetividade está intimamente ligada a aprendizagem. Dessa forma Wallon (2010) afirma que a afetividade constitui um papel fundamental na formação da inteligência, de forma a determinar os interesses e necessidades individuais do indivíduo atribuindo às emoções um papel primordial na formação da vida psíquica, um elo entre o social e o orgânico. Dessa forma, podemos entender que o ambiente influencia e estimula através das emoções uma manifestação intensa, ocorrendo uma ligação entre indivíduo e sociedade. Sendo assim é essencial que o espaço escolar seja estimulante e motivador, que as interações entre professor e aluno aconteçam de forma natural, priorizando sempre o desempenho satisfatório da aprendizagem de seus alunos.

O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento de pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma 'cantiga de ninar'. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas (FREIRE, 1996. p. 96).

Sendo a escola uma instituição de formação e o professor um formador de opinião, se evidencia a responsabilidade e a importância do relacionamento afetivo entre professor e aluno para a interação formativa, a fim de que o indivíduo se desenvolva de forma qualitativa, e que as atividades do cotidiano sejam prazerosas. Assim se faz necessário que este relacionamento seja harmonioso, afetivo e prazeroso em todas as instâncias, haja vista as exigências do mundo atual, em que para se obter sucesso na vida adulta, não basta serem pessoas inteligentes, mas é preciso também se pessoas equilibradas, amorosas, capazes de interagir, relacionar-se e conviver em grupo, respeitando as diferenças de um mundo multicultural.

Nesse sentido, diversas teorias afirmam que afetividade é uma dimensão essencial no processo da inteligência e da aprendizagem. Dessa forma, a afetividade direciona e motiva o aluno ao ato de aprender, proporcionando condições que fortalecem o relacionamento afetivo durante o processo de aprendizagem. Desse modo, o professor que consegue estabelecer vínculos de afeto com seus alunos, certamente contribuirá no desenvolvimento de suas habilidades e capacidades e no seu sucesso escolar.

As emoções estão presentes quando se busca conhecer, quando se estabelece relações com objetos físicos, concepções de outros indivíduos. Afeto e cognição constituem aspectos inseparáveis, presentes em qualquer atividade, embora em proporções variáveis. A afetividade e a inteligência se estruturam nas ações e pelas ações dos indivíduos. O afeto pode, assim, ser entendido como uma energia necessária para que a estrutura cognitiva passe a operar. E mais: ele influencia a velocidade com que se constrói o conhecimento, pois quando as pessoas se sentem seguras, aprendem com mais facilidade (DAVIS; OLIVEIRA, 1994, p. 83-84).

Nessa perspectiva, existe uma grande ligação entre o afetivo e o cognitivo, sendo o afeto uma energia que motiva o aluno a aprender e também estimula o professor à busca metodologias que incentivem sua turma a buscar caminhos que facilitem a aprendizagem. Assim, a afetividade funciona como um ingrediente estimulador, fonte de segurança, tanto para o professor quanto para

o aluno, ocorrendo como uma dinâmica profunda e complexa, uma mistura de inúmeros sentimentos responsáveis por incentivar conquistas diárias e contínuas, considerando o processo de ensino aprendizagem uma constituição constante do ser humano.

Nesse contexto, a afetividade está sempre em evidência nos ambientes escolares, sendo uma temática de grande relevância para grandes autores e estudiosos da área, tendo um papel imprescindível no processo de desenvolvimento da personalidade do aluno, manifestando contribuições positivas na forma de agir, na maneira de se expressar e principalmente como estímulo para desenvolver habilidades cognitivas e afetivas. Para entender melhor de que forma essa afetividade contribui no processo ensino aprendizagem, busca-se um aprofundamento mais específico e teorizado, pois quando se fala em afetividade para aprendizagem é preciso considerar as características do ambiente escolar, visando os processos cognitivos de todos.

A aprendizagem sempre inclui relações entre as pessoas. A relação do indivíduo com o mundo está sempre medida pelo outro. Não há como aprender e aprender o mundo se não tivermos o outro, aquele que nos fornece os significados que permitem pensar no mundo a nossa vida. Veja bem, Vygotsky defende a idéia de que não há um desenvolvimento pronto e previsível dentro de nós que vai se atualizando conforme o tempo passa ou recebemos influência externa (BOCK, 1999, p. 124).

Dessa forma, não basta apenas investigar, refletir ou identificar a forma de trabalhar a afetividade nas escolas, é necessário que aconteça um esforço de todos os envolvidos no processo educativo, uma reflexão profunda sobre todos os fatores sociais, culturais, religiosos, compreendendo que a afeto e educação devem andar juntos, numa troca de conhecimento constante e contínua, considerando que recebemos influências do outro e do mundo o tempo todo, construindo nossa identidade de forma subjetiva e específica, através de relações e aprendizados diários.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que as relações afetivas assumem um papel fundamental no desenvolvimento da

aprendizagem. Como afirma Capelatto (2005), a afetividade é a dinâmica mais profunda e complexa da qual o ser humano faz parte, podendo ser considerada como energia vital que impulsiona e conduz o homem no transcorrer de sua existência. Desse modo, a afetividade move o sujeito para que ele possa desempenhar a ação, funcionando como uma substância estimulante para nutrir seus atos, conseqüentemente potencializando as habilidades cognitivas e intensificando o processo de aquisição de conhecimento. Como afirma Rossini:

A afetividade acompanha o ser humano desde o nascimento até a morte. Ela “está” em nós como uma fonte geradora de potência, de energia. Dizemos que, até os 12 anos, a vida do ser humano é extremamente afetiva e, a partir daí, o futuro adulto já tem estabelecidas suas formas de afetividade. A afetividade domina a atividade pessoal na esfera instintiva, nas percepções, na memória, no pensamento, na vontade, nas ações, na sensibilidade corporal — é componente do equilíbrio e da harmonia da personalidade (ROSSINI, 2001, p. 09).

Dessa forma, a afetividade pode ser considerada como a mola propulsora de nossa vida. Ela influencia decisivamente a nossa percepção, a nossa memória, o nosso pensamento, a nossa vontade e as nossas ações, além de ser um componente essencial para a formação e o equilíbrio da personalidade. As relações afetivas determinam a forma como os indivíduos visualizam o mundo, como também seu modo de manifestar-se dentro dele. Desse modo, o afeto é um elemento que conduz nosso comportamento, energizando e estimulando a evolução do processo de ensino aprendizagem.

Portanto, as relações afetivas entre professor e aluno devem ser priorizadas no contexto educacional, sendo imprescindível que a escola incentive o professor a praticar a Pedagogia Afetiva, investindo em desenvolver ações que intensifiquem e valorizem a importância da afetividade na educação. Desse modo, é importante ressaltar que o aluno e o professor necessitam estar bem afetivamente, sendo que essa interação torna-se responsável por promover contribuições indispensáveis tanto para o trabalho do professor, quanto para a

aprendizagem do aluno, sendo inaceitável uma educação que não haja a afetividade em sua composição, pois “sem afeto não há educação” (CHALITA, 2004, p. 149).

4 A importância da autoridade juntamente com a afetividade na relação professor-aluno

Educar não significa simplesmente repassar informações ou mostrar o caminho que o professor pensa ser o certo para o aluno. Educar é ajudar o aluno a conhecer seu próprio eu e também compreender e respeitar os outros. O professor tem o importante papel de orientar seu aluno, buscando maneiras de ajudar na formação de cidadãos críticos e capazes de conviver em sociedade.

Muitas teorias defendem o afeto como sendo indispensável no ato de ensinar. Nesse sentido o professor deve exercer sua função conciliando sua autoridade com a afetividade, através das interações construídas diariamente sendo possível criar um trabalho pedagógico produtivo e eficiente. É importante ressaltar que a afetividade não é apenas o contato físico, muitas vezes ocorre por um simples elogio pela realização da tarefa, por ouvir o aluno e até mesmo por valorizar suas ideias, pois às vezes nem percebemos que em pequenos gestos e palavras são maneira de comunicação afetiva. Nessa perspectiva Libâneo destaca que:

Na sala de aula o professor exerce uma autoridade, fruto de qualidades intelectuais, morais e técnicas. Ela é um atributo da condição profissional do professor e é exercida como independente dos alunos. O professor estabelece objetivos sociais e pedagógicos, seleciona e organiza os conteúdos, escolhe métodos, organiza a classe.

Entretanto essas ações docentes devem orientar os alunos para que respondam a elas como sujeitos ativos e independentes. A autoridade deve fecundar a relação educativa e não cerceá-la (LIBANEIO, 1994, p. 251).

Nesse contexto o professor deve saber usar sua autoridade em prol do desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos,

buscando estratégias e criando metas para facilitar o processo educativo, e jamais usar sua autoridade como forma de podar o aluno, ou de alguma forma querer minimizá-lo, pois ao adotar essas práticas falhas de ensino, estará causando um grande prejuízo na educação desses sujeitos, e conseqüentemente deixando sequelas que os acompanharão por toda vida. Em muitos casos buscando ter autoridade em sala, o professor acaba por se tornar arrogante, humilhando os alunos e essa atitude em nada contribui para o desenvolvimento deles.

Para Miranda (2008, p. 03), “O trabalho do professor em sala de aula e seu relacionamento com os alunos são influenciados e expressos pela relação que ele tem com a sociedade e com cultura”. Nesse sentido, considera-se que, é no espaço sala de aula que alunos e professor expressam sua cultura, seu modo de pensar, seus conhecimentos científicos e de mundo. É também nesse espaço de formação que a postura profissional do professor é conhecida. Dessa forma, o comportamento do professor deixa marcas profundas na vida do aluno, causando impactos positivos ou negativos para sua aprendizagem. Como ressalta Freire:

[...] o professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca (FREIRE, 1996, p. 96).

Nesse sentido, é possível afirmar que a conduta do professor tem grande influência no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, e ao manter uma boa relação com seus alunos, conseqüentemente facilitará o processo de ensino, trazendo contribuições essenciais para sua formação. Sendo assim, o professor é responsável por cuidar do processo de construção de conhecimento, buscando trabalhar aspectos emocionais, instigando o aluno a aprender de forma prazerosa. Entretanto, quando o professor adota um posicionamento abusivo, estará causando enormes rupturas tanto na vida profissional como pessoal do aluno.

Casos em que o professor assume uma postura autoritária e acredita que distanciamento hierárquico é sinônimo de respeito, não são raros dentro de uma sala de aula. Esse profissional, como um “general”, geralmente intimida os discentes a prestarem atenção, e ministra suas aulas sem se importar que haja alunos que não estão acompanhando o seu raciocínio. Sua atenção está voltada apenas para alguns poucos alunos que, sentados nas primeiras carteiras, olham-no atentamente (SIQUEIRA, 2003, p. 99).

Nessa perspectiva, a autora defende que para exercer sua real função, o professor precisa aprender a combinar autoridade, respeito e afetividade. Isso, pois, ao mesmo tempo em que estabelece normas, o professor deve deixar claro o que espera dos alunos, deve respeitar a individualidade e a liberdade que esses trazem com consigo, para neles poder desenvolver o senso de responsabilidade. Desse modo, o educador não deve deixar que as relações de afeto interfiram no cumprimento ético de seu dever como professor, como por exemplo, adotar comportamentos ou situações diferenciadas com um determinado aluno, seja para beneficiá-lo ou prejudicá-lo.

Sendo assim, a relação afetiva entre professor e aluno é fundamental para que o objetivo seja alcançado, a autoridade do professor deve ser compreendida pelos seus alunos como maneira de mediar o processo pedagógico, cabendo ao professor conduzir e utilizar ferramentas facilitadoras na condução do aprendizado de seus alunos, despertando diariamente o senso de responsabilidade, de organização, e principalmente do prazer em aprender, construindo constantemente relações de respeito e amizade e desempenhando seu papel de professor com maestria, proporcionando a seus alunos aulas desafiadoras e motivacionais, deixando sempre claro aos discentes o seu compromisso com uma educação de qualidade, criando vínculos e transformando o ambiente escolar num local agradável e sociável.

5 Considerações finais

Após a realização do estudo bibliográfico pode-se concluir

que as relações afetivas são essenciais e indispensáveis no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, possibilitando diversas contribuições positivas, funcionando com um ingrediente estimulador, energizando e impulsionando a prática docente, posteriormente facilitando a aprendizagem. Conforme discutido nos aportes teóricos deste trabalho de conclusão, a afetividade está diretamente ligada aos processos de ensino e aprendizagem, pois quando há um contexto escolar baseado na afetividade e respeito às diferenças e individualidade de cada um, esta aprendizagem se dá de uma forma mais rápida, simples e concreta.

Dessa forma, pode-se concluir que as relações afetivas entre professor e aluno devem ser priorizadas no contexto educacional, sendo imprescindível que a escola incentive o professor a praticar a Pedagogia Afetiva, investindo em desenvolver ações que intensifiquem e valorizem a importância da afetividade na educação. Os grandes autores também destacam a maneira do professor impor sua autoridade perante a turma, baseando-se numa conduta ética, sendo para seus alunos um modelo de respeito, amizade e confiança, demonstrando exemplos constantes e contínuos de organização e responsabilidade, usando o afeto para enriquecer sua prática.

Durante o estudo também foi possível concluir que o professor torna-se o principal condutor no caminho de construção dos vínculos afetivos, tendo a missão de procurar desenvolver metodologias ativas que atendam as necessidades do seu aluno, oportunizando uma ligação constante, uma troca de saberes, havendo assim uma complementação de ambas as partes. Assim, pode-se afirmar que a relação entre professor e aluno depende da conduta estabelecida pelo professor em sala de aula, da sua capacidade de compreensão e da sua empatia, e principalmente por amor e satisfação pela profissão exercida. Portanto o processo de ensino-aprendizagem só será eficaz quando houver troca de conhecimento e afetividade entre professor e aluno. Independentemente da situação familiar do aluno, o professor deve buscar sempre valorizar, respeitar e amar cada um de seus alunos. Por este motivo, diz-se que ser professor exige, de fato, vocação. Desse modo, a relação

constituída entre professores e alunos compõe a particularidade do processo pedagógico sendo impossível dissociar a realidade escolar da realidade de mundo vivenciada pelos discentes, uma vez que essa relação é enriquecedora, pois ambos (professores e alunos) podem ensinar e aprender através de suas experiências.

Finalizando as reflexões sobre a afetividade na relação professor e aluno e para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, espera-se que outros pesquisadores possam vir a desenvolver mais estudos sobre esse tema, que é fundamental nos dias atuais, principalmente na educação vivenciada na escola, para que haja uma expansão consciente sobre a importância da afetividade na relação professor e aluno em busca da formação de sujeitos participativos e atuantes na sociedade, que almeja um mundo de paz e de valorização humana.

Referências

ANTUNES, Celso. *Relações Interpessoais e a autoestima: a sala de aula como espaço do crescimento integral*, 5.Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. *A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar*. Curitiba: Expoente, 2001.

BOCCATO, V. R. C. *Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação*. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOCK, A. M. B. (Org). *Psicologia: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva 13ªed. 1999.

CAPELLATO, Ivan Roberto. *Educação com afetividade*. São Paulo: Fundação Educar D'paschoal, 2005.

CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. Rev e atual. São Paulo: gente, 2004.

CHIARA, I. D. et al. *Normas de documentação aplicadas à área de Saúde*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. *Psicologia na Educação*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 96

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBANEO, José Carlos. *Didática*. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor). São Paulo: Cortez, 1994.

MIRANDA, Elis. *A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino aprendizagem no contexto afetividade*. VIII Encontro de Iniciação Científica – 8ª Mostra de Pós-Graduação – FIFUIV, 2008. Disponível em: Acesso em: 06 mar. 2016.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. *Pedagogia Afetiva*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, M.L.F.S. *Análise das dimensões afetivas nas relações professor-aluno*. Campinas, Unicamp: FE 2001.

SIQUEIRA, Denise de Cássia Trevisan. *Relação professor-aluno: uma revisão crítica*. PROEX, 2003, Ano IX, n. 33. p. 97-101.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. Henri Wallon; com introdução de Émile Jalley. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 122-124.

WALLON, H. *Do acto ao pensamento*. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

A HERMENÊUTICA E A PRODUÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Bruna Laís da Veiga Kazmirczuk¹

Vanessa Thomas Becker²

Tiago Anderson Brutti³

1 Introdução

Diante da expansão de publicações de trabalhos acadêmicos, faz-se necessário promover uma reflexão sobre a forma de desenvolvimento dessas pesquisas. Assim, o presente trabalho tem como objetivo destacar a importância da hermenêutica como ferramenta para a produção acadêmica. A problemática inserida nesse contexto relaciona-se com a forma de produção dos trabalhos acadêmicos, buscando compreender se há, por meio dessas publicações, uma abordagem reflexiva ou se, apenas, há reprodução de conteúdos já abordados na academia.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com caráter de pesquisa social e de abordagem qualitativa, com finalidade exploratória e descritiva. O trabalho é resultado das pesquisas realizadas no projeto de iniciação científica intitulado “Processos de leitura e de escrita para a qualificação da educação superior e a organização do pensamento”. O projeto é desenvolvido em parceria com o Círculo de Leitura de Clássicos da Filosofia, e é ligado ao Laboratório de

1 Discente do curso de Direito, da Universidade de Cruz Alta. Bolsista CNPq do Projeto “Processos de leituras e de escrita para a qualificação da educação superior e a organização do pensamento”. E-mail: bruna.lkazmirczuk@hotmail.com;

2 Bacharela em Direito pela Universidade de Cruz Alta. Pós-graduanda em Direito Notarial e Registral pela Instituição de Ensino Dom Aberto. E-mail: vanessa.tbeker@hotmail.com.

3 Pós-doutor em Filosofia – Unioeste. Doutor em Educação nas Ciências – UNIJUÍ. Docente do curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – UNICRUZ. Coordenador do projeto “Processos de leituras e de escrita para a qualificação da educação superior e a organização do pensamento”. E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br

Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares, ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, e ao Curso de Direito, todos da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ).

2 Resultados e discussões

Hodiernamente, na academia, respira-se a ideia da produtividade acadêmica. A avaliação de um pesquisador é feita a partir de suas publicações enunciadas no Currículo Lattes. Aquele que, eventualmente, não apresente uma série de trabalhos publicados em revistas, eventos acadêmicos, livros, ou outros meios reconhecidos de divulgação científica, não detém o prestígio de ser qualificado como “pesquisador”. Entretanto, muito mais do que possuir uma vasta lista de trabalhos publicados, precisa-se avaliar o conteúdo dessas produções.

Para Johann e Fensterseifer (2021, p. 76) a produção acadêmica “[...] não está mais centrada nos conteúdos dos artigos de determinado periódico, mas no *Qualis* do periódico”. A afirmação dos autores enuncia uma inversão do objetivo das pesquisas, relacionado com a aquisição de conhecimento (RICHARDSON, 1999). Isso porque, atualmente, o pesquisador, no momento de sua produção, preocupa-se em se enquadrar numa série de requisitos formais que engessam a estrutura da produção científica, deixando suas contribuições sobre o conteúdo da pesquisa em segundo plano. Conforme descreveram Johann e Fensterseifer (2021, p. 76):

[...] temos muitos espaços para “apresentar trabalho”, embora tenhamos pouco a dizer. Mas esse pouco (ou nada), pode ser fatiado, bem formatado, não ter problema metodológico, bibliografia atualizada e em inglês, deixando os avaliadores na saia justa de não poder botar defeito na escrita, apenas a percepção de que o artigo está perfeito, embora pouco ou nada acrescentado de conteúdo (algo tolerável em tempos de superficialidade teórica). Já o artigo maturado em longo processo de estudos, que se pautou pela preocupação com o conteúdo, que é o transborde de exaustivas reflexões, mas descuidou-se dos critérios formais, não passa pela triagem inicial, sequer chegando a um parecerista.

A crítica dos autores consiste, desse modo, na ausência de contribuições originais dos pesquisadores para a discussão das temáticas abordadas nos trabalhos científicos, uma vez que a produção acadêmica tem se tornado apenas uma reprodução daquilo que já foi dito, por meio de trabalhos normativamente bem estruturados. A crítica é dirigida aos autores que não se dispõem a aprofundar as pesquisas e, por isso, não contribuem efetivamente para o debate sobre o conteúdo dos trabalhos que expõem, o que pode ser descrito como a não utilização da hermenêutica como ferramenta para a produção de trabalhos acadêmicos.

Palmer (1996) entende que as raízes da palavra hermenêutica residem no verbo grego *hermeneuein*, usualmente traduzido por “interpretar”, e no substantivo *hermeneia*, “interpretação”. Dos escritos do autor (1996), pode-se inferir que o verbo interpretar comporta a capacidade de discorrer, explicar e traduzir, os entendimentos referentes ao conteúdo que se exhibe. Logo, para além da mera exposição do assunto, é preciso compreendê-lo, para que se possa, enfim, explicá-lo ao receptor.

Nas palavras de Johann e Fensterseifer (2021, p. 77) “[...] a preocupação performática assume o lugar da rigorosa análise”, uma vez que “[...] a primeira pode construir-se sobre procedimentos técnicos de superfície, a segunda requer profundidade teórica”. Com isso, os autores elucidam a dificuldade dos escritores de trabalhos acadêmicos em dialogar com as ideias das teorias já existentes, uma vez que, para que haja o diálogo, um estudo aprofundado da temática é indispensável.

Entretanto, dedicar-se ao estudo de um conteúdo pressupõe o investimento de tempo no assunto, o que dificulta o empilhamento de produções acadêmicas. Logo, a lógica aplicada à produção acadêmica atual é de que “[...] podemos não conhecer em profundidade uma obra, um autor, mas sabemos citá-los conforme as normas da ABNT” (JOHANN; FENSTERSEIFER, 2021, p. 15), o que é suficiente para a mera reprodução do conteúdo.

A proliferação da produção acadêmica sem que haja a

formação de novos conteúdos vai de encontro ao entendimento de Gadamer (1999, p. 559-560), que dispõe que “a linguagem é o meio em que se realiza o acordo dos interlocutores e o entendimento sobre a coisa”. No contexto da produção acadêmica atual, em que não há uma abordagem reflexiva sobre o que se reproduz, não há que se falar em entendimento entre os interlocutores e o objeto da linguagem.

Gadamer (2010) aponta que o intérprete carrega para dentro de sua interpretação tanto a si mesmo quanto a seus próprios conceitos. Contudo, para que haja essa utilização da hermenêutica, ou seja, para que se realize a interpretação de um enunciado com base em seu entendimento pessoal e seja promovida a reflexão sobre a temática, é necessário que se conheça a teoria, para além da mera reprodução em conformidade com normas de estrutura e a pilhagem de trabalhos acadêmicos repetitivos.

3 Considerações finais

No presente trabalho, buscou-se apresentar uma crítica a exigência do produtivismo acadêmico para qualificar um pesquisador. Isso porque, a necessidade de pilhagem de produções acadêmicas facilita a reprodução de trabalhos materialmente vazios, ao ponto que para que haja produção em massa, não é possível dedicar-se ao conhecimento aprofundado da teoria. Assim, como reflexo, poucos são os trabalhos acadêmicos que dialogam com as produções e teorias já existentes.

A ausência desse diálogo impede que se utilize da hermenêutica como ferramenta para a produção acadêmica. Isso porque, prioriza-se um produtivismo formalmente adequado a normas estruturais, desvalorizando a interpretação do conteúdo material inserido nos trabalhos acadêmicos. Tal prática ecoa, negativamente, no desenvolvimento da linguagem entre os interlocutores, uma vez que a reprodução de conteúdos sem uma abordagem reflexiva por parte do emissor dificulta a comunicação e a compreensão pelo receptor do assunto desenvolvido.

Referências

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II**: complementos e índice. Petrópolis: Vozes, 2010.

JOHANN, Maria Regina; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Giro hermenêutico & outros escritos**. Cruz Alta: Ilustração, 2021.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

O JOGO NARRATIVO DOS VÁRIOS “EUS” NA OBRA CONTEMPORÂNEA *K.: RELATO DE UMA BUSCA*: RECEPTÁCULO DE DISCURSOS SOCIAIS¹

Airton Pott²

Ivânia Campigotto Aquino³

1 Introdução

Se cada sujeito influencia aos demais com seu discurso e é, ao mesmo tempo, influenciado pelos discursos dos outros, todos são sujeitos integradores de inúmeros discursos oriundos de contextos diversos, e todos eles sem igual, já que também cada sujeito é único devido ao seu ser constitutivo, inclusive socialmente. Assim, quando um sujeito resolve tornar-se autor de um texto literário, ele externa parte de seu conhecimento, de seu discurso, formado também por discursos de outros. Logo, tem-se, no texto literário, o registro de vários discursos, acrescidos de ficção. Tudo isso instigará a imaginação do leitor, receptor do texto escrito.

Mais precisamente, é abarcado nesse contexto que se fundamenta a escolha de *K.: relato de uma busca* como a obra literária para tais análises. Primeiro, pelo fato de o autor do livro, Bernardo Kucinski, ter vivenciado o período traumático da ditadura, o qual é o pano de fundo de sua narrativa no livro corpus selecionado. Por conseguinte, é uma obra muito bem planejada pelo autor, tanto na sequência narrativa, quanto nos recursos

1 Este artigo possui relação com partes de outros produtos que os autores desenvolveram sobre a temática e a obra literária em questão.

2 Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em Letras, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: airton_pott@yahoo.com.br

3 Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em Letras, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ivania@upf.br

estruturais, sintáticos, semânticos, o que justifica a seleção dos teóricos escolhidos – uma semioticista, Barros (2005); Bakhtin (2011) com estudos, sobretudo, sobre discurso; Fairclough (2001) com suas considerações sobre a análise crítica do discurso; e Iser (1996) com sua vasta teoria do efeito estético.

Com esses teóricos de diferentes áreas, mas relacionáveis em alguns direcionamentos aqui delineados, tem-se um aparato para analisar os aspectos relevantes aqui explanados. Tais pontos estão relacionados também aos discursos e àquilo que está em consonância com estes, muitas vezes despercebidos ou desconhecidos pelo leitor, o que pode interferir na compreensão da obra, e significações pretendidas pelo autor. Afinal, tem-se, por intermédio da obra literária, uma cadeia formativa de discursos sociais que influenciam as ações e os pensamentos dos sujeitos do mundo real.

2 O eu no outro/o outro no eu: os sujeitos e seus discursos sociais

A respeito da obra, do texto literário, Bakhtin (2011, p. 279) já elucubrava que ela “é um elo na cadeia da comunicação discursiva”. Esse encadeamento se estabelece pelo fato de cada obra literária ser composta por inúmeros discursos e, nessa perspectiva é, além disso, multimodal, pois é apresentada de diversos modos e composta por vários elementos.

Uma obra, sobretudo literária, pode ser apresentada em forma de imagens, gestos, palavras, sendo estas de uma complexa infinidade. No entanto, ao se tratar de um romance, como no caso do corpus de análise aqui proposto, tem-se uma estória cuja premissa é de que tenha presente os elementos da narrativa, mas que expressa, em maior ou menor grau, o discurso do sujeito primeiro, seu autor. Por tratar-se de ficção, incorporada àquilo que a motivou, ficam incertos ao leitor os limites do real e do inventado nas informações nela encontradas. Conforme Iser (1996, p. 154),

Se a informação impulsiona o estímulo, o discurso se apresenta como gramática operacional a ser manejada de modo a produzir o contexto de uso, exigido em cada caso. Aqui se evidencia uma

função decisiva da duplicidade que caracteriza a ficção: ela se funda naquilo que produz.

A ficção, desse modo, é guardadora de discursos já existentes, mas inovados, pois, devido às suas características próprias, ressignifica aquele discurso que existia previamente e institui um novo discurso através de seus elementos constituintes. Afinal, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Assim, pode-se corroborar que “quando o texto se torna do nosso conhecimento podemos falar de reflexo do reflexo.” (BAKHTIN, 2011, p. 319). Aliás, o texto, quando recebido pelo leitor, já é o reflexo de alguém que sofreu influências de outros, haja vista que o sujeito autor do texto também é um refletor de discursos de outrem.

Fairclough (2001) enfatiza que o discurso contribui para a construção das identidades sociais imbricado às posições dos sujeitos e aos tipos de *eu*. Além disso, ele contribui para construir as relações sociais entre as pessoas e também para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

Dessa forma, tem-se no discurso um facilitador de formação de sujeito, o qual, graças àquele, pode interagir, comunicar-se, aprender e ensinar o outro. Em outras palavras, o *eu* é formado também por *outros* e estes têm um pouco daquele. Ou seja, o discurso de cada um não é exclusivo dele, já que sofreu influências de outros. Quando essa interação ocorre por meio do texto, este é o tabuleiro que liga sujeitos sociais – o autor e o leitor. Iser (1996, p. 260) permite inferir que estes são dois grandes jogadores, sendo o leitor um sujeito atuante ao receber o texto:

Se o imaginário se desenvolve nos paradigmas discutidos como jogo sem ser tematizado como tal, é porque ele permanece relacionado, como faculdade, ato ou imaginário radical, a determinadas exigências pragmáticas. O jogo enquanto oscilação leva à autoconstituição do sujeito.

Ao seguir essa concepção do jogo, pode-se enfatizar que

o imaginário é próprio e único de cada sujeito, relacionado às experiências e aos conhecimentos prévios dele, bem como às próprias características inatas e imanentes dele. Ao mesmo tempo, esse jogo oscilante do imaginário a partir da ficção está entremeado também com o que está no texto. Ou seja, o texto ficcional contribui também para a constituição do sujeito, inclusive no âmbito social.

Cada discurso, dotado de significação, está em jogo e contribui para a interação social, e também para dar sentido e compreensão aos sujeitos a partir da imaginação. Em outras palavras, tem-se um *eu* que pode fazer uso do ato de imaginar graças àquilo que o *outro* escreveu. Logo, seu discurso será modificado devido ao do *outro*, tentando estabelecer significações imaginárias. Conforme Iser (1996, p. 252),

As significações imaginárias são, portanto, significações às quais não corresponde um determinado significado, de modo que o significante impulsiona sua transgressão para que um não-ser possa ser postulado como significado.

Diante dessa premissa, pode-se salientar que novas significações são possíveis graças ao imaginário e o que não era ainda possível passa, assim, a ser, sobretudo no mundo da ficção, e nas possíveis imaginações permitidas graças a ela. Em linhas gerais, o não-ser passa a ser concebível com o auxílio do imaginário. A partir do momento que o não-ser passa a existir, ele passa a ser dotado de significação, pois está em contraste com o sendo, ou seja, o indeterminado torna-se tangível, ganha estrutura, lhe são concedidas roupagens.

Mesmo sendo da teoria do efeito estético, alguns conceitos dos estudos de Iser (1996), sobretudo o das *significações imaginárias*, assemelham-se aos da teoria semiótica, como, por exemplo, um dos conceitos de texto apresentados por Diana de Barros (2005), no qual ela ressalta que o texto é entendido como objeto de significação e está emaranhado em procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como um “todo de sentido”. E ela ainda acrescenta que “a esse tipo de descrição tem-se atribuído o nome de análise interna ou estrutural do texto.” (BARROS, 2005,

p. 12).

Efetivamente, esse conceito sobre os mecanismos estruturais do texto mostra a importância que a estrutura composicional dele tem para auxiliar na recepção da obra feita pelo leitor e, assim, permite a decodificação das informações ali contidas. Dessa forma, o conceito de significação está voltado não só para a semântica e a pragmática, mas também para a sintaxe e para a morfologia, o que vai ao encontro do fato de que

A língua como sistema possui uma imensa reserva de recursos puramente linguísticos para exprimir o direcionamento formal: recursos lexicais, morfológicos (os respectivos casos, pronomes, formas pessoais dos verbos) (BAKHITIN, 2011, p. 306).

Ao associar a semiótica a uma visão da sintaxe, uma das concepções de Barros (2005, p. 20), sobre a narrativa, é vê-la como “mudança de estados, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age no e sobre o mundo em busca dos valores investidos nos objetos.” (BARROS, 2005, p. 20). Logo, a narrativa é um meio de um sujeito – o autor – tentar agir sobre outro sujeito – o leitor – a fim de passar-lhe, através do texto, alguns ensinamentos, histórias, valores, cultura, ideologias.

Segundo Fairclough (2001, p. 117), “as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas [...]”. Dessa maneira, tem-se a busca de transformação da realidade por meio da ficção, isto é, a narrativa pode ser adota como mecanismo para tentar influenciar na realidade através de sua dimensão discursiva e sua intenção enunciativa.

Já enfatizava Bakhtin (2011, p. 308) que são “dois elementos que determinam o texto como enunciado: a sua ideia (intenção) e a realização dessa intenção”. Ou seja, o autor tem uma intenção, a qual ele expressa através da prática discursiva na narração. Dessa forma, o autor encontra no discurso uma forma de agregação na narrativa:

O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa “enriquecida” por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia. (BARROS, 2005, p. 53).

Aliás, a narrativa carrega por trás de seu(s) discurso(s) um sujeito enunciativo – o autor, o qual vai, através das estruturas discursivas, intensificar as finalidades para as quais o texto foi escrito. Sendo assim, o discurso é um objeto, um meio para o autor conseguir determinados fins, os quais dependem também do leitor, já que este pode fazer significações (in)esperadas com relação às intenções do autor no texto.

Pode-se, então, frisar que entre o autor e o leitor há, por intermédio do texto, uma relação de controle interacional, onde ambos – autor e leitor – dependem de si mutuamente para construir e dar continuidade de sentido, podendo este estar atrelado fortemente a mudanças sociais, atitudinais e inclusive de pensamento. A respeito disso, Fairclough (2001, p. 117) reverbera que “as convenções de controle interacional de um gênero corporificam exigências específicas sobre as relações sociais e de poder entre os participantes.”.

Ao optar por uma narrativa, o autor pode fazer uma verdadeira compilação em seu texto, uma vez que muito pode ser reunido nessa tipologia textual, mas o autor tende a colocar seu estilo próprio na obra. Tais preceitos já foram fundamentados também pela teoria bakhtiniana: “o sujeito do discurso – neste caso *o autor* de uma obra – aí revela a sua individualidade no estilo, na visão de mundo, em todos os elementos da ideia de sua obra.” (BAKHTIN, 2011, p. 279).

Por fim, quando se trata de um autor que vivenciou um período traumático e que resolve registrar isso, por intermédio de uma narrativa, muito há para ser considerado, pois certamente ele levará essa realidade e sua visão de mundo para dentro de seu texto, mas poderá mudar muitas informações, acrescentar outras, tornando o texto ficcional. Logo, haverá uma transcendência inextinguível entre o real e o ficcional, mas os demais elementos

da obra podem torná-la tão interessante que essa relação passa a ser apenas uma das inúmeras contribuições para deixar o leitor instigado a ler tal obra.

3 K.: relato de uma busca: apresentação e análise da obra a partir dos narradores discursivos

Diante das noções teóricas apresentadas no anterior, pode-se ressaltar que *K.: relato de uma busca*, romance de Bernardo Kucinski, contém os elementos julgados essenciais para uma análise possível dos elementos fundamentados anteriormente e, como já evidenciado, contém um conjunto de aspectos favoráveis para os estudos pretendidos.

A respeito do autor, Bernardo Kucinski, é importante destacar que ele nasceu em São Paulo no ano de 1937 e é jornalista, escritor e cientista político. Ele possui graduação em física pela Universidade de São Paulo (USP). Nesta universidade, lecionava sua irmã Ana Rosa Kucinski, que foi presa e morta no período da ditadura. Bernardo era militante estudantil durante o regime militar e também havia sido preso na época. Anos depois, voltou para a USP e formou-se doutor em Ciências da Comunicação e aposentou-se como professor titular dessa universidade.

Possivelmente devido ao seu trauma familiar e particular vivido no período da ditadura, resolveu escrever livros de ficção, sendo *K.: relato de uma busca* o primeiro. Foi publicado, primeiramente, pela editora Expressão Popular, de São Paulo, em 2011, e republicado no ano seguinte pela mesma editora. Em 2014, o livro foi publicado pela Cosac Naify e, em 2016, pela Companhia das Letras. Com este livro ele foi finalista, em 2012, dos prêmios São Paulo de literatura e Portugal Telecom.

Perante esse contexto histórico e social, muitas das ideologias e experiências de Kucinski são transpassadas para sua obra *K.: relato de uma busca*, o que deixa ainda mais contundente as instâncias enunciativas e as estruturas discursivas da obra. Tais percepções comprovam as proposições de Barros (2005, p. 78):

Mas é sobretudo no nível das estruturas discursivas que a enunciação mais se revela, nas projeções da sintaxe do discurso, nos procedimentos de argumentação e na escolha dos temas e figuras, sustentadas por formações ideológicas.

Ao longo da obra *K.: relato de uma busca* fica perceptível que uma das intenções de Kucinski é retratar o trauma da ditadura e, através disso, formar uma ideologia. Verifica-se, inclusive, formações ideológicas que visam mostrar alguns princípios, morais ou valores, ligados a fatos da sociedade.

Deveras, Kucinski tenta mostrar o que ocorria com vítimas da ditadura, tanto com as desaparecidas, quanto com os familiares, inconsolados, agoniados, traumatizados e desesperados, muitas vezes sem saber o que de fato aconteceu com o parente desaparecido. Na narrativa, K., o protagonista, não sabe o que aconteceu com sua filha, que está desaparecida e, portanto, resolve fazer uma busca incessante por ela, ou pelo menos por informações que revelassem seu paradeiro ou o que pudesse ter acontecido com ela.

O livro é dividido em 29 capítulos, os quais são formados por diferentes composições, inclusive os narradores. Na obra, é possível deparar-se com uma polifonia narrativa, visto que grande parte dos capítulos são contados por um narrador observador, mas também há muitos outros que são narrados por narradores personagens, muitos destes, não estão ligados diretamente ao enredo principal da obra – do pai, K., e sua busca pela filha. Ao fazer o mapeamento da composição narrativa da obra encontra-se a seguinte distribuição:

- 18 capítulos cujo narrador é observador, ou seja, com verbos na terceira pessoa (capítulos 02, 04, 05, 06, 09, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26 e 27). No entanto, no quinto capítulo aparece K. apenas no início e no fim, sendo que o foco do capítulo não é a busca do pai pela filha, mas sim informações relevantes e contribuintes para isso; no décimo quinto capítulo não aparece o personagem K.; no vigésimo há narração com verbos na terceira pessoa, mas predomínio de falas entre aspas, como forma de diálogo; no vigésimo quarto, também não há a narração da busca de K. pela filha, e sim narração estilo registros em ata; e no

vigésimo sexto capítulo aparece o personagem K. apenas uma vez, isso no primeiro parágrafo;

- nove capítulos cujo narrador é um personagem (capítulos 01, 03, 07, 08, 10, 12, 14, 18, 22, 28 e 29). O primeiro é um capítulo estilo carta e o último é um *Post Scriptum*, estrutura semelhante à carta, sendo ambos – 01 e 29, portanto – narrados pelo mesmo personagem, o irmão da filha desaparecida de K.. Aliás, ambos os capítulos são datados com mesmo local e data: “São Paulo, 31 de dezembro de 2010” (KUCINSKI, 2016, p. 15 e 168), 40 anos após o período em que ocorreu a história narrada; já o terceiro capítulo é narrado em primeira pessoa do plural e não aparece o personagem K.; o sétimo capítulo é uma carta escrita pela filha desaparecida de K.; no oitavo, o narrador não foi identificado, mas aparecem os pronomes “ele” e “nosso”, o que deixa implícito um “eu” – o “ele” é um revolucionário e voraz leitor, que, no final, é capturado pelos militares e desaparece, já o “nosso” mostra uma intenção de interação do narrador com o leitor; o décimo capítulo, porém, é narrado por um militar, presume-se, pelo contexto do capítulo, que seja quem prendeu a filha desaparecida de K. e seu marido; já no décimo segundo capítulo, o narrador é um militar gabola, que interage com Mineirinho, um subalterno do outro. Há indícios de que seja o mesmo narrador que no décimo capítulo; o décimo quarto capítulo é narrado por um pai de família carente que K. ajudava no sustento; no décimo oitavo, o narrador é uma mulher, prostituta, de família comunista e que se envolve sexualmente com um militar; e no vigésimo oitavo, há uma mensagem em forma de carta, assinada por Rodriguez, um militante, e destinada a Klemente, um de seus companheiros de militância.

Ao fazer uma análise de todos os capítulos, é possível identificar que metade deles é voltada à narração da busca de K. pela filha, aqueles feitos através de narrador observador. Já a outra metade é feita por narradores personagens, mais outros cinco capítulos em terceira pessoa, mas que tem estrutura bastante diferente e que não focam na narração da busca de K. Portanto, matematicamente, metade dos capítulos é voltada diretamente para

a narração da busca do pai pela filha, e a outra metade possui como cerne narrativo alguma outra ênfase, porém voltada à temática de vítimas torturadas por causa da ditadura.

Mediante a estrutura da narração, percebe-se uma multiplicidade discursiva, por intermédio dos narradores, em que cada capítulo contribui para uma contextualização sobre os acontecimentos no período do regime militar que perpetuou por mais de duas décadas no Brasil. Portanto, essa polifonia narrativa é um dos destaques do livro *K.: relato de uma busca* e que, ao invés de afastar o leitor, motiva-o a continuar a leitura, a fim de acompanhar a trama e compreender essa complexidade discursiva e narrativa. Certamente os leitores, curiosos, querem saber o desfecho da trama de K. e sua busca pela filha desaparecida, o que é focado nos capítulos em que há narrador observador. Conforme Barros (2005, p. 57),

Nos textos em terceira pessoa há outros procedimentos que assumem o fio do discurso, entre os quais está o observador. O observador é, como o narrador, delegado da enunciação, mas não lhe cabe contar a história e sim determinar um ou mais pontos de vista sobre o discurso e dirigir seu desenrolar.

Dado o exposto, a narração dos capítulos em terceira pessoa direciona a busca de K. pela filha e o desenrolar dessa trama. Sendo assim, o narrador observador é um dos guias do fio do discurso do enredo da história. No entanto, são os narradores personagens que trazem discursos inesperados à trama, pois não narram a busca de K. pela filha, mas que contribuem para a temática da narrativa, que é a trama vivida pelas vítimas da ditadura.

De acordo com Barros (2005, p. 57), “o narrador é o delegado da enunciação no discurso em primeira pessoa. O sujeito da enunciação atribui ao narrador a voz, isto é, o dever e o poder narrar o discurso em seu lugar.”. Portanto, tem-se em *K.: relato de uma busca* várias vozes narrando diferentes histórias, mas todas voltadas para elementos traumáticos por causa da tortura sofrida pelas vítimas da ditadura. Essa polifonia narrativa mostra várias vozes, ou seja, torna sujeitos da enunciação diferentes personagens,

a fim de que haja vários discursos diferentes, o que torna a obra ainda mais dotada de significação e informações.

Como pode ser percebido no livro, muitos dos capítulos narrados por personagens não estão relacionados diretamente ao enredo principal do livro, que é a busca de K. pela filha desaparecida, e, além disso, são feitos por personagens diferentes, não relacionáveis como sequência narrativa entre eles ao longo da trama narrada. Muitos deles são narrações de acontecimentos vinculados às torturas e aos traumas vivenciados pelas vítimas do tempo da ditadura militar e que contribuem, de uma ou outra forma, para uma compreensão mais aprofundada desse período traumático às suas vítimas.

Além do mais, como é um texto ficcional, o leitor sente-se intimado a tirar suas próprias conclusões e, portanto, torna-se sujeito atuante nesse processo dinâmico e interacional. Os diversos narradores contribuem para novas informações, novas representações, novas significações, as quais são oriundas desse processo estrutural elaborado por Kucinski. Isso pode ser equiparado com a polifonia narrativa, bem como com o jogo entre o real, o ficcional e o imaginário teorizados por Iser (1996), os quais contribuem para o estabelecimento de novos lugares vazios ao longo de *K.: relato de uma busca*, sendo que estes são aquilo que o leitor ainda não identificou no texto, mas quer descobrir por que se sentiu instigado pelo que está escrito. Segundo Iser (1999, p. 158),

As mudanças de posição do lugar vazio no campo são responsáveis pelas sequências de representações; estas advêm de operações previamente esboçadas e estruturação e neste processo se traduz a transformação de posições textuais dadas para a consciência de representação do leitor.

Em linhas gerais, isso significa que, conforme o leitor vai lendo o texto, ele vai sanando as dúvidas permitidas pelos lugares vazios, mas, perante a continuidade do texto, alguns vão sendo descobertos pelo leitor e novos lugares vazios vão surgindo. Nesses traveses, pode-se inferir que os lugares vazios são instigações para que o leitor se mantenha motivado, interessado e determinado em

seguir a leitura, pois ele sabe que o texto tem um fim, o que pode, e certamente haverá, são lugares vazios, os quais deixam no ar uma vagueza ou possível continuidade.

À vista disso, descortina-se em *K.: relato de uma busca* o que se espera de toda boa ficção narrativa: um enredo que faz o leitor mergulhar em suas linhas e entrelinhas. Ao ler a obra, o leitor tende a ficar angustiado inúmeras vezes, pois a temática é voltada à obscuridade de um passado temeroso. Um pai desesperado em busca pela filha já deixa o leitor sensibilizado. No entanto, quando o desenrolar dessa trama reserva uma série de estratégias estruturais, narrativas, enunciativas e discursivas, torna-se uma obra única, singular e surpreendente.

3 Considerações finais

Os diversos narradores e os diferentes discursos encontrados em *K.: relato de uma busca* possibilitam, através das várias vozes dos sujeitos da enunciação, uma gama de informações dotadas de significação e voltadas para a mesma temática, porém em perspectivas diferentes. Há o narrador em terceira pessoa, cujos capítulos possuem linguagem mais formal que nos narrados por personagens; há diversos capítulos narrados por personagens diferentes – uma mulher comunista prostituta, um pai de família carente, um militar – nos quais aparece uma linguagem pejorativa, inclusive com palavras grosseiras e ofensivas, popularmente chamadas de palavrões.

Essa polifonia narrativa contribui para o papel social de mostrar, através da ficção, um passado mortificador e, dentre outros objetivos, alertar para que isso não se repita futuramente. No entanto, enquanto convida o leitor para apreciá-la, a ficção mostra o real de outro ângulo, e a ele acresce outros discursos, pois há o inventado presente em sua composição. Assim como a paisagem precisa de alguém para admirá-la e ao mesmo tempo cuidar dela, também a ficção precisa ser admirada e, ao mesmo tempo, observada cuidadosamente. Ambas são belas, a paisagem

por natureza e a ficção por que o autor a fez assim.

Em *K.: relato de uma busca*, o autor até pode tornar a realidade menos cruel, menos traumática, com o apoio das estratégias do texto, mas isso não quer dizer que Kucinski não se preocupa com sua motivação buscada na realidade, muito pelo contrário. Devido às fortes cenas narradas em *K.: relato de uma busca*, o não crível está no fato de serem narrados episódios de tortura, de sofrimento, sendo que isso seria algo muito surreal para ser verdade. E, na ficção, ficam inconcebíveis os limites entre ela e o que de fato aconteceu na realidade. Dessa forma, tem-se, nessa obra literária, uma preocupação com as informações, tanto com relação à fidelidade ao real, em alguns aspectos, quanto com a composição da obra, a qual precisa ser recebida pelo leitor e agradar a este.

Em virtude de a obra analisada ser baseada em fatos reais traumáticos para o próprio Kucinski, pode-se dizer que ele encontrou na ficção uma forma de desabafo e também de arquivar suas memórias, seus traumas, e, ao mesmo tempo, contextualizar os leitores sobre o que acontecia com pessoas naquela época e, assim, mostrar para elas que é melhor viver em prol da pacificação, do que optar por uma sociedade opressora. Essa concepção de a ficção ter sido o lugar de refúgio do autor pode ser comparada ao fato de o texto ser uma realidade, uma “realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências.” (BAKHTIN, 2011, p. 307).

Diante disso, tem-se no texto de Kucinski um texto discursivo marcado por um *eu*, um autor formado por ideologias, vivências, pensamentos, enfim, com uma longínqua caminhada de vivências e experiências. Dessa forma, o relato de uma busca acompanhada pessoalmente por ele atribui a *K.: relato de uma busca* um importante papel social e pode permitir mudanças de pensamentos, por meio de sensibilizações possibilitadas por intermédio desse texto, e conscientizações reais através da ficção para mudanças nas estruturas sociais.

Enfim, através de seu jogo enunciativo e narrativo com vários *eus* e vários *outros*, *K.: relato de uma busca* torna-se um receptáculo

de memórias discursivas que clamam por mudança social. Afinal, os vivos de hoje não precisam levar a mesma vida e ter a mesma morte que as vítimas da ditadura.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1812965/mod_resource/content/1/BARROS-Diana-Luz-Pessoa-de.-Teoria-Semiotica-do-Texto.pdf. Acesso em 27 de dezembro de 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Coordenação de tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/5281166/Discurso_e_Mudan%C3%A7a_Social_-_Norman_Fairclough?auto=download. Acesso em 27 de dezembro de 2018.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Tradução de Johannes Kretschmer. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. *K.: relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS AOS CONSTITUINTES: O MOVIMENTO FEMINISTA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1987-1988

Bibiana Terra¹

1 Introdução

O presente resumo expandido tem como objetivo apresentar, ainda que brevemente, os resultados obtidos em pesquisa desenvolvida entre os anos de 2019 e início de 2021 no programa de mestrado em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia, da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). Assim, a problemática, os objetivos e resultados aqui apresentados se desenvolveram durante esse período e são resultados de dissertação já defendida.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 representou um marco político-jurídico na transição democrática e no avanço dos direitos das mulheres no Brasil. Tendo por base o reconhecimento do papel desenvolvido pelo movimento feminista brasileiro nesse período, a dissertação teve como objetivo buscar resgatar a história e o desenvolvimento dessa articulação das femininas durante o processo constituinte. Diante disso, partiu do problema central de quais as dificuldades que o movimento feminista brasileiro enfrentou na época da constituinte e se essas dificuldades permanecem hoje ou já foram superadas.

Com isso, pretendeu-se discutir a participação das mulheres e do movimento feminista durante o último processo constituinte, que culminou na promulgação da vigente Constituição Federal.

1 Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), Mestrado em Direito com ênfase em Constitucionalismo e Democracia, Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil. E-mail: bibianaterra@yahoo.com

Para tanto, foram abordados o desenvolvimento do feminismo no Brasil, a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, as suas articulações para a elaboração da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes – documento que, naquele momento, continha as principais reivindicações das feministas para o texto constitucional que passaria a ser redigido – e a atuação conjunta das mulheres, das feministas e das deputadas constituintes da bancada feminina. Além disso, o trabalho não apenas analisou os fatores relacionados a tal participação naquele período, mas também alcançou o momento pós-constituinte, em que correlacionou os direitos que foram conquistados em 1988 e o que se tem hoje. Por fim, ainda propôs o constitucionalismo feminista como um dos meios de conseguir superar os desafios da igualdade de gênero em um Estado Democrático de Direito como o brasileiro.

A hipótese principal reforçou a ideia de que, no período da Assembleia Nacional Constituinte, houve um amplo espaço para discussões envolvendo anseios sociais e, diante disso, o movimento feminista brasileiro decidiu que era hora de marcar presença e apresentar suas demandas para que essas fossem incorporadas pelo texto constitucional. Do ponto de vista teórico, foi adotada a ideia da Teoria Feminista, privilegiando-se autoras feministas brasileiras.

Dessa forma, a pesquisa pretendeu recontar parte dessa história constitucional que não encontra abrigo em propostas androcêntricas e tradicionais do constitucionalismo brasileiro. Como metodologia a dissertação adotou a pesquisa bibliográfica e a análise documental de fontes primárias, sendo que apresentou uma narrativa, cientificamente estruturada, dos debates envolvendo gênero e direito das mulheres nas comissões e subcomissões temáticas da constituinte.

2 Resultados e discussões

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e constitui um marco no processo de redemocratização do país.

A elaboração da primeira Constituição do Brasil pós-ditadura militar contou com uma expressiva participação da sociedade civil organizada em movimentos sociais, desde a pressão pela abertura de uma Assembleia Constituinte até a possibilidade de apresentação de emendas populares e audiências públicas no âmbito das subcomissões temáticas. Dentre esses atores da sociedade civil, um exemplo que se destacou foi o movimento feminista.

Diante disso, a dissertação, estruturada em quatro capítulos, além de sua introdução e conclusão, abordou acerca da participação das mulheres e das feministas no último processo constituinte brasileiro. Ela versa sobre a influência do movimento feminista na participação das mulheres brasileiras durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Sendo assim, a vertente na qual ela se vincula é a do direito constitucional, a partir de uma perspectiva de gênero, e suas relações com os movimentos sociais, mais especificamente o movimento feminista brasileiro do século XX.

Visando evidenciar e discutir essa experiência mencionada, qual seja, a participação das mulheres e do movimento feminista na ANC, a pesquisa se desdobrou em quatro objetivos específicos, sendo esses: Apresentar um itinerário histórico do movimento feminista no Brasil, abordando três momentos principais, quais sejam: a conquista dos direitos políticos, a ditadura militar e a redemocratização do Brasil; relacionar as articulações do movimento feminista brasileiro, através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com a edição da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes e com a composição da bancada feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988; apresentar uma análise dos principais debates ocorridos nas subcomissões e comissões temáticas que versaram sobre as questões de gênero e dos direitos das mulheres; investigar, através do resultado do texto constitucional, se as demandas apresentadas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes foram consagradas e outros direitos que foram sendo conquistados a partir disso.

Partindo desses objetivos, tanto central quanto específicos,

pode-se compreender que a dissertação procurou analisar a ação política do movimento feminista brasileiro do século XX, bem como as suas articulações, o seu lugar e as estratégias por ele adotadas para, de maneira inédita até então, demarcar a presença feminina, garantir sua voz e, principalmente, atuar, enquanto sujeito político, no processo constituinte de 1987 e 1988. Sendo assim, neste trabalho, procurou-se, à luz da teoria feminista, discutir a atuação de agrupamentos de mulheres organizadas em movimentos para a garantia de seus direitos.

Durante a realização dessa análise, dos debates ocorridos durante o processo constituinte de 1987 e 1988, foi possível perceber a reprodução de uma série de estereótipos de gênero dentro de um ambiente propício para as discussões em torno dos direitos das mulheres. Esses estereótipos, ainda hoje, apesar da atuação das feministas e da previsão constitucional de um tratamento isonômico entre todas as pessoas, permanecem insuperáveis tanto no âmbito institucional quando no seio da sociedade.

A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, sistematizadora de reivindicações que foram transformadas em direitos constitucionais, é um importante símbolo desse processo, talvez um dos maiores na história do movimento feminista no Brasil até hoje. A partir dessa pesquisa compreendeu-se que isso somente foi possível porque o movimento feminista brasileiro, que participou ativamente das lutas pela redemocratização do país, estava comprometido em aproveitar o momento e garantir os direitos das mulheres na lei mais importante do país, pois tinham a compreensão de que, a partir dela, decorreriam muitas outras conquistas.

3 Considerações finais

A ampliação dos direitos das mulheres na vigente Constituição Federal, que pode ser verificada pela existência de normas referentes à condição feminina no corpo desse texto, não constituiu meramente um ato de extensão da cidadania masculina

às mulheres, através de uma outorga jurídica dos e das parlamentares a este setor oprimido, explorado e invisibilizado da população brasileira; mas, pelo contrário, é resultado de uma até então inédita e ativa participação política das mulheres no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte.

Concluiu-se que essa presença e, sobretudo, ação das mulheres brasileiras no âmbito da constituinte foi possibilitada pela conjugação de diversos fatores, dentre os quais foram decisivos os seguintes: um contexto histórico singular, marcado pela onda de reivindicações pela restauração da democracia; certo nível de maturidade e empoderamento político alcançado pelo movimento feminista brasileiro ao longo da década anterior; uma ampla articulação nacional, conduzida principalmente pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; a formação, até então inédita, de uma bancada feminina, tendo sido eleitas 26 deputadas constituintes; da compreensão por parte das mulheres e das feministas da importância desse momento para a garantia de seus direitos.

Resta assim demonstrado que o movimento feminista cumpriu um papel muito importante na conquista dos direitos constitucionais das mulheres brasileiras, tendo contribuído para a sua constituição enquanto sujeitos políticos. Enquanto atrizes sociais, elas garantiram, por meio da participação política, que quase todas as suas demandas, apresentadas principalmente através da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, fossem previstas pelo novo texto constitucional.

Diante do problema de pesquisa que foi apresentado no início da dissertação, qual seja, quais as dificuldades que o movimento feminista enfrentou na época da constituinte e se essas dificuldades já foram superadas ou se permanecem ainda hoje, concluiu-se que embora a atuação das mulheres e das feministas naquele momento tenha culminado na ampliação da cidadania feminina e na consequente constitucionalização dos direitos das mulheres brasileiras, ainda restam dificuldades que não foram superadas.

Referências

TERRA, Bibiana de Paiva Francisco Beraldo Borges de Sant'Ana. *A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: O Movimento Feminista e a Participação das Mulheres no Processo Constituinte de 1987-1988*. 2021. 326p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito Do Sul de Minas. Pouso Alegre, 2021.

A CRIANÇA EM MEIO A REVOLUÇÃO DIGITAL: RECONNECTAR-SE A NATUREZA É PRECISO

Marlene Przyłinski¹

Vaneza Cauduro Peranzoni²

Maria Aparecida Santana Camargo³

1 Introdução

O uso das tecnologias digitais por crianças e jovens na contemporaneidade vem se tornando um fenômeno quase que incontrolável. Analisando este contexto, o presente artigo tem como objetivo refletir os efeitos que a exposição diária e excessiva destes dispositivos digitais pode provocar no desenvolvimento social, cognitivo e afetivo das crianças e jovens.

O estudo é de abordagem qualitativa do tipo bibliográfico e documental. Para a fundamentação deste artigo, foram pesquisados e analisados artigos científicos nos seguintes bancos de dados: Google Acadêmico, SciELO, periódicos, livros, revistas, jornais e outros. Entrevistas do Neurocientista Francês Michel Desmurget fazem parte desta reflexão, bem como, de diferentes autores que alertam sobre a necessidade de começarmos a observar o tempo em que as crianças são expostas a estas tecnologias. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta -

1 Mestranda do 3º semestre do Programa em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta Unicruz. Bolsista TAXA/CAPES/UNICRUZ.
E-mail: marleneprzylinski@gmail.com

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado e Doutorado, UNICRUZ, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: vperanzoni@unicruz.edu.br

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado e Doutorado, UNICRUZ, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: mcamargo@unicruz.edu.br

Unicruz, na linha de pesquisa “Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea” e ao Laboratório de Desenvolvimento Humano.

2 O desenvolvimento humano diante das tecnologias digitais

O ser humano, ao longo de toda a sua vida, vai se constituindo como sujeito mediado pelas relações e através das interferências e interações constantes com o meio onde encontra-se inserido. Ao nascer, a criança tem o primeiro contato com o grupo familiar e, durante o processo do seu desenvolvimento, outros grupos vão fazer parte de sua vida. A criança passa a ter contato com diferentes espaços providos de cultura e, nestes espaços, o sujeito vai se constituindo como um ser social, construindo, assim, a sua identidade. Segundo Ariès (2006), a ideia da infância como um período peculiar de nossas vidas, não é um sentimento natural ou inerente à condição humana e sim uma construção humana.

Acontece que, em algum momento ou de alguma forma, estes grupos acabam interferindo na vida do sujeito, seja de forma positiva ou de forma negativa. As escolhas na vida profissional, círculo de amigos, vida religiosa, entre outros, são alguns exemplos de interferências que o sujeito é exposto. Neste processo, a família tem a responsabilidade de fornecer a base do que é certo ou errado, influenciando o sujeito nas escolhas, deixando este livre, ou não, na construção de sua identidade.

De acordo com Vygotsky (1986), o ser humano não se constrói humano na ausência do outro, portanto, ele constrói-se na relação com o outro e com o meio. Somente com as suas funções biológicas e psicológicas o indivíduo não é autossuficiente para promover um ambiente de aprendizado integral. Neste processo, é na família que a criança vai encontrar os modelos no início de sua vida para espelhar-se, porém, outros grupos sociais também farão parte deste processo ao longo de sua jornada.

A criança, durante seu processo de desenvolvimento, passa por várias fases até chegar à adolescência, sendo esta a que mais marca as várias transições na vida deste indivíduo, gerando vários

conflitos na construção de sua identidade. Geralmente, é na adolescência que muitos dos quereres são despertados devido aos modelos que estes encontram nos espaços sociais onde começam a fazer parte.

As tecnologias, durante a evolução de humanização do homem, passaram a fazer parte do processo do desenvolvimento econômico, político e social em diferentes países, influenciando na industrialização, promovendo grandes transformações na sociedade, inclusive, fomentando mudanças nas relações humanas. Em decorrência da Revolução Industrial do século XIX, observou-se mudanças na forma da distribuição das classes sociais. A burguesia teve um crescimento maior, porém, em decorrência destas revoluções, surgem classes trabalhadoras, ocasionando a troca da produção manufaturada e artesanal por máquinas, conseqüentemente, verifica-se a produção em larga escala e o progresso técnico ligado ao informacionalismo, de acordo com Barros e Roldão (2017, p.21).

O século XXI é marcado pela ascensão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), incluindo toda a gama de ferramentas relacionadas à internet, tais como redes sociais, aplicativos e plataformas digitais. Nesse contexto, novos contornos puderam ser observados, como a grande utilização das redes digitais, a facilidade de comunicação por meio das conexões céleres e a modernização dos serviços da administração pública. Entretanto, à medida que a sociedade e os seus atores sociais se expõem continuamente aos meios informacionais ligados à tecnologia, também se descortinam problemas e distúrbios causados pela conectividade.

No momento em que observamos a realidade atual, percebemos que a tecnologia está presente na maioria dos produtos que utilizamos em nosso cotidiano, de tal forma, que não conseguimos mais viver longe desta. De acordo com Bauman (2013), criador do conceito da modernidade sólida e líquida, as relações no passado eram estabelecidas de forma mais estável e duradoura, antes da segunda Guerra Mundial. Após esta, a sociedade vivencia um tempo onde as relações sociais, econômicas

e de produção são frágeis, fugazes e maleáveis, como os líquidos. Nesta perspectiva, torna-se claro que estamos vivendo em uma sociedade líquida, pois, na sociedade atual, tudo é movido pelo consumismo e o imediatismo.

Na contemporaneidade, percebe-se que vários destes interesses, principalmente os que envolvem tecnologias, estão sendo despertados nas crianças muito antes da adolescência, porém, esta prática vem preocupando pesquisadores pelo fato de a criança ainda não ter a maturação suficiente para compreender e interpretar de forma correta as informações que recebem destes dispositivos digitais. “Tudo o que fazemos muda a estrutura e função de nosso cérebro. Em relação ao uso de telas, certas regiões relacionadas ao processamento de sinais visuais se espessam. Inversamente, as redes linguísticas experimentam atrasos no amadurecimento”, afirma Desmurget (2020). Ou seja, as constantes transformações do mundo, marcadas pelo desenvolvimento tecnológico, são capazes de fomentar modificações nas formas pelas quais a infância e as crianças são percebidas na contemporaneidade.

Entramos no contraponto deste artigo, qual seja, a necessidade da criança estar mais próxima a natureza. O contato com a natureza melhora todas as linhas mais importantes de uma infância saudável: imunidade, memória, sono, capacidade de aprendizado, sociabilidade, capacidade física e, contribui, significativamente, para o bem estar integral das crianças e jovens (Programa Criança e Natureza e Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019).

Ao analisarmos os primeiros anos de vida de uma criança, vamos perceber que esta fase é o ciclo do movimento. “A criança tem atividade motora intensa e por este motivo necessita de experiências diárias de expansão e atividades corporais livres e espontâneas, declara Machado” (2020, p. 17). Para a autora, ambientes naturais são lugares onde as crianças tem a liberdade de deslocar-se, experimentar, movimentar, desafiar-se na busca de novas aprendizagens, pois estes oferecem espaços e capacidade para a exploração e imaginação infantil.

Neste sentido, a natureza se mostra de diferentes formas para as crianças, seja por um animal de estimação, um lugar no quintal preferido, uma árvore, uma flor, um pássaro entre outros. Conforme Louv (2016, p. 29), “Diferentemente da televisão, o contato com a natureza não rouba o tempo, mas amplia”. Atividades praticadas em meio a natureza possuem um potencial maior de promover aprendizagem, inspirando a criatividade e a imaginação da criança. Ainda, conforme o autor, a falta deste contato com a natureza vem provocando o transtorno do déficit de natureza.

Por sua vez Small (2014, p. 51), neurologista da Universidade de California, sugere que “o ritmo das mudanças tecnológicas está criando o que ele chama de “lapso cerebral” entre as gerações. Talvez desde que o homem primitivo aprendeu a usar uma ferramenta o cérebro humano não tenha sido afetado tão rápida e drasticamente”.

Por sua vez Froebel (*apud* Arce, 2002, p. 40), argumenta que a construção de uma sociedade melhor só se dá através da relação entre infância e natureza. “A natureza é objetiva por ser algo real e permanente, mas constitui-se em uma escada que liga a humanidade ao eterno”. Ao retirarmos este direito básico da criança de estar na natureza, acabamos, de forma involuntária, colocando-a em contato com o mundo digital.

Independentemente de qualquer hipótese, a realidade é que as crianças, cada vez mais cedo, estão tendo acesso aos dispositivos digitais e vários são os fatores que contribuem para esta precocidade. O contato diário e constante com as mídias, a explosão das tecnologias, a falta de tempo dos pais com seus filhos – devido a uma jornada de trabalho rígida, ou dupla – nos remetem a alguns resultados não tão positivos. Ressalta-se que o pouco tempo que os pais têm para brincar e/ou interagir com as crianças, é um dos elementos que mais vem se agravando nos últimos tempos, além de a modernidade líquida, atrelada ao consumismo na contemporaneidade.

Na tentativa de suprir e/ou compensar a ausência, muitos pais acabam cedendo aos apelos dos pequenos, presenteando-os

com aparelhos digitais e, por vezes, isentando-se da responsabilidade de acompanhar as ações, sites, aplicativos e redes sociais por onde estes navegam, além de serem flexíveis com os horários. E, cabe evidenciar, o problema está, justamente, no tempo em que as crianças ficam expostas ao dispositivo e não ao fato de uma criança ter um aparelho eletrônico. Neste sentido, observa-se que o adulto falha na construção de um diálogo, bem como, no desenvolver da criança como sujeito, deixando de estabelecer regras e limites durante o uso destas tecnologias.

Diga-se, por fim, que os pais devem ter a consciência de que, o não estabelecimento de limites e regras, podem tornar as crianças agressivas e ansiosas. O mundo cada vez mais globalizado e as grandes transformações tecnológicas, não podem ser ignoradas e, frente a este cenário, é imprescindível assimilar que, quando utilizamos a tecnologia de maneira educativa e recreativa, sem dúvidas, as funções cognitivas das crianças serão estimuladas, polindo pensamentos e contribuindo no desenvolvimento de habilidades essenciais para se viver em sociedade.

3 A infância da criança brincante: as telas digitais tomam conta deste universo

De acordo com Desmurget (2020, p. 6), psiquiatras, médicos pediatras, sociólogos entre outros, vem mantendo o discurso de que estamos vivendo uma nova era, para tanto o sujeito precisa qualificar-se digitalmente para estar inserido neste mundo. Acredita-se que as crianças, hoje, conseguem prestar atenção em várias situações que estão acontecendo ao mesmo tempo. Contudo, especialistas da infância, neurocientistas, vem alertando os pais, professores e a população em geral, sobre os malefícios do uso excessivo das telas digitais. Neste recorte daremos uma ênfase maior aos estudos realizados pelo Neurocientista Francês Michel Desmurget. Doutor em neurociências, Desmurget tem uma biografia sólida para tratar de temas que abordam o desenvolvimento Neural.

Convém ressaltar que, neste artigo, estamos utilizando

duas entrevistas que o autor concedeu para a fundamentação do tema em debate, assim como, a sua obra publicada em 2020 – em francês, com tradução em espanhol –. A primeira entrevista foi concedida ao jornal *La Vanguardia* com tradução pela Cetap, Revista Ihu On-line do Instituto Humanitas Unisinos. A segunda entrevista foi assentida ao jornal da BBC News Mundo. Ambas aconteceram entre os meses de setembro e outubro de 2020. O mesmo fez declarações sólidas sobre os prejuízos que esta exposição excessiva às telas pode causar no desenvolvimento da base da nossa inteligência, baseado na pesquisa publicada no livro “*La fábrica de cretinos digitales: los peligros de las pantallas para nuestros hijos*”.

De acordo com Velasco (2020), o neurocientista Desmurget, durante a entrevista, afirma que o QI das crianças de hoje é o mais baixo que o da geração anterior, ou seja, de seus pais. Várias pesquisas apontavam um crescimento no QI das crianças em várias partes do mundo, porém, na atualidade, esta tendência não vem se confirmando. É de conhecimento geral que o QI do sujeito sofre influência de vários fatores: saúde, nutrição, o sistema de ensino, entre outros. Ainda não é possível afirmar com exatidão os fatores que estariam levando a esta diminuição, contudo, tem-se a certeza de que quando uma criança é exposta por um tempo prolongado às telas digitais, assim como a exposição precoce a poluição e aos pesticidas, terá o seu QI comprometido, pois, há a mesma retarda a maturação anatômica e funcional do cérebro. Diante desta exposição, o desenvolvimento cognitivo é comprometido, especialmente os que estão ligados diretamente a nossa inteligência, como: a linguagem, concentração, memória, cultura. São estes fios condutores que nos auxiliam a organizar e compreender o mundo que nos cerca (VELASCO, 2020).

Para o neurocientista, de acordo com Velasco (2020), as causas que levam a estes fatores são claramente identificadas, pois, as interações familiares deixam de acontecer, com isso, o desenvolvimento da linguagem e o lado emocional não ocorrem como deveriam, considerando que a família é o primeiro grupo social que a criança tem contato quando chega neste mundo.

Outros prejuízos acompanham este processo: perturbação do sono, super estimulação da atenção provocando distúrbios na concentração, aprendizagem e impulsividade, a subestimulação intelectual impedindo o cérebro de desenvolver o seu potencial, o sedentarismo excessivo, desenvolvimento corporal e a influencia que provoca na maturação cerebral.

Desnegurt afirma para Velasco (2020) que o cérebro depende da experiência, pois, é um órgão estável. Tudo o que nós vivemos irá provocar modificações na estrutura e no funcionamento de algumas regiões do nosso cérebro. Redes se criam, outras se especializam, algumas se fortalecem, outras se perdem, algumas tornam-se mais espessas e outras mais finas. Para tanto, faz-se necessário fomentar o cérebro com atividades intelectuais, leitura, musicas, atividades exortativas, atividades escolares, brincadeiras ao ar livre especialmente as que promovem contato com a natureza. Para o neurocientista, as tecnologias são fundamentais, porém, tratando-se de crianças, ela deve fazer parte de um projeto educacional organizado e não para uso recreativo empobrecedor.

Profice (2016, p. 26), argumenta que o estilo de vida atual “[...] regido pelas tecnologias, tem gerado fenômenos preocupantes para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças”. Pesquisas realizadas na Universidade de Illinois, apontam que a videofilia está substituindo a biofilia. O foco está em promover atividades sedentárias, envolvendo mídias eletrônicas. “De fato, ainda não sabemos realmente quais serão as consequências em longo prazo da substituição de interações com seres e ambientes vivos pelos celulares, tablets e computadores” (PROFICE, 2016, p. 26).

4 Considerações finais

O uso excessivo das telas digitais vem comprometendo o QI das crianças, além de promover diferentes doenças, como: obesidade, insônia, miopia, transtorno de atenção, concentração entre outros. A criança não possui maturação suficiente para interpretar as informações que recebe das telas digitais e, na maioria

das vezes, é deixada sozinha com o aparelho, sem acompanhamento de um adulto, navegando por lugares desconhecidos com programas recreativos pobres de informação, pouco desafiadores, sem sensibilidade, raciocínio, entre outros. Contudo, entende-se que as tecnologias se tornam positivas quando são utilizadas de forma planejada com intenções educativas.

Diante de todo o contexto apresentado, entende-se que, a criança, assim como o adolescente, carecem de uma reconexão com a natureza, espaço de liberdade para brincadeiras e interações, ela tem o poder de desenvolver e regenerar o sujeito. A natureza carrega consigo emoções, é atraente, gera sentimentos de alegria, medo, insegurança, lembranças, entre outros. Somos parte dela. O convívio com a natureza é um direito humano de todos.

Referências

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel**: o pedagogo dos jardins de infância. Vozes. Petrópolis. RJ. 2002.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARROS, Bruno Mello Correa de. ROLDÃO, Matheus Lima. **A sociedade em rede e as doenças emergentes: uma proposta baseada na utilização excessiva das tecnologias digitais**. Revista sociais & Humanas - Vol. 30 / Nº 1 – 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2013.

DESMURGET, Michel. **La fábrica de cretinos digitales: los pegos de los pantallas para nuestros hijos**. Tradução: Lara Cortes Fernández. Editora Península, 2020.

LOUV, Richard. **A última criança na natureza**: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. 1. ed. 2. Reimpressão. Tradução de Alyne Azuna, Cláudia Belhassof. 1. ed

– São Paulo: Aquariana. São Paulo. 2018.

LOUV, Richard. **O princípio da natureza**: reconectando-se ao meio ambiente na era digital. 1. ed. São Paulo. Cultrix. 2014.

MACHADO, Ana Lúcia. **A turma da floresta uma brincadeira puxa outra**. Educando tudo muda. 2020.

PROGRAMA Criança e Natureza e Sociedade Brasileira de Pediatria. **Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes**. 2019.

PROFICE, Christiana. **Crianças e Natureza**: Reconectar é preciso. São Paulo. Pandorga. 2016.

SANCHIS, Ilma. **A atual loucura digital é um veneno para as crianças**. “Entrevista com Michel Desmurget”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/603049-a-atual-loucura-digital-e-um-veneno-para-as-criancas-entrevista-com-michel-desmurget>.

VELASCO, Irene Hernández. **Os ‘nativos digitais’ são os primeiros filhos com um QI inferior ao dos pais**. “Entrevista com Michel Desmurget”. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-54554333> . 28 de outubro de 2020.

A FUNDAMENTALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS À LUZ DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Vinicius Farias Noronha¹

Denise da Costa Dias Scheffer²

Marcelo Cacinotti Costa³

Vinicius de Melo Lima⁴

1 Introdução

No campo jurídico brasileiro, as concepções contemporâneas do ordenamento jurídico são temáticas de constante reflexão e discussão, aliados à hermenêutica filosófica e à filosofia jurídica, enfatizando as coerências entre as epistemologias legais, as tratativas éticas e morais, consolidadas nos precedentes morais de aplicabilidade dos direitos fundamentais e reguladores das demandas nas tratativas da vida em sociedade, dos direitos e deveres dos sujeitos e do Estado voltadas ao aferimento de proposições sociais.

As políticas públicas perfazem ferramentas do poder público na efetivação de direitos sociais. Entretanto, o Estado deve agir de modo a atender de modo responsável e efetivo prioritariamente a camada da população de maior vulnerabilidade social. O

1 Universidade de Cruz Alta, Acadêmico do 10º semestre do Curso de Direito, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: viniciusfariasnoronha@hotmail.com.

2 Universidade de Cruz Alta, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Bolsista CAPES, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: dcdscheffer@gmail.com

3 Universidade de Cruz Alta, Doutor em Direito Público pela Unisinos. Mestre em Direito pela URI. Advogado e Professor de Direito. E-mail: marcosta@unicruz.edu.br

4 Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Doutor em Direito Público. Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa. Promotor de Justiça e Professor de Direito, ULBRA/Torres. Torres, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vinicius.lima@ulbra.br

objetivo da presente pesquisa perfaz refletir acerca dos direitos sociais elencados na Carta Magna, embasada enquanto prática garantidora de igualdade material, remetendo às políticas públicas como mecanismos universalizadores dos direitos fundamentais e dos direitos sociais.

Acerca dos recursos metodológicos, cumpra-se mencionar a análise textual, porquanto a busca se faz acerca da pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2008. p. 49), define a pesquisa bibliográfica como um delineamento da pesquisa, dessa forma a abordagem do estudo se dá de forma qualitativa, conforme explica Minayo (1994, p. 14), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, explanando dessa forma o perfil metodológico da presente pesquisa.

2 Contextualização do problema da discricionariedade administrativa

A realidade brasileira é o reflexo de um longo caminho histórico pautado pelo individualismo e pelo patrimonialismo, situação que afasta o Brasil de uma nação com identidade voltada para questões de interesse público. O patrimonialismo impede o desenvolvimento de uma identidade liberal e democrática e representa uma característica atávica da realidade histórica, social e cultural.

O patrimonialismo público e o privado se confundem. As classes sociais precisam negociar, mas o estamento governa e faz do Estado o seu próprio negócio. Na 2ª edição (1973, p. XI) Faoro leciona: Os conceitos básicos – patrimonialismo, estamento, feudalismo, entre outros – estão fixados com maior clareza, indicada a própria ambiguidade que os distingue, na ciência política.

Faoro refere no surgimento do primeiro Estado nacional europeu em Portugal (1139) uma centralização e monetarização do poder real diante da economia de subsistência então predominante, o que facilitou as conquistas ultramarinas e a manutenção de um império colonial por seis séculos. A base social dependente do

Estado é responsável por inibir liberdades individuais.

A ausência de indivíduos livres e autônomos dificulta a convivência democrática e o próprio surgimento de um mercado competitivo. Ao analisar as eleições no Brasil Império Faoro registra a normalidade das fraudes que perdurariam até 1930: Feita a mesa, está feita a eleição, dizia-se há um século – fazer a mesa significava compô-la, fabricá-la e ocupá-la. Terminada a obra da violência, começava a fraude, com o voto manipulado, com as incompatibilidades de ocasião, com a contagem arbitrária (FAORO, p. 380).

Assim, com Faoro é possível afirmar que o patrimonialismo constitui uma das principais características definidora da identidade histórica, social e cultural brasileira. O Brasil, diante do legado colonial, escravocrata e monárquico, realmente estava limitado no desenvolvimento de uma economia liberal, se consolidando como uma economia feudal em pleno século XX. A realidade histórica, social e cultural brasileira ainda hoje tem uma marca patrimonialista na relação de suas elites com a sociedade e o aparelho de Estado, fazendo com a corrupção e a confusão patrimonial (público e privado) sejam a tônica na política brasileira ainda hoje.

Luís Roberto BARROSO identifica com precisão três disfunções históricas que levaram o Brasil a um verdadeiro abismo moral:

Três disfunções atávicas marcam a trajetória do Estado brasileiro: o patrimonialismo, o oficialismo e a cultura da desigualdade. O patrimonialismo remete à nossa tradição ibérica, ao modo como se estabeleciam as relações políticas, econômicas e sociais entre o Imperador e a sociedade portuguesa, em geral, e com os colonizadores do Brasil, em particular. Não havia separação entre a Fazenda do rei e a Fazenda do reino, entre bens particulares e bens do Estado. Os deveres públicos e as obrigações privadas se sobrepunham. O rei tinha participação direta e pessoal nos tributos e nos frutos obtidos na colônia. Vem desde aí a difícil separação entre esfera pública e privada, que é a marca da formação nacional. É um traço tão forte que a Constituição brasileira precisou de um dispositivo expresso para vedar que os

agentes públicos utilizassem dinheiro público para promoção pessoal. A aceitação resignada do inaceitável se manifesta na máxima “rouba, mas faz”. A segunda disfunção que vem de longe é o oficialismo. Esta é a característica que faz depender do Estado – isto é, da sua bênção, apoio e financiamento – todos os projetos pessoais, sociais ou empresariais. Todo mundo atrás de emprego público, crédito barato, desonerações ou subsídios. Da telefonia às fantasias de carnaval, tudo depende do dinheiro do BNDES, da Caixa Econômica, dos Fundos de Pensão, dos cofres estaduais ou municipais. Dos favores do Presidente, do Governador ou do Prefeito. Cria-se uma cultura de paternalismo e compadrio, a república da parentada e dos amigos. O Estado se torna mais importante do que a sociedade. Um dos subprodutos dessa compulsão se expressa na máxima do favorecimento e da perseguição: “Aos amigos tudo; aos inimigos, a lei”. A cultura da desigualdade é o nosso terceiro mal crônico. A igualdade no mundo contemporâneo se expressa em três dimensões: a igualdade formal, que impede a desequiparação arbitrária das pessoas; a igualdade material, que procura assegurar as mesmas oportunidades a todos; e a igualdade como reconhecimento, que busca respeitar as diferenças de gênero e proteger as minorias, sejam elas raciais, de orientação sexual ou religiosas. Temos problemas nas três dimensões. Como não há uma cultura de que todos são iguais e deve haver direitos para todos, cria-se um universo paralelo de privilégios: imunidades tributárias, foro privilegiado, juros subsidiados, auxílio moradia, carro oficial, prisão especial. A caricatura da cultura da desigualdade ainda se ouve, aqui e ali: “Sabe com quem está falando?”⁵.

O texto de Barroso anda muito bem ao tratar do tema do “*O jeitinho brasileiro*” como um subproduto decorrente da forma com que o País foi colonizado, cristalizando-se, infelizmente, no âmago do brasileiro como uma marca indelével. Ele se traduz na pessoalização das relações sociais e institucionais e importa, muitas vezes, no afastamento de regras que deveriam valer para todos, deturpando-se o verdadeiro sentido das coisas na sua perspectiva coletivista.

Embora para alguns, em sua vertente positiva, o “*jeitinho brasileiro*” possa revelar uma certa leveza de ser, combinando traços

5 <https://www.conjur.com.br/dl/palestra-barroso-jeitinho-brasileiro.pdf>

de afetividade, criatividade e solidariedade, como se vê na figura alegórica de Zé-carioca, por exemplo, este certo *glamour* deixa mais efeitos colaterais do que marcas positivas.

Aquilo que poderia se prestar, em muitas situações, para superar as adversidades do cotidiano das pessoas que atravessam série de dificuldade sociais, em um país marcado por intensa desigualdade, deficiências dos serviços públicos e complexidades burocráticas, infelizmente, se revela com inúmeras facetas negativas que superam em quantidade e qualidade os aspectos mais glamorosos do jeitinho, principalmente a corrupção e o descaso com direitos sociais.

3 Resultados e discussões

O conteúdo deontológico ou normativo dos princípios, lança sobre os direitos sociais uma normatividade forte/garantista, de modo que a igualdade e a proibição da insuficiência constituem elementos nucleares dentro das perspectivas traçadas pelo Estado Democrático de Direito Brasileiro. Acarretando, dessa forma, a constante discussão no campo do igualitarismo social dos sujeitos.

A crise de representação política que permeia as relações entre o Estado e a sociedade civil reclama a necessidade de uma transição do modelo de democracia representativa para novas formas de democracia participativa, com a ampliação do acesso à deliberação em torno dos assuntos de interesse coletivo.

Engratecendo a reflexão, tem-se ainda a corrupção, que afeta a confiança no serviço público e a probidade na Administração Pública – bem jurídico coletivo –, implicando em graves prejuízos à concretização de políticas públicas de direitos sociais, o que demanda a construção de uma cultura de transparência com o incremento dos canais de acesso à informação e dos mecanismos de prestações de contas por parte dos gestores públicos.

Lima traz a narrativa acerca da coletividade de direitos:

Novais sustenta uma dogmática de direitos fundamentais unitária

e abrangente, compreendendo os direitos *como um todo*. Ao tempo do Estado de Direito liberal, os direitos fundamentais identificavam-se com os direitos de liberdade, sobretudo o direito de propriedade; todavia, na medida em que a natureza liberal do Estado cedeu lugar a uma nova fase de Estado, o Estado social e democrático de Direito, houve o alargamento do elenco dos direitos considerados fundamentais, sendo incluídos os direitos sociais. (2010, p. 255).

Políticas Públicas de Direitos Fundamentais, sobretudo quando houver risco ou comprometimento à integridade do jurisdicionado, têm precedência sobre as demais: a Constituição estabelece a primazia na concretização dos direitos fundamentais, de tal modo que o controle jurisdicional deve estar voltado à igualdade e à universalização.

Em uma concepção republicana do princípio da Separação de Poderes, é preciso distinguir, com Ferrajoli (2018, p. 31) as instituições/funções de governo e as instituições/funções de garantia: enquanto aquelas estão associadas à representatividade democrática decorrente do sufrágio, estas, por sua vez, radicam a sua legitimação na observância dos direitos fundamentais e da Constituição.

Os direitos sociais são trunfos contra a maioria, não se submetendo às escolhas do gestor: daí a relevância do debate entre procedimentalismo e substancialismo, de acordo com Lima (2018, p. 31) a leitura dos direitos sociais a partir da ótica do indivíduo, sem levar em conta a sua inserção no tecido social e as necessidades de uma sociedade carente de concretização de direitos sociais.

Sobretudo, as convergências/aproximações abrem uma clareira para a compreensão dos limites e possibilidades da jurisdição no controle de políticas públicas de direitos sociais. A feição contra majoritária dos direitos sociais está vinculada ao fato de que a democracia não se edifica tão somente a partir da regra da maioria, mas deve prestar contas, sobretudo, à proteção dos direitos fundamentais.

Acerca do imbróglgio reflexivo e democrático dos direitos,

Lima expõe:

Nos litígios de interesse público, envolvendo políticas públicas de direitos sociais, percebe-se a insuficiência dos critérios decisórios adotados, sendo que a maioria dos casos não evidencia a dimensão objetiva dos deveres estatais de proteção e promoção dos direitos fundamentais sociais. (2018, p. 32)

O acesso aos direitos sociais é simultaneamente individual e coletivo, sendo que o diálogo entre as demandas e, sobretudo, envolvendo os poderes constituídos e o Ministério Público, possibilita rearranjos institucionais voltados ao fortalecimento da atuação sistêmica com a redução das desigualdades sociais, de acordo com (Müller, 2001, p. 113), o acesso promove, em razão da liberdade igual, a universalidade dos direitos sociais.

4 Considerações finais

Os direitos sociais radicam nos ideais de igualdade e de universalização, afigurando-se como um imperativo ético-jurídico decorrente da responsabilidade política da jurisdição a justiciabilidade e a eficácia dos direitos sociais, dentro das balizas previstas nas políticas públicas previstas na Constituição Federal e nos respectivos diplomas legais.

É fundamental uma compreensão dos direitos sociais em sua pluridimensionalidade e como bens coletivos, observando-se, a hermenêutica que melhor prestigie a pessoa humana, na linha da emancipação igualitária mediante uma leitura que harmonize a soberania dos Estados, sua condição prestacional aplicativa dos direitos fundamentais, enfatizados acerca dos direitos sociais, socializados na busca da igualdade dos sujeitos.

Referências

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERRAJOLI, *O Estado de Direito: história, teoria, crítica* /

organizado por Pietro Costa, Danilo Zolo; com a colaboração de Emilio Santoro. Tradução Cario Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 3. ed. revisada. Porto Alegre: Globo, 1976.

LIMA, Vinícius de Melo e Marcelo Cacinotti Costa. *Direitos sociais e narrativas processuais: o policentrismo decisório na democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MINAYO, Maria Cecília S. *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. In: (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MÜLLER, Friedrich. *Metodologia do direito constitucional*. Tradução de Peter Naumann. 4 ed. rev. Atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

NOVAIS, Jorge Reis. *Direitos Sociais*. Teoria jurídica dos direitos sociais enquanto direitos fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

Revista PUB. *Raimundo Faoro e o patrimonialismo na realidade brasileira*. Disponível em: <https://www.revista-pub.org/post/raymundo-faoro-e-o-patrimonialismo-na-realidade-brasileira>. Acesso em junho de 2021.

TOCQUEVILLE. Alexis de A. *A democracia na América*. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 4. ed. São Paulo: Itatiaia, 1987.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: PERSPECTIVAS FORMATIVAS

Dieison Prestes da Silveira¹
Denise da Costa Dias Scheffer²
Adriele Prestes da Silveira³
Diego Pascoal Golle⁴

1 Introdução

No âmbito das discussões e reflexões acerca das questões ambientais, pode-se dizer que, no século XIX, o capitalismo propiciou o desenvolvimento de um pensamento mais liberal e houve, também, o surgimento e a maior difusão de bens manufaturados. O período em que ocorreram constantes investimentos na criação e ampliação das indústrias recebeu o nome de Revolução Industrial, sendo um marco nas reflexões que entrelaçam homem, natureza e sociedade.

Com uma produção organizada e mecanizada, o capitalismo teve reflexos no desenvolvimento da sociedade e da economia, contribuindo em alguns segmentos inovadores. Entretanto, enquanto de um lado buscava-se o desenvolvimento econômico, por outro, muitas pessoas passaram a compor os grupos de maior vulnerabilidade, de forma a explicitar as desigualdades sociais. Não obstante, ampliou-se o uso de recursos naturais, a supressão de

-
- 1 Universidade Federal do Paraná, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática. Bolsista CAPES, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: dieisonprestes@gmail.com
 - 2 Universidade de Cruz Alta, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Bolsista CAPES, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: dcdscheffer@gmail.com
 - 3 Instituto Federal Farroupilha, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Tupanciretã, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: adrieleprestesdasilveira@gmail.com
 - 4 Universidade de Cruz Alta, Doutor em Engenharia Florestal (UFSM). Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: dgolle@unicruz.edu.br

áreas verdes, o aumento do uso de poluentes, entre outros aspectos que impactaram e resultaram em maior degradação ambiental.

Por meio de lutas e movimentos sociais, de forma gradual, começaram a surgir mudanças em prol de uma sociedade igualitária, com direitos e deveres para todos, independentemente da classe social, raça ou gênero. Da mesma forma, o meio ambiente começou a fazer parte das discussões, buscando um (re)pensar nas questões sociais, culturais, ambientais, políticas, econômicas, as quais apresentam correlações e compõe a compreensão de meio ambiente em uma abordagem contemporânea.

Para contribuir com o diálogo acerca das questões ambientais, o presente estudo tem como objetivo discutir a temática ambiental, tendo como pressuposto a busca por um sujeito autônomo e reflexivo e que saiba atuar de forma consciente na sociedade, como um ator social crítico e reflexivo.

No que se refere ao método, este estudo apresenta uma abordagem do tipo qualitativa. Na visão de Minayo (2001), as pesquisas qualitativas buscam compreender fatos sociais que não podem ser analisados por gráficos matemáticos, envolvendo maior subjetividade. O estudo teve, como base, o caráter bibliográfico que, de acordo com Gil (2008), constitui-se nas pesquisas elaboradas a partir de material publicado, principalmente de livros, artigos de periódicos, bem como materiais disponibilizados em banco de dados presentes no meio eletrônico.

2 Resultados e discussões

A Educação Ambiental se constrói enquanto caminho formativo, buscando a construção de um sujeito ecológico, crítico, autônomo, reflexivo e que saiba atuar na sociedade. Por meio do diálogo e das trocas de conhecimentos, diferentes sujeitos com vivências singulares compartilham experiências e repensam fatos presentes na contemporaneidade, como por exemplo, a cultura, a economia, a política, o meio ambiente e tantas outras faces que se inter-relacionam. Na visão de Carvalho (2012, p. 38), “[...]”

para aprender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais”.

Sabe-se que todos os sujeitos apresentam algum tipo de conhecimento, portanto, os saberes ambientais são oriundos das vivências e experiências entre grupos. Discutir a Educação Ambiental consiste em articular saberes e construir um ambiente de novas aprendizagens, pautando práticas e ações que vão além de uma Educação Ambiental conservadora (LAYRARGUES; LIMA, 2014). A problemática ambiental precisa ser discutida de forma interdisciplinar, entrelaçando conhecimentos de história, geografia, filosofia, sociologia, economia, entre outras disciplinas presentes no currículo escolar.

Pensando em contexto histórico, pode-se dizer que no ano de 1981, foi estabelecida a Política Nacional de Meio Ambiente, sendo elaborada por movimentos e lutas sociais que elucidaram a relevância da preservação do meio ambiente, sendo embasada, posteriormente, na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2003). As lutas envolvendo a Educação Ambiental instigam um debate acerca de quais saberes são relevantes, quais atitudes são benéficas para o convívio em sociedade. Pode-se dizer que há a preocupação quanto a visualização de uma Educação Ambiental que entrelace os conhecimentos históricos com os sociais, ambientais, econômicos, políticos e que favoreça na argumentação e na construção de práticas inovadoras, capazes de formar um sujeito para a sociedade. Reck (2014) explicita que os seres humanos são totalmente dependentes dos ecossistemas e dos serviços que eles oferecem, portanto, necessitam ter conhecimento sobre o meio ambiente e suas inter-relações.

Pensando no contexto da sustentabilidade, pode-se dizer que, por meio da implementação de políticas públicas e do aporte epistemológico estabelecido por novos teóricos, construiu-se discussões profícuas e pertinentes acerca do que é Educação Ambiental, suas tendências e os caminhos para a sua efetividade. Na visão de Loureiro (2004), a Educação Ambiental precisa libertar os

sujeitos das ideias hegemônicas, visando construir uma sociedade igualitária. No mesmo sentido, Guimarães (2011) comenta que não podemos restringir o meio ambiente aos rios e as florestas, pois esta visão é reducionista no que diz respeito as múltiplas interações sociopolíticas, socioeconômicas, históricas e educacionais.

Vale destacar que a Constituição Federal de 1988 expõe, em seu Art. 225, que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2003, p. 129).

Assim, pode-se inferir que a sustentabilidade traz consigo um repensar acerca das questões humanas, principalmente quando se pensa nas futuras gerações. Este pensamento insere-se na problemática ambiental, uma vez que as transformações do meio biofísico, bem como ideológicas que estão presentes na sociedade, perfazem o conceito de Educação Ambiental. Por este viés, comumente deve-se haver discussões voltadas à Educação Ambiental, principalmente no atual contexto sociopolítico em que há divergências de ideias e posicionamentos. Também é fundamental o estabelecimento de novas políticas públicas que possam voltar-se à uma educação ambiental crítica.

3 Considerações finais

A Educação Ambiental se apresenta como um caminho para discutir a problemática ambiental e repensar o processo formativo da sociedade, entrelaçando valores, condutas, práticas, conhecimentos e valorizando a ciência. A Educação Ambiental precisa ser vista como uma importante forma de intervenção social, discutindo as temáticas emergentes e construindo um campo profícuo para novos saberes.

Um dos fundamentos embasados na Educação Ambiental consiste no diálogo entre grupos, visto que se discute novas formas de ver e vivenciar o meio ambiente. As lutas dos grupos sociais

(inter)ferem na construção de políticas públicas que beneficiam a sociedade. Da mesma forma, debater a problemática ambiental favorece na formação de um sujeito ecológico, o qual sabe pensar e agir na sociedade, sendo um ator social, atuando de forma crítica e transformadora.

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CARVALHO, I. C. de. M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2012.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIMARÃES, M. *Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação*. Campinas: Papirus, 2011.
- RECK, A. U. *Instrumentos de desenvolvimento e sustentabilidade urbana*. Caxias do Sul: Editora UCS, 2014.
- LAYRARGUES, P.; LIMA, G. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.
- LOUREIRO, C. *Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental*. Editora Cortez, 2004
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

O BEM-ESTAR E A QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Gabriela Justen¹

Marieli Lopes Gamarra²

Rejane La Bella Flach Cunegatto³

1 Introdução

O presente artigo foi desenvolvido a partir do estágio Básico de Grupos proposto pelo curso de psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) campus de Santo Ângelo. Esta prática curricular foi realizada em um lar de idosos público, localizado em um município pertencente à região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Os grupos foram realizados com idosos com idades variadas e ambos os sexos, a instituição abriga 27 idosos com a faixa etária de 55 a 103 anos, a maioria possui algum tipo de enfermidade, podendo-se destacar, em especial, a Esquizofrenia e o Alzheimer.

O envelhecimento pode ser caracterizado por um processo natural da vida humana onde ocorrem mudanças tanto no físico, social e psicológico da pessoa. Nesta fase há uma reflexão relacionada à sua existência, relembrando os objetivos alcançados e as perdas sofridas, em especial a saúde que tende a ser a maior destas preocupações. (MENDES et al., 2005).

O lar do idoso é considerado uma instituição total devido suas características que retiram o sujeito da sociedade, estabelece toda uma nova rotina e ritmo para o cotidiano do sujeito.

1 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Curso de Psicologia, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: gabrielajusten479@gmail.com

2 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Curso de Psicologia, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marieligamarra@hotmail.com

3 Professora Mestre Orientadora do Estágio, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: rejanecunegatto@san.uri.br

Seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social dos moradores em relação ao mundo externo. Instituições Totais colocam uma barreira entre o internado e o mundo externo, de modo que o asilo segue seu ritmo dia após dia, nada devendo atrapalhar a rotina metódica, uma vez que o serviço deve continuar (GALINDO, PAIVA, 2008, p. 21 apud LOUZÁ et al., 1986, p. 145-143).

Sem o apoio familiar muitos idosos não encontram outra saída a não ser a sua inserção em um asilo. Todavia, não é correto se universalizar esta idéia, pois há idosos que escolhem pela permanência em um asilo, porém nota-se num contexto mais amplo que idosos que encontram outras opções, que não sejam os asilos, elegem por essas ou também que a grande maioria destes percebem o asilo como o que lhes resta. (MAZZA, 2002).

Nosso objetivo com a formação do grupo foi contribuir para uma melhor qualidade de vida para estes idosos institucionalizados. Néri (2004) afirma que a psicologia possui técnicas de diagnóstico, avaliação e intervenção que auxiliam no bem-estar emocional destes idosos. Tais técnicas buscam a recuperação da qualidade de vida destes que podem ser saudáveis ou doentes ou que vivem na sociedade ou nas instituições, abrangendo áreas como família, relações sociais, lazer, sociabilidade, trabalho, instituições, etc.

No que se refere ao trabalho em grupo Lemos e Júnior (2009) afirmam que o mesmo facilita a inclusão dos sujeitos participantes no mundo, não os restringindo ao subjetivo. Com a técnica grupal é possível trabalhar situações inter-relacionadas, problemas relacionados na perspectiva social-comunitária, as patologias ali presentes além de se poder trabalhar com situações pontuais deste grupo, além disso, o trabalho grupal pode atingir dilemas institucionais. Com esta afirmativa é possível se constatar que desta forma é possível alcançar a ideia de saúde biopsicossocial.

2 Resultados e discussões

O proposto artigo visa abordar aspectos relacionados à qualidade de vida de idosos institucionalizados. Também será

tratado a respeito das características de um lar do idoso e de como as vivências na instituição podem causar sofrimento nos idosos e com a prática buscou-se proporcionar estratégias para melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

A lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, afirma que é dever da família, da comunidade, sociedade e Poder Público assegurar ao idoso o bem estar e saúde do mesmo. Quando a família não é capaz de assegurar isto, por diversos fatores específicos de cada caso, é dever do Poder Público garantir que o mesmo tenha seus direitos preservados, devido a isso existem os lares de idosos públicos.

Apesar dos diversos malefícios trazidos ao idoso as instituições asilares também proporcionam algumas características adequadas ao bem estar do idoso ali presente. Souza, Rosa e Souza (2011) pontuam que tais instituições possuem uma estrutura física e profissionais adequados para realizar o apropriado cuidado destes idosos.

No lar que realizamos o estágio há profissionais com uma formação adequada para realizar o cuidado dos mesmos, porém há também pessoas que estão trabalhando que não demonstram preparo ou vontade para cuidar destas pessoas que necessitam de grande atenção e zelo. Algumas situações se destacaram quanto a este assunto como, por exemplo, uma das funcionárias interrompeu o grupo e gritou com uma das senhoras ali presentes, pois a mesma havia tomado chimarrão ou quando ao chegarmos em outra situação um funcionário estava brigando com um idoso. A estrutura física do local, apesar de antiga, garantia mobilidade para todos os idosos com rampas, corrimões e barras de ferro na parede dos banheiros.

Ao iniciarmos o estágio nos deparamos com diversas dificuldades em relação a adaptar a proposta de grupo as capacidades restritas dos idosos ali presentes. Nos momentos iniciais pode-se perceber que grande parte dos idosos ali institucionalizados não desejavam estar neste local, mas ali estavam devido as suas limitações físicas e pela falta de apoio familiar.

A partir das limitações do local e dos idosos foi necessário

transformar o grupo para uma estrutura fechada, porém apesar desta mudança ainda se teve dificuldades quanto a atividades que envolvessem a saúde física dos mesmos, desta forma passamos a evitar estas e trabalhar com outras propostas. Foi possível a confecção de cartazes, a atividade com cartas de baralho e também dinâmicas que envolvessem a fala e a escuta dos integrantes. Propusemos dinâmicas que traziam grande alegria a eles já que afirmavam gostar de falar sobre os assuntos trazidos (lembranças, músicas, etc.), dentre o que trabalhamos o que mais atraiu a atenção deles foi quando trouxemos imagens que remetiam a situações do passado (poço, carroça, lavoura, etc.) onde eles puderam contar um pouco mais de suas vidas para nós, um senhor até nos pediu para trazermos mais atividades do tipo ao grupo. Outra atividade que alegrou muito o grupo foi quando levamos músicas para ouvirem e debaterem sobre a letra das mesmas, com o decorrer do estágio notamos como a música alegrava eles.

Segundo Mazza (2002 apud CHAIMOWICZ e GREGO, 1997, p.455) “Os fatores de risco para institucionalização tais como: morar só; ter suporte social precário e baixa renda são cada vez mais frequentes no Brasil”. Na presente Instituição foi possível encontrar diversos casos e motivos que levaram estes idosos a serem institucionalizados, porém vale destacar que grande parte destes nunca constituiu uma família e que desta forma morava sozinho antes de chegar a Instituição.

Em geral, as instituições de longa permanência apresentam um poder disciplinar e são marcadas por regras rígidas e rotina diária regida por horários determinados. Devido à vida padronizada e à falta de perspectiva, os idosos perdem o direito de expressar sua subjetividade e seus desejos, vendo sua vida limitada social, afetiva e sexualmente em um espaço físico semelhante a grandes alojamentos, onde raramente se encontra uma proposta de trabalho voltada para a manutenção de idosos independentes e autônomos. (SILVA, COMIN, SANTOS, 2013, p. 826 apud PAVAN, MENEGHEL, JUNGES, 2008, p. 2187-2190).

Tais rotinas e regras são passíveis de serem notadas nesta instituição que possui horário para tudo que os idosos fazem

durante o dia, café, almoço, lanche, hora de dormir, hora do banho, etc. A subjetividade dos idosos que ali encontramos é muito pouco valorizada, o idoso é apenas mais um dos ali presentes, eles não tem autonomia de fazer escolha alguma. Desta forma buscamos revigorar a subjetividade dos mesmos assim como fazer com que estes se sentissem seres pertencentes ao lar. Para isto durante as atividades dos grupos ressaltamos diversas vezes que eles pertencem a este lugar e que eles são uma das partes importantes do lar e que este não existiria sem a presença dos idosos.

Quanto à estrutura do local o mesmo é como citado anteriormente, um local que remete muito a um alojamento, com quartos compartilhados e uma pequena sala de TV, além de um refeitório, áreas externas e uma sala para a fisioterapia. Tal estrutura impossibilita qualquer privacidade dos mesmos além de não proporcionar atividades diferenciadas para os mesmos realizarem durante o dia.

Com o objetivo de trazer um espaço mais alegre e colorido realizamos diversas atividades que ficaram expostas no local, como por exemplo, as pinturas da páscoa, o cartaz “para ser feliz...” e o de suas mãos, para assim eles se sentirem parte atuante da Instituição, aspecto que foi possível notar que não sentiam até então. As pinturas de Páscoa envolviam os símbolos desta e no fim pedimos que cada um dos integrantes expusesse algum desejo para esta data, desejo este que foi escrito junto à pintura. O cartaz “para ser feliz...” foi produzido através da idéia de o que deixa eles felizes hoje, nele os integrantes adicionaram imagens com atividades que eles afirmavam gostar de fazer (por exemplo jogar carta, passear, tomar chimarrão, conversar, etc.). Já o cartaz com o desenho de suas mãos foi criado com a intenção de lembrar que eles deixam marcas na vida das pessoas e do lar, nela além dos desenhos das mãos foi adicionada uma frase que remetia a esta afirmativa (Passam-se os anos e o que fica são as marcas de um tempo.).

Além de estas atividades que visaram estimular o sentimento de pertença também foi possível se trabalhar a subjetividade dos idosos, por vezes esquecida e desta forma valorizá-la através da

escuta de seus desejos e vontades os quais foram expostos nos cartazes elaborados e compartilhadas no grupo através da fala dos mesmos.

Segundo Lima, a intervenção psicológica em grupo com adultos de idade avançada revela vantagens emocionais e cognitivas superiores às intervenções individuais. Tendo em apreço esta temática, a investigadora supracitada, enfatiza que os “idosos institucionalizados facilmente podem ser agrupados, tornando as intervenções mais econômicas”, possibilitando a um maior número de pessoas usufruir dos benefícios resultantes da intervenção, de entre os quais destacamos: promoção de esperança, interação social e planejamento realista de objetivos; diminuição do isolamento; aumento de aceitação, aprendizagem, treino de competências e auto-estima. (OLIVEIRA, LIMA, 2011, p. 230, apud LIMA, 2004, p.26).

É possível notar que a ideia do autor supracitado se faz presente no lar, pois de fato seria uma tarefa muito complicada e demorada se trabalhar individualmente com cada idoso. Buscamos trabalhar com o grupo de idosos institucionalizados: a promoção de esperança, a diminuição do isolamento e aumento da interação social e da auto-estima.

Quanto ao que foi referido por Lima (2004) de que seria mais fácil reunir um grupo de idosos institucionalizados em nosso estágio isso não se aplicou. Encontramos muitas dificuldades em reunir idosos para o grupo, mesmo após este se tornar fechado.

Os idosos, às vezes, falam que sentem vontade de sair e falta do que fazer. Entretanto, quando convidados a fazerem algo, preferem ficar em seus lugares “sem fazer nada”. “O que acontece no asilo “é o que não acontece. Proliferações imensas que não estão preocupadas com a realização de um possível” (MAIA, LONDEIRO, HENZ, 2008, p. 53, apud HENZ, 2005, p.22).

O que mais condiz com o que se passou em nossa experiência é a ideia de Henz de que a maioria dos idosos sente vontade de fazer algo diferente, mas quando este diferente é proposto os mesmos por algum motivo recuam. Nosso grupo inicialmente foi formado por oito idosos que se dispuseram a participar das atividades quando convidados, porém, em nenhum momento tivemos a presença de

todos, pois sempre havia algum motivo que eles afirmavam impedir de participar, a maioria alegava estar com dores físicas.

O uso da arte foi utilizado no estágio através de músicas, de confecções de cartazes e pinturas, por exemplo. O emprego da arte na prática grupal permite identificar através da música, escrita, imagens a expressão dos sentimentos, ideias e sensações dos sujeitos (GUEDES; GUEDES; ALMEIDA, 2011).

A arte no grupo dos idosos institucionalizados foi utilizada com a intenção de compreender a subjetividade de cada participante, estimulando a expressão dos sentimentos destes como, por exemplo, no cartaz onde trabalhamos os motivos e atividades que os deixam felizes, alguns dos motivos citados fora: abraço, beijo, chimarrão, amizades, dançar, animais, flores, etc.

Inicialmente a ideia de propor atividades utilizando a arte ocorreu com o objetivo de estimular mais a motricidade deles, porém no decorrer dos encontros foi possível constatar que estas eram inviáveis para este grupo devido as diversas limitações físicas que eles possuíam, havia cadeirantes, outros com algum membro amputado ou com seqüela de AVC, então foi necessário adaptar as atividades para estarem de acordo com as condições físicas dos mesmos.

O trabalho com idosos institucionalizados é algo que exige não apenas um domínio de estratégias psicológicas e metodológicas, mas muito mais uma sensibilidade para ouvir deles suas histórias, sofrimentos e vida. Não é possível realizar diversas atividades com eles devido suas limitações tanto físicas como cognitivas, já que com o passar dos anos esta passa a se reduzir.

O público alvo de nosso estágio foi muito específico e devido a isso foi necessário se adaptar todas as idéias para eles. Não é possível se esperar muitas mudanças perceptíveis nestes que já viveram grande parte de sua vida e já não são mais tão flexíveis como quando jovens.

Devido às características do grupo se teve a intenção de proporcionar um bem estar no presente destes idosos

institucionalizados através de atividades que proporcionassem momentos de alegria e diversidade aos seus dias tão monótonos. Realizar grandes mudanças neles, como já citado, seria algo muito difícil e que não envolveria apenas eles, mas sim toda a instituição (idosos e funcionários) além de que para isso seriam necessários muito mais do que os dez encontros propostos para o estágio.

3 Considerações finais

Ao concluir o estágio de grupos, foi possível perceber a importância de tornar a velhice uma fase mais agradável e confortável. Acredita-se que quando vivida ao lado da família e de pessoas amadas esta fase da vida, tomada de mudanças e perdas, se torna mais favorável e simples para estes através da companhia destes que lhes amam. No entanto, atualmente há um grande número de idosos institucionalizados, que vivem carentes deste carinho e amor que a família lhes passaria. Esta carência e as diversas perdas desta fase muitas vezes os fazem se sentir inválidos, solitários (solidão que é identificada em demasia nos asilos), descartáveis, alguns até acreditam que já viveram tudo o que poderiam e então deixam de viver o agora e passam a apenas esperar a morte.

Paschoal (apud GRIMLEY-EVANS, 1992, p. 107-116) afirma que “saúde é valiosa à medida que promove felicidade; longevidade é valiosa à medida que oferece oportunidades continuadas para a felicidade”. Nos idosos da instituição a saúde já não traz mais felicidade devido as comorbidades que todos possuem, este é um dos fatores que torna os asilos um local onde não se encontra muitos momentos de alegrias. Mas com as atividades propostas no grupo foi possível proporcionar diversos momentos alegres e descontraídos aos idosos assim como fazer com que estes sentissem que são importantes e capazes.

Foi trazido no grupo também que a felicidade em pequenas coisas é possível assim como em viver dias felizes e com novas oportunidades na velhice, os idosos em sua maioria acreditam que já passaram por tudo e que não teriam mais nada a viver, esta ideia

deve ser trabalhada e mostrado a eles que ainda há diversas coisas a aprender e viver mesmo em suas idades avançadas.

Apesar das dificuldades encontradas ao longo do estágio e da impossibilidade de gerar grandes mudanças neste grupo tão singular os encontros nos proporcionam diversos aprendizados quanto a valorizar mais a vida, já que ao longo do estágio nos deparamos com algumas mortes no lar, e perceber que uma hora do nosso dia pode mudar o dia de outra pessoa, pois a alegria de cada um ao ter alguém para ouvir suas histórias e lhes propor algo novo era visível.

Referências

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicol inf.**, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-880920100001000100&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõem sobre o estatuto dos idosos e dá outras providências. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília.

CORDIOLI, A.V. **Psicoterapias: abordagens atuais**. Porto Alegre, Artmed, ed. 2, 1998.

GALDINO D.; PAIVA A.M. A construção de lugares no cotidiano de idosos em instituições totais: subsídios para a atuação em asilos. **Interseção**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 21-30, abr. 2008.

GUEDES, M.H.M.; GUEDES, H.M.; ALMEIDA, M.E.F. **Efeito da prática de trabalhos manuais sobre a autoimagem de idosos**, Redalyc.org, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 4, p. 731-742, 2011.

LEMOS, P.M.; JÚNIOR F.S.C. Psicologia de orientação positivista: uma proposta de intervenção no trabalho com grupos em saúde mental. **Scielo saúde pública**, Fortaleza, p. 233-242, 2007. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232009000100029&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 01 jun. 2019.

MAIA, G.F.; LONDEIRO, S.; HENZ, A.O. **Velhice, instituição e subjetividade**, Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.12, n.24, p.49-59, jan./mar. 2008.

MAZZA, M.M.P.R. A instituição asilar segundo o cuidador familiar do idoso. In: **Cuidar em família. Análise da representação social da relação do cuidador familiar com o idoso 2004**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2004, p. 68-77.

MENDES, R.S.S.B.; GUSMÃO, J.L.; FARO, A.C.M.; LEITE, R.C.B.O. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração**, Acta, São Paulo, vol. 18, n. 4, p. 422-426, 2005.

NÈRI A.L. Contribuições da psicologia ao estudo e à intervenção no campo da velhice. **Revista brasileira de ciências do desenvolvimento humano**, Passo Fundo, p. 69-80, 2004.

OLIVEIRA, J.A.G.; LIMA, P.M. **Terapia de esperança: uma intervenção grupal que visa promover a esperança de idosos institucionalizados**. Revista de psicologia, educação e cultura semestral, Coimbra, vol. 15, n. 2, p. 229-244, dec. 2011.

PASCHOAL, S.M.P. Qualidade de vida na velhice. **Portal do envelhecimento**, São Paulo. Disponível em: < <http://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/pforum/eqvspp4.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, J.D.A.; COMIN, F.S.; SANTOS, M.A. Idosos em instituições de longa permanência: desenvolvimento, condições de vida e saúde. **Scielo**, Porto Alegre, vol. 26, n. 4, p. 820-830 oct./dec. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000400023>.
Acesso em: 05 jun. 2019.

SOUZA, D.M.; ROSA, D.O.S.; SOUZA, M.M. Representações do idoso asilado sobre os cuidados da família. **Revista temática Kairós gerontologia**, São Paulo, jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/6498/4711>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

A INTERAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO DA ÁREA URBANA E A LINHA FÉRREA NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA

Mônica Sella Roveri¹

Sirlei de Lourdes Lauxen²

Elizabeth Fontoura Dorneles³

Fábio César Junges⁴

Tiago Anderson Brutti⁵

1 Introdução

Conhecer historicamente o contexto dos municípios é importante para se entender a realidade vivida por eles hoje. O histórico do município de Cruz Alta é de uma terra hospitaleira por vocação. Sua formação natural com mansos riachos e verdes pastos atraía os viajantes que por aqui passavam, convidando-os a se demorarem um pouco mais neste local tão acolhedor onde encontravam fácil hospedagem, alimento e, para alguns que resolviam por aqui ficar em definitivo, um trabalho também. Na perspectiva de dar visibilidade para um município tão importante no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o presente texto faz um relato sobre o surgimento do município de Cruz Alta e a inserção da linha férrea no perímetro urbano, ao mesmo tempo em que procura descrever o crescimento da área urbana. Com o objetivo de analisar a interação entre o crescimento da área urbana e a linha férrea no

1 Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Cruz Alta – Unicruz. E-mail: monicaroveri0@gmail.com

2 Doutora em Educação (UFRGS) (Pós-Doutorado pela UFRGS) E-mail: slauxen@unicruz.edu.br

3 Doutora em Letras (UFRGS)) E-mail: edorneles@unicruz.edu.br

4 Doutor em Teologia (EST) (Pós-Doutorado pela UNIJUÍ) E-mail: fabiocesarjunges@yahoo.com.br

5 Doutor em Educação nas Ciências (UNIJUÍ) (Pós-Doutorado pela UNIOESTE) E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br

município de Cruz Alta, foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica a partir dos elementos históricos.

A análise sobre a interação entre a atividade ferroviária, a estrutura urbana e os habitantes nesse meio tempo, procura apresentar as vantagens e as desvantagens do crescimento da mancha urbana ter acontecido em torno da linha férrea. Para isso, faz um histórico do município e do início da implantação da linha férrea.

2 Resultados e discussões

Os primeiros moradores que vieram a se estabelecer na região de Cruz Alta foram os jesuítas, que ergueram uma alta cruz para marcar o local onde foi fixada a missão (local onde mais tarde seria a cidade de Cruz Alta). Com o “Tratado de Santo Idelfonso”, em 1777, foi marcado e mais tarde consolidado o que seria o caminho dos tropeiros (campos neutrais) por onde era levado o gado missioneiro do Rio Grande do Sul até São Paulo e Minas Gerais, e nesse caminho já estava a cruz alta (CAVALARI, 2004)

O local da cruz alta oferecia aos tropeiros boas condições para pouso e engorda dos animais antes da longa viagem. Por consequência, alguns destes tropeiros decidiram fixar moradia no local a fim de desenvolver a atividade agropecuária, valorizando o gado da região para venda em São Paulo. O caminho dos tropeiros se consolidou, passando por Cruz Alta na viagem de São Borja a Lajes, indo até Sorocaba.

Dessa forma, vieram para a região muitos habitantes de descendência portuguesa, bem com um grande número de africanos escravizados vindos com os mais senhores com condições financeiras abastadas e, posteriormente, também vieram trabalhadores de outros países europeus para agregar valor a mão-de-obra na localidade, se unindo ao povo indígena que já habitava o local anteriormente.

Conforme CAVALARI, por volta de 1820, a população da localidade já chegava quase a mil habitantes quando foi pleiteada,

por meio de uma petição assinada pelos moradores alfabetizados que formavam o povoado da Cruz Alta perante o governo, a construção de uma capela no denominado Distrito da Cruz Alta, com a finalidade de demarcar melhor a ocupação e também ter um local onde fossem administrados os sacramentos aos moradores da localidade e região. A partir da capela, em 1824, surgiu a demarcação da parte central da cidade. O nome dado ao povoado na época da construção da capela foi “Mui Leal Cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta”, em lembrança a cruz erguida pelos jesuítas que tiveram sua missão no local e, em homenagem ao padroeiro Espírito Santo (SCHETTERT, 1993). Em 28 de maio de 1834, conforme Lei Provincial, o povoado foi elevado à categoria de Vila, sendo chamada de Vila da Cruz Alta. O povoado começou a se espalhar ao longo do traçado inicialmente demarcado da praça em frente a capela.

Alguns conflitos estavam acontecendo no país, entre eles a Revolução dos Farrapos, a Guerra do Paraguai e os movimentos a favor da criação da República no Brasil, que abalaram fortemente a economia interna. A mão de obra escrava tornou-se cara e desvantajosa. Foi quando surgiu a necessidade de expandir as atividades de exploração agrícola na região para complementar a atividade pastoril desenvolvida na época. Havia, desde então, a tendência local para o comércio das culturas produzidas em grande escala na localidade, tais como milho, feijão, mandioca e arroz, além da já tradicional erva-mate. A dificuldade do escoamento dos produtos da região e do abastecimento do centro comercial que ali se desenvolvia, aliada a falta de perspectiva no investimento em estradas e meios de transporte, fizeram com que as lideranças políticas da época reivindicassem a elevação da Vila a categoria de cidade, o que aconteceu em 12 de abril de 1879. A extensão do município de Cruz Alta, na época de sua criação, abrangia aproximadamente um quinto de todo território gaúcho e deste município se originaram outros duzentos e vinte e dois municípios do estado do Rio Grande do Sul (CAVALARI, 2011).

No final do século XIX, foi implantada a ferrovia na cidade

(WICKERT, 2002), trazendo admiração e prosperidade. Os trens - aquelas máquinas enormes de sons marcantes e inconfundíveis - com sua fumaça de tons misteriosos, provoca até hoje o imaginário de muita a gente, sendo de grande influência cultural por todo o mundo e, principalmente, no Brasil. Transportando pessoas e uma grande quantidade de carga com segurança por longos trajetos, as ferrovias cortam o país de ponta a ponta. A regularidade nos horários também é outro fator cultural marcante na rotina diária dos habitantes das proximidades das ferrovias, que regulavam o horário dos afazeres do dia-a-dia conforme os horários de passagem do trem (o apito ao sair da estação é marcante na memória popular).

A história da ferrovia no Brasil inicia em 1852, quando Irineu Evangelista de Souza (o Barão de Mauá) recebeu a concessão da construção da primeira ferrovia do Brasil. Com 14,5 quilômetros de extensão, o trecho saía da Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, e seguia em direção à cidade de Petrópolis (RJ). A linha, batizada como Estrada de Ferro Mauá, foi inaugurada no dia 30 de abril de 1854 por Dom Pedro II. Esta foi a primeira operação intermodal do Brasil, pois permitia a integração do transporte hidroviário e ferroviário (POMPERMAYER, 2020).

Na sequência, outras linhas foram construídas ao longo do tempo: a ligação da cidade de Recife até o rio São Francisco (1858); a Estação da Corte a Queimados, no estado do Rio de Janeiro (1858), Estrada de Ferro São Paulo Railway ligando Jundiaí ao Porto de Santos (1867); ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (1877); Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina em Santa Catarina (1884) e muitas outras depois, somando 38.287 quilômetros em 1960.

O ramal Marcelino Ramos–Santa Maria foi idealizado em 1889 juntamente com todo o trecho entre Itararé, SP, e Santa Maria, RS, pelo engenheiro Teixeira Soares, visando a ligação ferroviária do Rio de Janeiro e São Paulo com o sul do País e também a colonização de boa parte do percurso, locais ainda virgens. A parte correspondente ao Estado do Rio Grande do Sul acabou sendo construída separadamente do restante do trecho (que seria chamado

de linha Itararé-Uruguaí) e entregue em 1894, juntamente com a estação de Cruz Alta, à Cie. Sud Ouest Brésilien, e em 1907 cedida à Cie. Auxiliaire au Brésil. Em 1920, passou para o Governo, formando-se a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que, em 1969, teve as operações absorvidas pela RFFSA. Com parte do trecho desativada em meados dos anos 1990, em 1996 a ALL recebeu a concessão da linha, bem como de todas as outras ainda existentes no Estado. Trens de passageiros circularam até os anos 1980 pela linha.

A aprovação da construção do ramal Cruz Alta – Santa Rosa (EF-493), também conhecido como Ramal de Santo Ângelo foi em 1895, a ser executado pelo 1º Batalhão Ferroviário. Entregue em 1911, o primeiro trecho ligando Cruz Alta, na linha Marcelino Ramos-Santa Maria a Ijuí. Em 1915 chegou a Catuípe, depois a Santo Ângelo em 1921. Em Giruá a ferrovia chegou em 1928 e, somente em 1940 atingiu sua extensão máxima chegando até Santa Rosa. Era chamado de “Ramal de Ouro” por causa da grande quantidade de mercadorias que transportava (WIKIPÉDIA, 2020).

A Trajetória das ferrovias no Brasil inicia na época do império como uma promessa de crescimento e prosperidade ao longo do caminho, por onde passasse o trem as cidades cresceriam e enriqueceriam. O que de fato aconteceu, as cidades ao longo do trajeto da linha férrea se tornavam conhecidas como ponto de referência em todo o país e o comércio prosperava rapidamente para oferecer suprimentos e pouso para os viajantes que por ali passassem. Por consequência, a população da cidade também aumentava por conta das pessoas que vinham em busca do trabalho ofertado por e com a visão dessa prosperidade ocasionada pela presença da ferrovia.

No início dos trabalhos para a construção da linha, vinham os trabalhadores cuja mão de obra especializada daria início a marcação do trecho e orientação aos outros trabalhadores locais, menos qualificados. Essas pessoas, que vinham de outras partes do estado e do país, permaneceriam na cidade por alguns anos durante a construção do trecho, tendo em vista que naquela época não

existiam tantas máquinas para poupar os trabalhadores do pesado esforço braçal que era exigido na colocação dos trilhos. A primeira equipe de trabalhadores que chegava no local do início da linha precisaria, além de terem que suprir suas necessidades pessoais de moradia, alimentação etc., tinham a missão de contratar mão de obra local para formação da grande equipe ferroviária. Além da estação ferroviária, principalmente no início do trecho a ser construído, eram erguidas algumas casas para moradia dos trabalhadores que vinham de outras localidades, a dita mão de obra especializada. Geralmente essas casas ficam localizadas entre a estação ferroviária e o pátio de manobras, formava uma pequena vila, denominada vila ferroviária.

Na data da construção da estação de Cruz Alta, 1894 (GIESBRECHT, 2020), a população do município era distribuída entre área rural, a maior parcela, e urbana, uma parcela menor e, praticamente não existiam automóveis na cidade, visto que o primeiro automóvel que chegou ao Brasil foi trazido por Santos Dumont em 1891 (CARRO, 2018). As atividades econômicas desenvolvidas no município eram basicamente a agropecuária, o comércio local para subsistência da população e os locais de pouso para os viajantes e tropeiros que escoavam a produção local para a região de São Paulo.

A partir da construção da ferrovia, a cidade de Cruz Alta se desenvolveu bastante, agregando outras atividades a sua economia porém, perdendo bastante em dimensão territorial, devido a emancipação de vários municípios que antes lhe pertenciam.

Com o crescimento da frota de automóveis o transporte de pessoas e escoamento da produção da região passou a ser feito por esse meio de transporte também. Em 1944, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, teve início a construção da rodovia BR 158, concluída no final da década de 70 e liga o Pará ao Rio Grande do Sul, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção do interior do país (BRASIL, 2009), é a principal rodovia que passa pelo município de Cruz Alta.

O transporte ferroviário, sem receber melhorias e investimentos, após a década de 60, passa a perder sua importância e também se torna lento e obsoleto perante a modernização dos automóveis que com o passar do tempo ficaram mais velozes e com os investimentos em construções de novas rodovias, facilitando o acesso a qualquer parte do país. Os ramais ferroviários que passam pela cidade já não transportam passageiros desde a década de 80. A estação ferroviária perdeu seu valor social, passando a ter maior valor histórico. Os trens foram deixando de exercer tanto fascínio aos homens e passaram a ser somente um meio de transporte de carga pesada (POMPERMAYER, 2018).

A mancha urbana teve considerável crescimento e adensamento populacional, principalmente devido a mecanização da atividade agrícola, a extensão do município diminuiu e a população aumentou e passou a morar na área urbanizada do município, desenvolvendo outros tipos de atividades econômicas diferentes da agropecuária, necessitando de moradia e infraestrutura urbana.

A estação ferroviária e o pátio de manobra dos trens que ficavam fora do centro da cidade na época da construção da ferrovia, hoje estão inseridos praticamente na área central do município. O atrativo da ferrovia, na época de sua implantação, fez com que o setor comercial e hoteleiro se instalasse nas proximidades e também ajudou a valorizar a área central do município. Essa expansão comercial fez com que a Rua Pinheiro Machado se tornasse um eixo comercial no centro da cidade, ligando a praça da igreja matriz, onde teve início a vila, até a linha do trem, onde fica a estação ferroviária.

3 Considerações finais

Ao analisar a interação entre o crescimento da área urbana e a linha férrea no município de Cruz Alta, a estrutura urbana e os habitantes é importante salientar que a ferrovia faz parte da história do município de Cruz Alta e também foi e é responsável

por parte de seu desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para a logística de escoamento de parte da produção do município. Porém, não podemos ignorar o fato de que o município de Cruz Alta foi selecionado para receber a ferrovia por já ter uma logística privilegiada desde então, por ser rota e ponto de parada para os tropeiros que seguiam com as tropas de animais para São Paulo.

Até 1930 a ferrovia cresceu no Brasil e, após essa data começou a perder espaço para as rodovias. Na década de 1960, houve a erradicação de alguns ramais ferroviários, por terem sido considerados antieconômicos comparados ao transporte rodoviário, pela política da época, que incentivava a construção e uso das rodovias.

Em Cruz Alta não foi diferente, o local da estação ferroviária que, certa época teve tanto prestígio, passou a ser degradado, pois a ferrovia não transporta mais pessoas, somente carga em grande escala. A linha do trem deixou de ser um atrativo para tornar-se um incômodo; o som tão característico dos trens passou a ser um barulho desagradável; a travessia das passagens em nível, nos horários de passagem dos trens, é um transtorno para a população que precisa se deslocar de um lado ao outro da cidade. Como a linha férrea passa por dentro da cidade, o que antes se considerava como interação, linha férrea e crescimento, hoje é um transtorno, inclusive pelo fato de terem sido construídas casas muito perto da linha férrea, ocasionando vários transtornos aos moradores e a gestão municipal.

Referências

BRIANEZI, Thaís. Rodovia BR-158 desponta como vetor de expansão da soja. **Repórter Brasil**. 15 de abril de 2009. Disponível em: < <https://reporterbrasil.org.br/2009/04/rodovia-br-158-desponta-como-vetor-de-expansao-da-soja/>>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

BRASIL, Reporter. **Rodovia BR-158 desponta como vetor de**

expansão da soja. Disponível em: < <https://reporterbrasil.org.br/2009/04/rodovia-br-158-desponta-como-vetor-de-expansao-da-soja/>>. Acesso em: 01 de out. 2020.

CARRO, Revista. **Carro na história.** Disponível em: < <http://www.https://revistacarro.com.br/historia-do-automovel-no-brasil-rica-e-apaixonante/>>. Acesso em: 01 de out. 2020.

CAVALARI, Rossano V. **A Gênese da Cruz Alta.** Cruz Alta: Unicruz. 2004.

CAVALARI, Rossano V. **Dicionário de Cruz Alta** – Histórico e Ilustrado. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro. 2011.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações Ferroviárias do Brasil.** Disponível em: < http://www.estacoesferroviarias.com.br/index_rs.htm>. Acesso em: 01 de out. 2020.

PAULA, Dilma Andrade de. **As ferrovias no Brasil:** análise do processo de erradicação de ramais. Rio de Janeiro, 2000.

POMPERMAYER, Fabiano Mezadre. **Ferrovias no Brasil:** Breve histórico, desafios e perspectivas. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3767/1/Comunicados_n50_Transporte.pdf>. Acesso em 01 de out. 2020

SCHETTERT, Ivan S. **Cruz Alta em poemas:** Como surgiu e evoluiu. Porto Alegre: Editora Palloti. 1993.

WICKERT, Ana Paula. **NOS CAMINHOS DA FERROVIA:** A arquitetura ferroviária da linha Tronco Norte Gaúcha - 1883 a 1920. Cadernos PPG-AU – UFBA. Salvador, 2002. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1539/976>>. Acesso em: 03/10/2020.

WIKIPÉDIA, a Enciclopédia Livre. **Ramal Cruz Alta - Santa Rosa.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ramal_Cruz_Alta%E2%80%93Santa_Rosa. Acesso em: 6 de out. 2020.

EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE PESSOA QUE TEVE EXTINTA SUA PUNIBILIDADE EM VIRTUDE DE CERTIDÃO DE ÓBITO FALSA

Alisson Fernandes Teixeira¹

1 Introdução

O presente resumo expandido versa sobre a situação do agente que teve sua punibilidade extinta em virtude de óbito, do qual se originou por certidão falsa.

De quais efeitos punitivos teriam o mesmo e de quais efeitos processuais originariam desde então, tendo em vista que o Estado perdeu o direito de punir do qual ele próprio decidiu em não fazer.

O que aconteceria se alguém cometesse um crime, tivesse sua punibilidade extinta em função da morte declarada em certidão de óbito e ao final se descobrisse que tal documento era falso?

Referente à metodologia de abordagem, utilizou-se a dedutiva, tendo sido abordado o tema a partir de uma generalização até a questão ser particularizada, havendo sempre uma relação lógica entre a premissa geral e a particular. Conforme Mezzaroba e Monteiro (2009, p. 66), “[...] o raciocínio dedutivo fundamenta-se em um silogismo, uma operação típica da Lógica em que, a partir de uma premissa maior e mais genérica e uma menor e mais específica, pode-se chegar a um resultado necessário que é a conclusão”. A premissa geral seria a quantidade de leis declaradas inconstitucionais, enquanto que as premissas menores seriam tanto a imparcialidade quanto o desconhecimento do ordenamento jurídico pela parte das comissões que as aprovam.

O texto terá como objetivo apresentar os possíveis efeitos

1 Acadêmico do curso de Bacharel em Direito da UNICRUZ, Cruz Alta/RS, e-mail: alisson_ft@yahoo.com.br

que essa atitude poderá causar.

2 Entendendo os elementos do crime

Nesta seção do resumo expandido analisaremos quais seriam os elementos que constituem o crime, segundo a teoria quadripartida.

O crime, para ser caracterizado como tal, necessita de condições das quais é formado por alguns componentes, a saber: Tipicidade, licitude e culpabilidade. Teoria essa, tripartite, defendida por maior parte da doutrina, não obstante a isso, nosso Código Penal traz um quarto termo, do qual alguns doutrinadores acrescentam como elemento do crime, enquanto outros veem como um desdobramento do elemento da culpabilidade, termo este conhecido como punibilidade a ser estudado ao longo do texto.

Em um apanhado rápido sobre os elementos do crime, Rogério Sanches Cunha nos traz um conceito, um tanto quanto completo e de fácil entendimento sobre o que seria o fato típico, que basicamente se traduz quando a atitude do agente se amolda ao tipo penal descrito no Código Penal Brasileiro, a saber:

Fato típico, portanto, pode ser conceituado como ação ou omissão humana, antissocial que, norteadas pelo princípio da intervenção mínima, consiste numa conduta produtora de um resultado que se subsume ao modelo de conduta proibida pelo Direito Penal, seja crime ou contravenção penal. Do seu conceito extraímos seus elementos: conduta, nexos causal, resultado e tipicidade.

A nível de exemplo, quando um agente tira a vida de alguém, se amolda perfeitamente ao Artigo 121² do Código Penal Brasileiro, onde o mesmo comina uma pena a quem fizer essa conduta.

Seguindo ao segundo elemento do crime, temos a chamada ilicitude, da qual se conceitua como sendo uma atitude não aceita pelo nosso ordenamento jurídico, explicam Zaffaroni e Pierangeli:

Devemos ter presente que a antijuridicidade não surge do direito

2 Art. 121. Matar alguém:
Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

penal, mas de toda ordem jurídica, porque a antinormatividade pode ser neutralizada por uma permissão que pode provir de qualquer parte do direito: assim, o hotelheiro que vende a bagagem de um freguês, havendo perigo na demora em acudir a justiça, realiza uma conduta que é típica do art. 168 do CP [apropriação indébita], mas que não é antijurídica, porque está amparada por um preceito permissivo que não provém do direito penal, mas sim do direito privado (art. 1470 do CC/02).

Um terceiro elemento do crime, levando em conta a teoria tripartida, temos a culpabilidade, da qual se entende como o “juízo de reprovação que recai na conduta típica e ilícita que o agente se propõe a realizar. Trata-se de um juízo relativo à necessidade de aplicação da sanção penal.” (CUNHA)

E por último elemento do crime, e não menos importante, teremos um quarto elemento o qual faz tema a esse trabalho, o que se chama de Punibilidade.

A punibilidade é a capacidade que o agente tem de ser punido com relação ao crime praticado por ele, capacidade esta exercida pelo estado perante ao indivíduo infrator que cometeu o crime ou a contravenção penal.

Devemos ressaltar de que a punibilidade não integra o conceito analítico de crime, sendo apenas sua consequência jurídica, ou seja, o efeito do crime. Temos como conceito de punibilidade o trecho transcrito a seguir de CUNHA, “Punibilidade é o direito que tem o Estado de **aplicar a sanção penal** prevista na norma incriminadora, contra quem praticou a infração penal.” (grifo nosso).

3 Causas de extinção de punibilidade

Ao se considerar que o agente praticou todos os elementos do crime, cabe ao estado, sob devido processo legal, puní-lo, mas existe alguma causa que impeça disto ser feito? Sim, o que será exposto a seguir.

O Código Penal Brasileiro, no Artigo 107³, nos traz um rol taxativo, mas não exaustivo, das causas de extinção de punibilidade, dentre as 9 (nove) hipóteses ali expostas, temos logo no inciso I a causa de extinção pela morte do agente.

Para poder chegar ao conceito do que seja o termino da existência da pessoa natural, a morte, tem-se de recorrer a outro ramo do direito, o direito Civil, onde no Art. 6^o⁴ do Código Civil de 2002, trata sobre onde se finda a vida.

4 Posicionamentos sobre o fato

A hipótese aqui considerada é a de que uma pessoa cometa algum tipo de infração penal, e, tendo conhecimento das causas de extinção de punibilidade, em especial a morte, usa de certidão de óbito falsa para livrar-se da punição.

Tema este que não é pacífico o entendimento tendo duas correntes:

- a Doutrina vale a coisa julgada porque não existe a revisão *pro societa*, ou seja, não há como punir mais o réu levando-se em consideração de que isso agravaria sua situação de “réu solto”, apenas processando o mesmo pelo uso de documento falso. No caso em questão, onde o réu fosse novamente condenado e ter que cumprir a pena pelo crime anterior, isso iria ferir o princípio da presunção de inocência previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988.

- já para o Supremo Tribunal Federal, trata-se de decisão inexistente (logo, não possui valor jurídico). O réu deve cumprir a pena que foi (por equívoco) julgada extinta.

3 Art. 107 – Extingue-se a punibilidade:
I – pela morte do agente
[...]

4 Art. 6^o - A existência de pessoa natural termina com a morte [...]

5 Considerações finais

Em meio a impasses dentre decisões judiciais e doutrinas, ficam evidentes de que não se formou ainda uma posição concreta do fato, tendo-se que analisar cada caso.

Visando despertar o interesse para a óptica de um lado mais crítico do nosso ordenamento jurídico, diante desta situação sobrem a pergunta clichê “há crime perfeito?”, assim podemos repensar se, de fato, o poder judiciário não exclui de sua apreciação nenhuma ameaça ou lesão ao direito, princípio este consagrado em nossa carta magna.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vade Mecum. 21. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2016.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**. Volume único. 4. ed. 2016.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo. Saraiva. 2009.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro -Parte Geral**. Vol. I. 3. ed. São Paulo, 2009.

É VOCÊ, HERMENEIA? SIM, HERMENEUEIN: UM ESBOÇO SOBRE HERMENÊUTICA

Fernando Martins Ferreira¹
Maria Fernanda Piovesan Vianna²
Tiago Anderson Brutti³
Fábio César Junges⁴

1 Considerações iniciais

A presente pesquisa bibliográfica, com ênfase em livros e/ou crônicas, de Gadamer, Palmer e Stein, entre outros autores, apresenta as ideias gerais relacionadas à hermenêutica, a partir de algumas obras e pensadores de significativa importância para o tema *in vértice*. De modo breve, o texto abordará desde a concepção da disciplina até alguns de seus significados e finalidades.

A elaboração do trabalho foi incentivada a partir dos encontros da disciplina de Seminário Temático I, do Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (Unicruz),

2 Resultados e discussões

A palavra hermenêutica tem sua gênese no verbo

-
- 1 Universidade de Cruz Alta, Doutorando no Programa de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: fferreira63@unicruz.edu.br
 - 2 Universidade de Cruz Alta, Doutoranda no Programa de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: asmariafernanda@gmail.com
 - 3 Universidade de Cruz Alta, Professor do Programa de Doutorado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br
 - 4 Universidade de Cruz Alta, Professor do Programa de Doutorado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: fabiocesarjunges@yahoo.com.br

grego *hermeneuein* (interpretar), e no substantivo *hermeneia* (interpretação), aparecendo em muitos textos que oriundos da Antiguidade. *Hermeios* era o sacerdote do oráculo Delfos. Essas palavras remetiam para o deus-mensageiro-alado Hermes, para a função de transformar aquilo que ultrapassasse a compreensão humana em algo que a inteligência conseguisse compreender, perpassando algo da inteligibilidade à compreensão (PALMER, 1969).

Compreender o que alguém diz é pôr-se de acordo sobre a coisa dita. O fenômeno hermenêutico está na relação pensar/falar, cuja enigmática intimidade motiva a ocultação da linguagem no pensamento. Na medida em que se revela em seu caráter linguístico, possui, *de per si*, um significado universal absoluto. Compreender e interpretar se subordinam à tradição linguística, mas ultrapassam essa subordinação pela razão de que tudo o que é compreensível tem de ser acessível à compreensão e à interpretação (GADAMER, 1999)

Esse processo de *tornar compreensível*, associado a Hermes (mediador e portador de uma mensagem), está implícito nas três vertentes básicas no significado de *hermeneuei e hermeneia*, no seu antigo uso: exprimir em voz alta (dizer); explicar (como quando se explica uma situação); e traduzir (como na tradução de uma língua estrangeira. (PALMER, 1969).

Habermas *apud* Stein (2002, p. 99-102), sobre Hermenêutica, assim se manifesta:

a) A hermenêutica é capaz de descrever as estruturas da reconstituição da comunicação perturbada; b) [...] está necessariamente referida à práxis; c) [...] destrói a auto-suficiência das ciências do espírito assim como em geral elas se apresentam; d) [...] tem importância para as ciências sociais, na medida em que demonstra que o domínio objetivo delas está pré-estruturado pela tradição e que elas mesmas, bem como o sujeito que compreende, têm seu lugar histórico determinado; e) a consciência hermenêutica atinge, fere e revela os limites da auto-suficiência das ciências naturais, ainda que não possa questionar a metodologia de que elas fazem uso; f) finalmente, hoje uma esfera de interpretação alcançou atualidade

social e exige, como nenhuma outra, a consciência hermenêutica, a saber, a tradução de informações científicas relevantes para a linguagem do mundo da vida social (STEIN, 2002. p. 99-102).

A hermenêutica se faz presente no alinhamento de ideias e diálogos; nas práxis de toda a ordem. Nas ciências sociais, revela os limites das ciências naturais, atinge a realidade social, exigindo que as informações científicas importantes sejam traduzidas para a vida social.

Entre autores que focam seus discursos sobre hermenêutica e suas diretrizes, destacam-se Gadamer, Heidegger, Bultmann, Ebeling, Betti, entre outros. Segundo Palmer (1969, p. 64):

Enquanto historiador do Direito, o interesse de Betti não partiu do desejo filosófico de uma avaliação mais adequada da verdade de uma obra de arte (como aconteceu com Gadamer) ou de um desejo de chegar a uma compreensão mais fundo do Ser (como aconteceu com Heidegger) ou da obrigação de alcançar a total compreensão da palavra bíblica (como em Bultmann e em Ebeling). Betti queria distinguir os diferentes modos de interpretação das disciplinas humanas e formular um corpo básico de princípios com os quais se interpretasse as acções do homem e os objectos. Se há que fazer uma distinção entre o momento de compreender um objecto por si mesmo e o momento de ver o significado existencial do objecto por si mesmo e o momento de ver o significado existencial do objecto através da nossa própria vida e do nosso futuro, então podemos dizer que este último ponto de vista é nitidamente a preocupação de Gadamer, de Bultmann e de Ebeling, enquanto a preocupação de Betti tem sido determinar a natureza da interpretação *objectiva* (PALMER, 1969, p. 64).

O conhecimento hermenêutico se faz pela linguagem. Gadamer apresenta a potência que envolve o conceito de linguagem, abarcando o que não é dito em palavras, nem resumido a signos, constituindo-se uma ação hermenêutica. O homem é um ser linguístico. A linguagem e o mundo social são construções humanas. Cada cultura/grupo desenvolve formas próprias de comunicar-se e, com essa capacidade de comunicação, se relaciona com os outros (GADAMER, 2002).

Para fundamentar a concepção da ciência como linguagem, conta-se que, ao serem questionados um médico, uma parteira e um teólogo, sobre a razão de os bebês chorarem ao nascer, as respostas obtidas foram diferentes, confirmando que a linguagem perpassa aspectos pessoais, profissionais, culturais, crenças e contextos históricos (CHASSOT, 2006).

A palavra não é oriunda de teorias, mas da experiência. A linguagem, conforme apresentada por Gadamer, distancia-se da perspectiva que a compreende como mero instrumento, uma vez que é natureza viva e significativa, devendo afastar-se de algo instrumentalizado (PALMER, 1969).

A linguagem é intrínseca ao Ser e sua mobilidade, conforme Gadamer (2002, p. 240):

[...] entre o indivíduo e a língua existe uma relação mútua que confere ao homem, face a língua, uma certa liberdade. Tampouco se engana, com respeito ao fato de que é uma liberdade limitada, na medida em que cada língua, face ao lado em cada caso, forma um modo peculiar de existência, que faz que nela se experimente, com particular nitidez e vivacidade, “até que ponto, inclusive o passado mais longínquo, continua vinculando-se ao sentimento do presente, já que a língua passou pelas sensações das gerações anteriores e conservou em si o hálito daquelas” (GADAMER, 2002, p. 240).

Assim, carregadas de significados e historicidade, a linguagem e a tradição estão conectadas, como afirma Gadamer (2002, p. 445): “[...] a forma linguística e o conteúdo da tradição não podem ser separados da experiência hermenêutica”. A tradição consiste no exercício da liberdade acerca da própria história, que precisa ser afirmada e mantida.

Outro ponto interessante condiz ao pensamento do filósofo na relação dos homens e mulheres com o mundo, por meio da linguagem. Difere-se o ser humano dos demais seres vivos pela capacidade da comunicação racional.

A comunicação com o outro também é um processo de autocompreensão dos indivíduos, nas lições de Tiburi (2000, p.

286): “[...] Ele é ativo e passivo, nascendo em contato com o que não é ele e que ele desejará desvendar como forma, inclusive, de desvendar a si mesmo”. Essa relação da linguagem em direção ao outro, é caminho que assegura sua existência no mundo. Dessa forma, a linguagem não pode ser reduzida a mero instrumento, conforme Oliveira (2006, p. 215)

A linguagem é um dizer, dizer no sentido original da palavra, isto é, mostrar, deixar aparecer, ver, ouvir. A linguagem deixa aparecer o ser como, sentido; ela é, por isso a casa do ser. Se o ser emerge enquanto linguagem, a linguagem é o caminho necessário de nosso encontro com o mundo, já que é o sentido que funda e instaura todo o sentido. Agora se manifesta, com mais clareza ainda, que a linguagem não pode ser reduzida a puro instrumento, pois, em todo saber de nós mesmos, como em todo saber humano, já sempre estamos envolvidos pela linguagem, em que se dá a clareira do ser, onde se manifesta a compreensão do ser e onde fala a ‘voz do ser’ (OLIVEIRA, 2006, p. 215).

Além do indizível, a letra e a fala compreendem a linguagem enquanto organismo construído nas relações havidas entre as pessoas. No dizer de Boff (1998, p. 9): “[...] todo ponto de vista é a vista de um ponto”. Por conseguinte, a capacidade humana de linguagem confere aos sujeitos uma amplitude de movimentos, como interpretar, compreender e pensar, ou seja, ao pegar um livro ou comunicar-se com o outro, seu olhar inevitavelmente é carregado de saberes ancestrais, culturais, profissionais e de tempo histórico.

3 Considerações finais

À luz de Gadamer e seu pressuposto da hermenêutica, verificam-se muitas contribuições para as reflexões teóricas e práticas em diversas áreas do conhecimento, somando-se à contribuição de Heidegger, Bultmann, Ebeling, Betti e outros expoentes dessa seara, despertando os interesses dos autores sobre o tema, advindos, fundamentalmente, da disciplina de Seminário Temático de Doutorado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (Unicruz)

Assim, verificou-se a finalidade da hermenêutica e a importância da linguagem no processo de interpretação, buscando a compreensão do que é dito, especialmente do que não está posto, mas imbricada nas entrelinhas da jornada humana.

Referências

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 16. ed. Vozes: Petrópolis, 1998.

CHASSOT, Atico. A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos** - Ihu online. Edição 206. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/635-attico-chassot-1>. Acesso em: 01 jun. 2021.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão de Tradução de Ênio Paulo Giachini. 3. ed. Petrópolis: Vozes:, 1999.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

STEIN, Ernildo. Compreender em vez de fundamentar – a hermenêutica filosófica de Gadamer. **Veritas** - Revista de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, 2002.

TIBURI, Marcia. Nota sobre hermenêutica: a linguagem entre o sujeito e o objeto. **Veritas**: Revista de Filosofia da PUCRS. 2000, v. 45, n. 2, Porto Alegre: PUCRS. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/download/35064/18400/0>. Acesso em: 01 jun. 2021.

UM NOVO OLHAR DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DAS DISCUSSÕES DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO: UM ENSAIO SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL COMO UM ATO POLÍTICO QUE TEM POSTO EM DESTAQUE APRENDER, ENSINAR E PENSAR O RACISMO NO BRASIL

Thayane Santos Madruga¹
Vania Maria Abreu de Oliveira²
Antonio Escandiel de Souza³

1 Introdução

A pesar da resistência que o brasileiro ainda apresenta ao debater as questões raciais, este tema vem ganhando cada vez mais espaço de discussão. Mérito do movimento negro que por gerações vem trazendo essas pautas para o enfoque social, ainda que as mesmas sejam negligenciadas, diversas vezes.

O avanço das redes sociais possibilitou que se tornasse amplificado e ilimitado o grito de protesto deste grupo que vem conquistando importantes espaços onde promove necessárias reflexões sobre o racismo e os saberes do movimento negro. Entender o racismo como um problema social e aprender a combatê-lo, são pontos essenciais deste estudo, que ainda brevemente, permeia por

1 Mestre em Práticas Socioculturais e desenvolvimento Social – Mestrado, da Universidade de Cruz Alta- RS, thayane.madruga@hotmail.com;

2 Doutora em História. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ.

3 Professor Orientador: Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, Doutor em Linguística Aplicada – UFRGS, Mestre em Estudos Linguísticos – UFSM, Especialista em Linguística textual – UNICRUZ, pesquisador líder do Grupo de Estudos Linguísticos - GEL/UNICRUZ, asouza@unicruz.edu.com.br;

reconhecer a estrutura social racista em que se originou o Brasil, o reconhecimento do privilégio branco na pirâmide social, a construção social de uma realidade brasileira utópica que não vê o país como desigual e os avanços educacionais no que tange as relações étnico-raciais no Brasil através das construções de saberes do movimento negro nas lutas por emancipação.

Assim, mais uma vez trazer este tema para o debate acadêmico é vislumbrar novas possibilidades de ampliar conhecimentos e campos de discussão onde possa ser semeada a semente do conhecimento com frutos de um país mais humano, com olhar voltado em buscar mais oportunidades e igualdade a todos independente de classes sociais, gênero ou raça. Precisamos descobrir o olhar da população brasileira como véu do negativismo e vitimismo por parte daqueles historicamente sofrem por tamanha invisibilidade e rejeição por parte do Estado.

Que a discussão desses temas tão contraditórios ainda a tantas pessoas, contribua com a transformação de práticas socioculturais, emancipando a todos os cidadãos para que consigam exercer um olhar social crítico e real, promovendo reflexões sobre o tema, responsável por organizar as bases que perpetuam o sistema de discriminação racial.

2 Resultados e discussões

Debater o racismo, antes de tudo, é compreender que o problema é ainda um reflexo direto da escravização de negros no Brasil. Esses quase cinco milhões de africanos que foram retirados à força de seu país de origem, vida, famílias e foram submetidos à escravização em solo brasileiro nunca foram capazes de reconstruir um espaço ou uma vida na sociedade brasileira. Por quatro séculos a mão de obra escravizada negra foi a engrenagem que movia a economia do país, ou seja, o Brasil estruturou-se sob sangue, suor e lágrimas negras. Mesmo assim, ainda hoje a participação mais do que ativa e direta do sujeito negro na construção do país é abordada como mero detalhe nos livros didáticos de história, se não for feita

uma pesquisa mais à fundo sobre o tema.

Sendo assim, para alguns estudiosos como Borges (2019), por exemplo, o racismo na sociedade brasileira pode ser entendido como “o quarto poder”, seguido do Legislativo, Executivo e Judiciário, pois “[...] é importante entendermos o racismo para compreendê-lo, como ideologia fundante da sociedade brasileira.” (BORGES, 2019, p.53). A autora ainda afirma:

O eixo da sustentação da economia brasileira advinha do processo de escravização. Nesse sentido, a primeira mercadoria do colonialismo, e seu posterior desenvolvimento capitalista no país, foi o corpo negro escravizado. [...] Sendo assim, as dinâmicas das relações sociais são totalmente atravessadas por essa hierarquização racial. Não se consegue, portanto, discutir os efeitos do racismo e sua articulação com o sistema de justiça criminal sem retomarmos, mesmo que brevemente, historicamente esse processo. (BORGES, 2019, p. 53).

Decorrente deste entendimento inicial da formação social, avançamos aos conceitos de racismo estrutural e racismo institucionalizado. Termos contemporâneos que expressam de forma clara e objetiva toda essa formação social racista baseada na desvalorização dos corpos negros em comparação às pessoas brancas. Processo este que também repercute no Brasil, até hoje, desde os tempos de casa grande e senzala, pois um dos principais critérios para a escravização do povo negro era a errônea ideia de estes eram inferiores intelectualmente, dentre outros aspectos, mais fortes e resistentes para serviços físicos e muitas vezes também desprovidos de humanidade, sendo tratados de forma inferior a animais.

Muitas das marcas racistas da era escravocrata brasileira ainda ecoam alto Brasil à fora ainda em 2021. O país apresenta 56% da população constituída de pessoas negras. É o segundo país, depois da África com maior população negra, e ainda assim carrega marcas discriminatórias assustadoras: tem índices alarmantes sobre o genocídio de jovens negros; as mulheres negras apresentam as piores condições de vida, instrução educacional, saúde e moradia; é o quarto país com maior população carcerária, composta majoritariamente por negros; entre tantos outros dados que são

emitidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Essa é a leitura do país desigual e inoportuno para tantas pessoas o qual vivemos. Mas entender essa realidade e não a caracterizar como vitimista ou aceitar a ideia do negacionismo dessas desigualdades, é preciso que se entenda: a sociedade apresenta um sistema invisível denominado: “*privilégio branco*”.

O privilégio branco descreve as vantagens não merecidas que são concedidas devido à branquitude ou capacidade de ser lido como branco. É muito importante notar que o privilégio branco não é um conceito que faz parte da ordem natural da vida. Na ausência de supremacia branca, o privilégio branco não tem sentido (SAAD, 2020, p. 44).

Esse sistema é denominado como invisível, pois são poucas as pessoas que reconhecem esse privilégio devido a cor da pele clara. Reconhecer este sistema em si é ir contra o negacionismo nacional e desconstruir a ideologia de que um Brasil livre de preconceitos, de pessoas felizes e gentis, de pobreza apenas em algumas áreas e principalmente, reconhecer seus privilégios e erros. Ou seja, é mais fácil construir a imagem de um país não tão desigual do que lutar para colaborar com a queda dessas desigualdades, Berger e Luckmann (2014) apresentam uma definição importante que sustenta tamanho negativismo do racismo e das desigualdades sociais:

Toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, ipso facto, é apreendido pelo executante como tal padrão. (BERGER, LUCKERMANN, 2014, p. 75).

Através dessa construção social de uma realidade utópica, também é possível manter as desigualdades que assim como em uma balança, pesam mais para um lado que para outro, logo, onde há desvantagens para uns, há vantagens para outros. Através das lutas sociais e manifestos de movimentos como o negro, muitas pessoas estão nesse processo de sair da bolha do negativismo de como se estruturou e ainda funciona a sociedade brasileira. Este

e muitos outros pensamentos reflexivos são os grandes legados desses movimentos sociais que corroboram na construção de novos entendimentos, no desenvolvimento de políticas de ações afirmativas que tentam buscar a emancipação do povo negro.

3 Considerações finais

Apesar dos logos e dolorosos anos de luta racial brasileira, já trilhamos muitos caminhos. Vivemos ainda um período cruel e de incertezas, mas já consagramos importantes vitórias. A ação constante do movimento negro deixa lições fundamentais que impulsionam a consolidação de ideias de uma sociedade mais justa e com mais conhecimento.

Não podemos esquecer que enquanto ato político o movimento negro conquistou um papel de importante existência afirmativa. O debate do racismo foi trazido para o centro de diversos debates para a cena pública, questionou as políticas públicas, sua aplicação e benefícios para o povo negro nas questões de desigualdade racial. Esse movimento mobiliza e ressignifica a politização de raça, emancipando os que sempre foram inferiorizados.

Ao fazer essa ressignificação de raça, o movimento negro faz com que a própria história brasileira se questione e também a história dos negros no Brasil. O movimento negro adere a educação e a força das lutas conquista o direito de acesso mais estruturado nas escolas pela lei 10.639/03. Além disso é cada vez mais frequente a discussão de pauta racial estar centralizando importantes debates e novas formas de percepção sobre temas veem sendo criadas como: ouvir, compreender, aprender, pesquisar, ensinar e dissimular. A arma da população é o conhecimento e a do movimento negro é a voz, a força, a potência e a resistência. Não atoa foram desenvolvidos diversos conceitos sobre “não apenas não ser racista, mas ser antirracista”. Uma aberta e poderosa tentativa de buscar resultados na luta contra o preconceito.

Mais uma vez compreende-se o movimento negro como um fundamental sujeito político que cria, sistematiza, articula saberes

emancipatórios produzidos ao longo da história pelo povo negro nos âmbitos sociais, políticos, culturais e educacionais nacionais em prol da superação do racismo.

Referências

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo. Pólen. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. 5. ed. Rio de Janeiro. Petrópolis. 2017

KENDI, Ibram X. **Como ser antirracista**. Rio de Janeiro. Alta Books. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O pequeno manual antirracista**. 8. ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2020.

SAAD, Layla F. **Eu e a supremacia branca**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Rocco. 2020.

AS NOVAS CONFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM TEMPOS DE DES-ORDEM

Maria Fernanda Piovesan Vianna¹

Diego Pascoal Golle²

Sirlei de Lourdes Lauxen³

Solange Beatriz Billig Garces⁴

1 Introdução

O presente texto foi elaborado a partir de reflexões provocadas pela leitura do livro “A nova des-ordem mundial”, realizada junto à disciplina de Desenvolvimento Social e Emancipação do Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Tem por objetivo realizar um breve diálogo entre Haesbaert e Porto-Gonçalves (autores do referido livro) e outros autores atuais, acerca da reestruturação do papel do Estado, das novas conformações de território e de como esses processos repercutem à emergência de novos sujeitos. Cabe destacar a importância de suscitar este debate no meio acadêmico, pois os adventos da globalização, bem como suas consequências, não podem ser ignoradas por nenhuma área do conhecimento.

Para isso, realizou-se o levantamento bibliográfico de

-
- 1 Mestra em Ensino na Saúde (UFRGS), Discente do Programa de Pós-Graduação em Práticas socioculturais de Desenvolvimento Social da UNICRUZ – Doutorado. Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: asmariafernanda@gmail.com
 - 2 Doutor em Engenharia Florestal, Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. dgolle@unicruz.edu.br
 - 3 Doutora em Educação (UFRGS); Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social/UNICRUZ. slauxen@unicruz.edu.br
 - 4 Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Políticas e Práticas Sociais; Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. sgarces@unicruz.edu.br

referenciais sobre a temática, especialmente em repositórios *online*, durante o período de maio a junho de 2021, buscando responder resumidamente a seguinte questão deixada por Haesbaert e Porto Gonçalves (2006, p. 10): “Que processos e sujeitos instituintes é possível identificar na des-ordem mundial atual, apontando para novas conformações territoriais?” Pretende-se trazer elementos que possam respondê-la provisoriamente, visto a dinamicidade das relações sociais.

2 Resultados e discussões

Diante do contexto vivenciado pela humanidade na Pandemia de Sars-CoV-2, emergem inúmeros questionamentos sobre os rumos do mundo, em especial dos países subdesenvolvidos. Para estes, onde a crise do paradigma relacionado ao capital eurocêntrico já estava intensificada, a epidemia evidenciou ainda mais as desigualdades sociais. Afinal, qual futuro se esperar nos pós pandemia nos países “outros”, ao sul? Antes disso, é necessário situar o que nos antecede à emergência sanitária enquanto organização social, para podermos vislumbrar um novo devir.

Como processo, se faz necessário compreender inicialmente qual o papel assumido pelo Estado na organização social da des-ordem mundial, desvelando a partir disso novos arranjos e sujeitos. Essa mudança de concepção de Estado travestida em aparente perda de espaço frente à novas instituições, parece estratégia orquestrada pelo capitalismo neoliberal.

Segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), a redução da presença do Estado de direito traz, como pano de fundo, o discurso relativo à necessidade do enxugamento da máquina pública, via privatização de bens e direitos antes públicos, como a saúde, a educação, a segurança pública, os bens hídricos, por exemplo, em prol das megaempresas e transnacionais. Assim, finda-se o estado de bem-estar social rumando ao capitalismo neoliberal. Neste sentido há, ainda, a perda de Estados nacionais para empresas transnacionais, criando novas concepções sobre territórios.

Para Cataia (2011) existe a necessidade de refletir sobre territórios e suas novas conjecturas, especialmente quando se é gestado um novo mapa do mundo, pois enquanto novas fronteiras são criadas, outras se findam, algumas se fragmentam e outras se unem para opor-se aos novos blocos de poder. Acima disso, estes territórios são atravessados por diferentes fluxos, como aqueles ligados à velocidade das informações e às mercadorias, estas nem sempre legalizadas.

Conforme Haesbaert e Porto Gonçalves (2006), as transnacionais estão disseminadas por diversos países, onde buscam legislações trabalhistas flexíveis e também incentivos fiscais, entretanto, mantêm os cargos de planejamento e gerência sempre fiéis ao país de origem. Se faz importante refletir a quem interessa a presença de empresas estrangeiras sob discurso de desenvolvimento daquele local, mas que não admitem o planejamento ou controle destas empresas na mão dos “outros”. Há uma velada estratégia de controle, de ocupação de espaço e poder pelos países desenvolvidos, não sendo a guerra um imperativo necessário para o controle de novos territórios.

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) este contexto também enseja a discussão sobre a influência das novas tecnologias frente a esta reestruturação do papel do Estado e como a posse de tecnologias pode inferir no controle – sobre outros países - daqueles que possuem estas ferramentas. Sendo assim, essa nova conformação do Estado pode vir combinada com a condenação do Nacionalismo e da soberania, que pode ser militar, por quem detém as novas tecnologias ou, também, financeira, no sentido de quem possui capital. Assim, ficam os países mais vulneráveis a mercê dos detentores de maior poderio.

Um exemplo em nossa realidade é a atual crise sanitária e a dependência dos países subdesenvolvidos em torno da tecnologia para produção de insumos e vacinas. Benach (2021) denomina esse movimento de “apartheid das vacinas”, onde 85% das vacinas ficaram nas mãos do Canadá, Estado Unidos e outros países abastados. Estes, que reservaram vacinas além do necessário para

proteger sua população, uma política avessa à solidariedade, que deixou os mais vulneráveis à deriva. O que deveria ser um bem comum pela calamidade sanitária mundial, se tornou um negócio lucrativo.

Diante disso é que, alguns países, para fazer frente a estas estratégias de poder, acabam se organizando em blocos econômicos, como é o caso da União Europeia. A partir disso, surge outra conformação de território, como reiteram Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p.53): “[...] o território antes nacional, agora é global, as fronteiras mudam seu papel onde os países tendem a garantir o controle sobre os mercados e buscar fortalecimento, unindo-se em grandes blocos econômicos, como blocos nações”

Retornando a questão das consequências do ideário privatista no que tange a segurança pública, sua ausência ou insuficiência parece repercutir para o surgimento de novos sujeitos e territórios, que acabam na maioria das vezes tentando suprir, ilegalmente, esta ausência nos espaços “esquecidos” pelo Estado. A segurança pública antes essencialmente Estatal, passa a ser preenchida por entidades privadas. O Estado acaba delegando poderes, abandonando ou aparecendo de modo incipiente. Assim, surgem os novos poderes e milícias nas favelas e o fortalecimento do narcotráfico. “[...] o próprio território vazio de poder dá lugar à emergência de novos circuitos de poder”. (HAESBAERT E PORTO-GONÇALVES, 2006, p.55)

Algo semelhante ocorre com a emergência das células terroristas no oriente médio, suas novas roupagens e inovações tecnológicas, oportunizam grande aderência de interessados ao redor do mundo, os territórios rede. Para além da questão da segurança do território, se faz importante atentar também para uma possível estratégia de resistência frente às investidas de ocupação muitas vezes ilegítimas, pelos países desenvolvidos para exploração de recursos naturais, como afirma Vargas (2018, p.178) “[...] o território assim como a tecnologia, representa um dos pilares da competição do capital no cenário internacional e é fundamental para a construção/manutenção da hegemonia”

Nesse contexto ambos possuem algo em comum, pois ao que parece são organizações do lado oposto do Estado, ou paralelas a ele, derivam do processo de sua reestruturação e por muitas vezes são por ele fomentados, mesmo que indiretamente conforme nos dizem Cepik e Borba (2011, p.400) “[...] tanto internamente quanto internacionalmente, o controle do crime organizado é parte de uma política abrangente de segurança pública, que depende da integração entre agências no governo, mas também da participação cidadã e da cooperação internacional”.

A criação das Organizações Não Governamentais (ONGs) também são indicadores da des-ordem e são obra de todo o processo de precarização e retrocesso dos direitos sociais, fruto do Estado mínimo. Para Costa e Porto Gonçalves (2006) estas “entidades não Estado” acabam assumindo elementos antes estatais ou que deveriam ser estatais, impulsionados por grandes empresas internacionais. Esta dependência de órgãos financiadores, acabam manchando o movimento e inviabilizando uma possível frente de resistência, contribuindo, assim, para fragilizar a legitimidade de muitos grupos da sociedade civil.

3 Considerações finais

A intenção do referido texto foi responder mesmo que sinteticamente os questionamentos do livro e, além disso, semear provocações necessárias para pensarmos momentos futuros. O processo de desmantelamento do Estado de proteção social é um fenômeno da globalização e a partir desta entrega do Estatal em nome do lucro, emergem novos agentes sociais e seus territórios vão se reconfigurando, surgindo, desaparecendo e resistindo. A economia é elemento de destaque que gera exclusão, desigualdades e violências aqui relacionadas ao surgimento das ONGs e do crime organizado, contradições e injustiças criadas pela própria desordem.

Vargas (2018) nos mostra que embora estes processos gerados pela globalização possam ser irreversíveis, abrem-se espaços para movimentos de resistência; deste esperar, ancorado no potencial

transformador da educação como ação política. Assim, configuram-se fatores necessários para se pensar uma outra globalização, a globalização da dignidade, da justiça social e da sustentabilidade.

Referências

BENACH, Joan. O “apartheid” da vacina é um espelho do capitalismo neoliberal. In: *IHU on-line*. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Ed. 547. Porto Alegre, 2021. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/609658-o-apartheid-nas-vacinas-e-um-espelho-do-capitalismo-neoliberal?fbclid=IwAR35GVqXv_14bgTBHbNv2Ex5Z9x0NoAAsQS8dDblv5Irup6GIrYnP-CI2q0 Acesso em: 03 de junho de 2021.

CATAIA, Marco A. Território Político: Fundamento e Fundação do Estado. In: *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 23 (1): 115-125, abr. 2011. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11531/pdf_37 Acesso em: 24 de maio de 2021.

CEPIK, Marco ; BORBA, Pedro. Crime Organizado, Estado e Segurança Internacional. In: *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 375-405, jul/dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/yc9kXFhYxqNPJXDJHNPPBNB/abstract/?lang=pt> Acesso em: 23 de maio de 2021.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VARGAS, Liliane A. Da globalização dos territórios aos territórios da globalização. In: *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande, v. 35, n. 3, p. 170-183, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remeal/article/view/8192> . Acesso em: 23 de maio de 2021.

A MEDIAÇÃO E O MEIO AMBIENTE: UM INSTRUMENTO DE EFICÁCIA NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Tatiane Zanetti Adiers¹
Fernando Martins Ferreira²

1 Introdução

O modelo de resolução de conflitos, apegados à formalidades técnico-procedimentais, em especial, envolvendo o meio ambiente e a sociedade, não consegue envidar respostas que possam contemplar, com objetividade, os interesses das partes.

Em razão disso, necessita-se instrumentos adequados para possibilitar aos conflitantes, a célere resolução das controvérsias, a partir de suas próprias reflexões, conscientizações e atitudes que possam evidenciar meios hábeis para a resolução de um acordo capaz de satisfazer aos anseios dos conflitantes.

Surge, então, o instituto da mediação, com todas as suas peculiaridades e características, possibilitando às partes, por si mesmas, o pleno exercício de cidadania, encontrando rumos capazes de definir, transformar e dirimir o conflito socioambiental

2 Resultados e discussões

Ante a necessidade de célere resolução aos complexos conflitos envolvendo a sociedade e o meio ambiente, verifica-se a mediação como instrumento hábil para esses tipos de demandas.

O Direito Ambiental, considerado por Wolkmer como

1 UNINTER, pós graduanda em Processo Civil, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: tzanettia@yahoo.com.br

2 Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Prática Sociocultural e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, RS, Brasil, E-mail: fferreira@unicruz.edu.br

Direito de Terceira Dimensão, visa à proteção jurídica de um bem autônomo e pertencente à coletividade, tutelando um interesse difuso, indivisível, de natureza metaindividual e indeterminável no tocante ao sujeito, sem que se possa dispor quanto ao seu objeto e, dado à ampla conflituosidade do bem protegido, pode ser tutelado como direito coletivo, estrito senso, individual homogêneo e individual (LEITE e AYALA, 2003).

O meio ambiente encontra-se desprotegido, necessitando cuidados e atenção especial, pois há um descaso em sua salvaguarda da casa comum: o Planeta Terra. Os solos envenenados, ares contaminados, águas poluídas, florestas dizimadas, algumas espécies exterminadas, desequilibrando física e quimicamente o planeta e devastando a biosfera (BOFF, 2008).

Talvez a solução para esses danos ocorra a partir da reflexão e conscientização do ser humano, enquanto integrante do meio ambiente, compreendendo o seu efetivo papel de defensor desse meio, garantindo a preservação do planeta para as futuras gerações.

A crise ambiental poderá ser superada com mudanças de atitudes da civilização, abolindo seus hábitos predatórios, os quais desequilibram o meio ambiente, conciliando o desenvolvimento social com a proteção do meio ambiente, ou seja, garantindo o chamado desenvolvimento sustentável (PORTANOVA, 2002).

A Constituição Federal, quanto ao meio ambiente, acolheu em seu bojo os princípios da restauração dos processos ecológicos essenciais com ênfase na recuperação do dano causado e, aplicação de sanções de cunhos judiciais e administrativos (MACHADO, 2006).

O modelo contemporâneo da sociedade traz consigo, em sua própria formação, os conflitos socioambientais, cuja resolução deve advir de alternativas negociáveis com ênfase ao uso dos recursos naturais. O instrumento da mediação constitui-se como uma temática de fundamental significação na construção das sociedades sustentáveis, haja vista que as cidades, em seu desenvolvimento, se quedam multifacetadas e complexas, com conflitos envolvendo

diversos e antagônicos interesses (TRENTIN e PIRES, 2013).

Não há um método único para a resolução dos conflitos socioambientais ante a especificidade de cada caso, razão pela qual se faz necessária a análise geral de cada situação, desde a gênese até a sua atualidade. Essas controvérsias envolvendo o meio ambiente e a sociedade precisam ser resolvidas a partir da constatação da(s) causa(s) que as deram início, utilizando-se instrumentos que contemplem a pacificação social, a vontade das partes e o acordo a fim de que a sociedade e o meio ambiente saiam com a situação transformada para a resolução do conflito.(LITTLE, 2001).

Assim, surge o instituto da mediação como forma de resolução desses conflitos à luz constitucional, buscando possíveis direcionamentos para o caso concreto, com a participação direta das partes e interessados, sem a intervenção técnica e procedimental do Estado (LEITE E AYALA, 2003).

Não se trata de querer desconsiderar ou relegar a outros planos a figura do Estado-Juiz para a resolução dos litígios que fazem parte das relações sociais, em especial, quanto aos direitos indisponíveis. No entanto, tendo a possibilidade de uma resolução conflitual célere, sem rigores procedimentais ou formais, peculiares dos processos judiciais e/ou administrativos, permitindo às partes, *de per si*, buscarem alternativas viáveis para contemplar os interesses de maneira equânime, sob a égide do desenvolvimento sustentável, também caracteriza o efetivo exercício de cidadania, constitucionalmente assegurado pelo atual Estado Democrático de Direito.

A mediação constitui-se como o alicerce para a edificação de cidades preparadas para as gerações futuras, pois detém particularidades como a voluntariedade, celeridade, economia, informalidade, autodeterminação e sobretudo, um olhar para o amanhã (OLIVEIRA JÚNIOR, 1998).

A prática da mediação se configura como exercício de cidadania, conforme leciona Warat (2001):

Em termos de autonomia, cidadania, democracia e direitos

humanos, a mediação pode ser vista como a sua melhor forma de realização. As práticas sociais de mediação configuram-se em um instrumento de exercício de cidadania, na medida em que educam, facilitam e ajudam a produzir diferenças e a realizar tomadas de decisões (WARAT, 2001, p.88).

A utilização do instrumento da mediação para a resolução dos conflitos socioambientais denota-se de forma vantajosa, em virtude de que permite um grau de satisfação dos participantes, cujos interesses são contemplados em sede de acordo, mantendo as partes, um certo grau de controle, ante a flexibilização que se proporciona para análise das opções mais criativas que as decisões dos tribunais, promovendo a cooperação, elemento primordial e que, normalmente, falta para a resolução da maioria dos problemas que dizem respeito ao [meio] ambiente. Ante a ausência de uma postura adversarial, o instituto da mediação consegue tratar de um campo maior de dados técnicos, sem obstaculizar ou obstruir as informações necessárias para cada desiderato. Tendo sua natureza de voluntariedade, os acordos mediados são efetivamente melhores implementados e, por conseguintes, suas soluções são mais duradouras (SOARES, 2010).

Efetivamente, verifica-se que os conflitos socioambientais precisam soluções pacíficas, objetivas, céleres, equânimes e desapegadas de rigorismos formais, nos termos dos processos e procedimentos judiciais e/ou administrativos, razão pela qual se mostra a mediação, um instrumento adequado para a resolução dos conflitos dessa natureza.

3 Considerações finais

A partir das considerações aportadas, cumpre mencionar que não se está desconsiderando a importância e a necessidade de o Estado-Juiz resolver os litígios havidos na sociedade, ante a observação dos princípios constitucionais, dentre eles, o devido processo legal e o contraditório, para exarar uma decisão, por meio de um comando sentencial, suscetível de recursos legais, exercício do duplo grau de jurisdição, e, eventualmente, o pronunciamento

dos julgadores dos Tribunais Superiores.

Para tanto, sabe-se que os ritos procedimentais requerem tempo para a sua realização, bem como a rigorosa observância às suas formalidades advindas das legislações atinentes à espécie.

No entanto, os conflitos envolvendo a sociedade e o meio ambiente requerem respostas céleres na sua própria administração, a fim de que as partes envolvidas possam, *de per se*, encontrarem rumos ou direcionamentos que possibilitem a resolução dessas controvérsias.

Assim sendo, surge a mediação como instrumento de cidadania e eficácia na resolução conflitiva, a partir da reflexão, conscientização e transformação do conflito em resultados que beneficiem todos os envolvidos nas demandas socioambientais.

Referências

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 15.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. Novas tendências e possibilidades do direito ambiental no Brasil, In Wolkmer, Antonio Carlos; Leite, José Rubens Morato (Orgs.). Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel. A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental brasileiro*. 14.ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Malheiros, 2006

OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades (de). *Mediação, novos direitos e integração*. In: Mercosul no Cenário Internacional. Curitiba: Juruá, 1998

PORTANOVA, Rogério. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2000.

TRENTIN, Taise Rabelo Dutra; PIRES, Nara Suzana Stairn. *Mediação socioambiental: Uma Nova Alternativa para a Gestão Ambiental*, In: Lucas, Douglas Cesar; Santos, André Leonardo Copetti (Editores). *Revista Direito em Debate*, vol.21, n.37, 2013. Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí – RS: Unijuí.

SOARES, Samira Isabeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais: um novo caminho para a governança da água no Brasil*. Curitiba : Juruá, 2010.

WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Florianópolis: Habitus.2001.

A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E O EXTRATIVISMO INFORMACIONAL

Fernando Martins Ferreira¹
Diego Pascoal Golle²
Sirlei de Lourdes Lauxen³
Solange Beatriz Billig Garces⁴

1 Introdução

A presente pesquisa bibliográfica tem como foco a nova divisão internacional do trabalho enquanto consequência das mudanças políticas e econômicas, a partir da nova roupagem capitalista de redes e núcleos globais de produção, comercialização e gestão financeira dos produtos extraídos, a qual chama-se extrativismo informacional. Estas influências são advindas das corporações transnacionais que impulsionam os processos econômicos com produção em cadeias de valor, desde a exploração dos recursos naturais até as redes globais de comercialização e financiamento, controlando assim produtos e mercados mundiais e como consequência fomentam e aprofundam cada vez mais as desigualdades.

A provocação para elaboração desta reflexão surge a partir da leitura do livro: “*A nova des-ordem mundial*” de Costa e Porto-

-
- 1 Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Prática Sociocultural e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, RS, Brasil, E-mail: fferreira@unicruz.edu.br
 - 2 Doutor em Engenharia Florestal (Silvicultura), Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. E-mail: dgolle@unicruz.edu.br
 - 3 Doutora em Educação, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. E-mail: slauxen@unicruz.edu.br
 - 4 Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Políticas e Práticas Sociais; Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br

Gonçalves (2006), junto à disciplina de Desenvolvimento Social e Emancipação do Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (Unicruz), mais especificamente do capítulo que trata sobre “*A des-ordem econômica mundial: a nova divisão internacional do trabalho*” e a indicação de leitura do livro “*A nova América Latina*” de Calderón e Castells (2021).

2 Resultados e discussões

A economia vem atendendo às determinações de grandes potências internacionais que findam por dividir, internacionalmente, o trabalho, fomentando o extrativismo informacional e a desigualdade no mundo. As mudanças da economia nas últimas décadas demonstram o poder mundial subordinado aos interesses do grande capital e corporações transnacionais que agem como gerentes da economia global, em especial, o capital financeiro, como o Banco Mundial e o FMI, articulando-se uma nova divisão internacional do trabalho, com reestruturação econômica do espaço mundial, transformando as tecnologias, por novas formas de intervenção de corporações, desconstituindo o coletivo pela desconstrução da organização dos trabalhadores e outros grupos sociais (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006).

As empresas transnacionais impulsionam os processos econômicos, pelas mega-empresas produtivas, que controlam produtos mundiais e canalizam as poupanças do planeta para os países mais ricos, em especial aos Estados Unidos. Controlam o atual sistema articulado de informação, telecomunicação e televisão, pelo controle mundial de 80 a 90% da pesquisa e desenvolvimento do planeta, concretizando-se em acordos negociados no *Trade Related Intellectual Property* (TRIPs) sobre a propriedade intelectual no quadro da Organização Mundial do Comércio. O núcleo central de transformações planetárias se evidencia a partir do poder econômico, tecnológico, político, e cultural, e cerca de 500 a 600 grandes empresas transnacionais que controlam este processo,

articulam e definem os rumos em termos de produção, de emprego, de valores, de meio ambiente (DOWBOR, 2006,).

O aceite ou a rejeição da situação, *prima facie*, não irá trazer consequência capaz de ilidir a conduta dessas empresas de grande porte, pois elas possuem o condão de definir os caminhos de produção, emprego, valores, meio ambiente e demais aspectos da vida humana.

O chamado extrativismo informacional, nova roupagem capitalista com dinâmica tecno-econômica, funciona em redes e núcleos globais de produção, comercialização e gestão financeira do produto extraído. São, metaforicamente, os novos produtos de cobre, gás e soja informacionais, com produção em cadeias de valor, desde a exploração dos recursos naturais até as redes globais de comercialização e financiamento (CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

Com a expansão da industrialização a alguns países periféricos, houve uma complexificação dos espaços produtivos. A nova divisão internacional do trabalho baseou-se nos níveis tecnológicos de produção na gestão e nas relações de trabalho dominantes, incluindo o valor dos salários dos trabalhadores (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Esses novos empreendimentos são integrados aos sistemas de inovação que dependem da pesquisa científica e tecnológica, fundamental para ponderar a dinâmica e o poder de negociação e a integração com essas novas empresas. Outro fator desse funcionamento informacional é o aspecto político e comunicacional, supondo-se uma matriz complexa de estratégias de negociação com Estados nacionais e locais, e as organizações territoriais afetadas por sua atividade (CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

Essa divisão do trabalho, por níveis tecnológicos da produção e de qualificação ou exploração da força do trabalho, diferencia o espaço mundial entre os que detêm o domínio do capital financeiro, os investimentos na produção e/ou o controle das tecnologias avançadas e da difusão de informações, com mão

de obra qualificada, daqueles com certa independência financeira, atividades econômicas em níveis intermediários de tecnologia e mão de obra, mais ou menos qualificadas; e, ainda, dos que possuem grande dependência do referido capital, produção com baixo nível tecnológico ou reprodução de tecnologias externas, como indústrias de montagem de produto, força de trabalho pouco qualificada e altos níveis de exploração.

No Brasil, conjugam-se a dependência do capital financeiro internacional e os níveis tecnológicos de produção que, conforme o setor, envolvem da produção à incorporação de níveis sofisticados de tecnologia. O poder também se define por quem controla a informação, entre os que produzem e transmitem e os “terminais” receptores. Às vezes ocorre com a produção cultural e com os valores e hábitos culturais populares globalizados. Daí a importância do “capital pensante” que gera novas formas de exploração, contratando a baixos salários, pesquisadores nos seus países de origem, a exemplo da Europa Oriental, recém saída do regime “comunista” dos anos 1990. Fundações norte-americanas usufruíram dessa oferta de alta qualificação a salários baixos, financiando pesquisas e apropriando-se dos resultados (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Nas empresas assentadas nos territórios há dois grupos principais de trabalhadores: um, qualificado em atividades extrativas, especializados e com domínio de códigos de informação e de adaptação à mudança tecnológica informacional; e outro, menos qualificado e complementar às atividades empresariais informatizadas. Operários temporários ou que têm a inclusão limitada, com frequência substituídos por novos maquinários (CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

Há uma nova dicotomia nominal no mundo econômico. No passado dividiam-se os países em duas categorias, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Hoje, apresentam-se sob a denominação de países desenvolvidos e países em desenvolvimento ou países centrais e periféricos. Porém, não há diferença de fato, continuando o binômio riqueza-pobreza. Mudou, apenas, o nome, para um mundo novo, onde a pobreza, sim, se apresenta com novo perfil,

sob a forma das pobreza estrutural e moral (FRANCO, 2017).

Na realidade factual, houve mudanças somente na literal nomenclatura das categorias de países [sub] desenvolvidos por países desenvolvidos ou em desenvolvimento, continuando o binário rico/pobre. A pobreza, sim, em acentuado *déficit* em nível estrutural e moral.

O diminuto padrão de expectativas dos trabalhadores mais pobres na dinâmica social global, resta demonstrado por Cardoso (2019, p. 435):

Essa dinâmica social global parece configurar uma sociedade de massas cuja marca distintiva da sociabilidade é, justamente, o baixíssimo padrão de expectativas dos trabalhadores mais pobres. Sociabilidade que, ainda que *movida* por essas mesmas expectativas, não alimentou sentimentos de privação relativa dos ‘pobres’ em relação aos ‘ricos’, mas sim dos trabalhadores em relação a si mesmos. (CARDOSO, 2019, p. 435).

Verifica-se a precarização das relações de trabalho e a “marginalização” ou “exclusão” crescente de pessoas, sem lugar no mapa da globalização, seja como massa política de manobra ou como trabalhadores ou consumidores (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006).

A título de exemplo, em Vaca Muerta (Província de Neuquén - Argentina), no ponto mais alto da estratificação trabalhista existe uma espécie de “aristocracia operária” com altos níveis de capacidade tecnológica e padrões salariais, com sindicatos exclusivos, que processam de maneira pragmática os seus interesses. Do outro lado, há uma série de trabalhadores temporários e parciais que alimentam de modo diverso o complexo extrativo (CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

A Organização Internacional do Trabalho-OIT reconheceu que a globalização acirrou as desigualdades, aumentando a distância entre ricos e pobres. Abertura de novos mercados e novos acordos comerciais não garantiram a redistribuição da riqueza, mas a sua concentração. (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006).

3 Considerações finais

Há uma nova divisão territorial/internacional do trabalho, extrativismo informacional e as influências do grande capital e corporações que emanam seus ditames em face dos que não possuem níveis tecnológicos de produção e qualificação da força do trabalho. Evidencia-se a mudança, apenas, no nome, de países subdesenvolvidos para países em desenvolvimento ou países centrais e periféricos, sem modificação fática, continuando o binômio riqueza-pobreza.

No entanto, a pobreza teve agravada sua forma estrutural e moral, acirrando-se as desigualdades e a abertura de novos mercados e acordos comerciais garantiram, apenas, a concentração da riqueza, sem sua redistribuição.

Referências

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2.ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

COSTA, Rogério Haesbaert da; PORTO-GONÇALVES. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho ?** São Paulo: SENAC/SP, 2006.

FRANCO, Cláudia Regina Lovato. **O valor social do trabalho e o *dumping* social**. Brasília: ESMPU, 2017. 2017 (Série Pós-Graduação. Mestrado em Direito, v. 5.).